



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)  
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/Uesb)  
Mestrado em Geografia**

**ELIANE PEREIRA DE ALMEIDA VALE**

**O “DESMONTE” DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONVIVÊNCIA COM O  
SEMIÁRIDO: O ESTADO E A ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO  
ENTRE 2014-2019**

Vitória da Conquista/BA  
2020

**ELIANE PEREIRA DE ALMEIDA VALE**

**O “DESMONTE” DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONVIVÊNCIA COM O  
SEMIÁRIDO: O ESTADO E A ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO  
ENTRE 2014-2019**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/Uesb) como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico. Linha: Dinâmicas do Território e da Natureza.

Orientador: Prof. Dr. Janio Santos

Vitória da Conquista/BA  
2020

## FICHA CATALOGRÁFICA

V243d

Vale, Eliane Pereira de Almeida.

O “desmonte” das políticas públicas de convivência com o semiárido: o Estado e a Articulação Semiárido Brasileiro entre 2014-2019. / Eliane Pereira de Almeida Vale, 2020.

176f. ; il. (algumas color.)

Orientador (a): Dr. Janio Santos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo, Vitória da Conquista, 2020.

Inclui referência F. 157 – 167.

1. Semiárido – Política de convivência. 2. ASA – Articulação Semiárido Brasileiro. 3. CEDASB – Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico. 4. Estado. I. Santos, Janio. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-

Catálogo na fonte: **Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890**  
UESB – Campus Vitória da Conquista – BA



Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB  
Recredenciada pelo Decreto Estadual  
Nº 16.825. de 04.07.2016

## FOLHA DE APROVAÇÃO

### O “ DESMONTE” DAS POLITICAS PÚBLICAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: O ESTADO E A ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO ENTRE 2014-2019.

ELIANE PEREIRA DE ALMEIDA VALE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UESB (PPGeo-Uesb), como requisito para obtenção do título de MESTRE.

Aprovada em: 25 de março de 2020

Banca Examinadora:

**Prof. Dr. Janio Santos (UESB/UEFS)**  
(Orientador)

**Profa. Dra. Josefa de Lisboa Santos (UFS)**  
(Examinadora Externa)

**Profa. Dra. Suzane Tosta Souza (UESB)**  
(Examinadora Interna)

**Eliane Pereira De Almeida Vale**  
(Mestranda)

Vitória da Conquista- BA

*Às famílias camponesas  
do Semiárido Brasileiro.*

## AGRADECIMENTOS

Quero explicitar minha gratidão, primeiramente, remetendo-me àquelas que me antecederam, e que deixaram em mim fragmentos de suas luzes. À minha **mãe** Maria, **minha** **vó** Minelvina e **minha** **irmã** Eliete. Sou porque foram. O fim da missão de vocês neste plano me dilacerou profundamente, mas por outro lado me lapidou enquanto ser humano mulher e trabalhadora. A vida depois da partida de vocês me ensinou a ter lado, a saber qual o meu lugar na sociedade, a identificar as desigualdades entre ricos e pobres, e nessa perspectiva pude entender a realidade vivida por nossa família, porque o mundo e as pessoas a mim foram descortinados. Eu sinto muito por não ter sido minha melhor versão para vocês; me perdoem pelas lacunas; eu as amo por terem sido minhas enquanto puderam; e sou grata por pertencer a essa genealogia.

Ademais, gostaria de externar minha gratidão ao coletivo que me deu todo suporte emocional para que eu conseguisse findar esse ciclo. As amigas/irmãs **Leandra**, **Silmara** e **Rizia** pelo cuidado e zelo para comigo, incentivando-me e acalmando-me nos momentos de “desespero”, e **Selma** pelo fortalecimento espiritual advindo de suas mais belas orações. À comadre Leandra, ainda teço agradecimento por me ceder várias vezes o seu lar para que eu pudesse estudar, uma vez que essa tarefa se fazia impossível, no meu lar, diante dos pedidos de atenção ecoados, insistentemente, por um lindo anjo chamado Nicollas: “mamãe vem brincar comigo!”. Nessa mesma perspectiva agradeço-a, junto a **Elisângela**, por ceder o espaço da ASCONTE neste final de jornada da escrita, pela compreensão da minha necessidade de ter um cantinho que me possibilitasse pensar.

Às companheiras/os do **CEDASB**, agradeço pela presteza em ajudar-me com as informações, documentações, registros fotográficos, depoimentos e pelas palavras de incentivo. Aos amigos de uma vida, os quais não mencionarei para não cometer o equívoco de esquecer-me de alguém, agradeço a compreensão da minha ausência, muitos momentos importantes não pude compartilhar com vocês, mas pude contar sempre com o vosso amor.

Ao meu companheiro de vida, **Climério** (meu Kiu), um agradecimento todo especial por se imbuir da responsabilidade de pai e mãe quando a minha maternidade não pode ser integral. Tenho consciência que o meu mestrado lhe graduou em paternidade e, apesar dos percalços, desentendimentos, cobranças e

lágrimas, no geral, a análise dos resultados me faz muito feliz, por mim, por você, e sobretudo por **Nicollas**, nosso anjo precioso. À Adriana, cuidadora amorosa do meu filho, gratidão pela atenção e disponibilidade para com ele.

À minha turma maravilhosa, gratidão por fazerem desses dois anos, dias de partilha sem egocentrismo. Fomos convergência de respeito, amor, cuidado, empatia e de socialização de conhecimentos e técnicas geográficas. Por tanto, axé para Adriana (**Dri**), Crislaine (**Cris**), Dhione (**Dhi**), Eliana (**Lica**), Gabriela (**Gaby**), Junior (**Junão**), Macsuelle (**Mac**), Mateus (**Teu**), Maiara (**Mai**), Nielson (**Nini**), Rita (**Ritinha**) e Uryana (**Ury**), que vocês consigam alcançar o horizonte que prospectam. Foi prazerosa nossa convivência, enquanto durou, e espero que o contato perdure.

Às professoras **Suzane** e a **Josefa**, que compuseram a banca de defesa desta dissertação, minha honesta gratidão por aceitarem fazer parte dessa história comigo, e com o Professor Janio Santos. Ambas têm a minha admiração por ousarem orientar sujeitos advindos das periferias, do campo, das pequenas cidades, dos movimentos sociais e da classe trabalhadora, com qualidade incontestada. E infiro o quanto deve ser árdua essa opção e missão, pelas lacunas as quais levamos até a universidade, advindas de um histórico de aprendizagem, muitas vezes deficitário. Vocês são mulheres admiráveis e de valor inestimável, ainda mais nesse contexto de desdém para com o conhecimento científico, e com as mulheres trabalhadoras deste país.

De modo particular, quero agradecer a **Janio**, professor e amigo, pelo acolhimento da minha pessoa, dos meus limites e de minhas potencialidades. Enquanto mulher trabalhadora, mãe, esposa/companheira e militante, é inadjetivável o fato de ter sido orientada por um professor pesquisador tão competente, que agrega em si valores que o torna um ser humano que exala amor à vida, às pessoas, à Geografia e ao seu ofício. Você é um dos corajosos que aceitam rochas brutas da classe trabalhadora, dedicando-lhes tempo de lapidação, no intuito de vê-los/las como classe trabalhadora intelectualizada, condição substancial no processo de (des)alienação social. Aprendi muito contigo, queria mais tempo para aprender muito mais. Agradecida pela partilha de tantos conhecimentos, por ter me feito pesquisadora da ciência geográfica, e ter me honrado em participar do Grupo de Pesquisa Urbanização e Produção de Cidades da Bahia, outro sonho que se realizou.

Agradeço a cada família entrevistada da comunidade de Bom Jesus de Cima, a cada um/a que me acolheu, me alimentou e que confiou na importância da pesquisa. Gratidão à família de **Everaldo** e **Célia**, que foram a minha família enquanto estava no trabalho de campo em Bom Jesus da Serra. A **Beto**, pela presteza em sanar minhas dúvidas no intuito de apresentar a comunidade o mais verossímil possível no trabalho; além de, junto com **Carlos**, me conduzir às residências dos/as entrevistados/as. Com carinho incomensurável, agradeço a agricultora e amiga **Jessi**, companheira de tantas lutas, que contribuiu, significativamente, com a mobilização das famílias para me receber, e muito além disso, pela importância dada a esta pesquisa.

Externo, também, meus agradecimentos a todos/as envolvidos/as na constituição do **PPGeo**, pois a sua existência possibilitou-me realizar o sonho de fazer o mestrado na ciência que me mostrou o mundo em suas várias dimensões e facetas. Desejo ao PPGeo vida longa norteada pela ética e transparência, e que se torne referência na Geografia, pela produção qualitativa do conhecimento. Aos professores Expedito, Jânio Diniz e Mário Rubens, e as professoras Fernanda e Suzane, agradeço pelos debates suscitados e orientações socializadas durante as aulas ministradas. À Prof. Aleselma, minha gratidão pela generosidade de me acolher e formar, mais uma vez, durante o estágio de docência.

E, por fim, como elo que conecta todas as vivências mencionadas, agradeço a **DEUS**, manifestado na vida de tantas formas, pela oportunidade de concluir um ciclo tão desejado e respeitado. Por ter me ensinado nesses dois anos a ter sabedoria, e junto com ela a consolidação de minha espiritualidade.

## Superação

*Antigamente o semiárido era visto como terra da sequeidão  
Homens, mulheres e crianças emagrecidos, de tanta precisão  
Bebendo água barrenta e contaminada, pois não tinham nenhuma opção  
Assim era visto o Semiárido, e o povo do sertão.*

*Lembro-me como o dia de hoje,  
mamãe rasteando a enxada no chão  
Mamãe fustigada pelo sol escaldante, mãos calejadas faziam até dó  
Passava as mãos no rosto cansado, enxugando as bicas de suor.*

*Quando o sol ia quase se pondo, ainda tinha água pra buscar  
Quando saía dizia para os meninos, vá pro minador esperar água minar  
A água era salobra eu confesso, mas só tinha aquela pra beber e cozinhar  
Essa lida só acabava de noitinha, mamãe não tinha tempo nem pra descansar.*

*Passamos muitos anos nessa luta, até que um dia papai chegou  
Foi o dia mais feliz da minha vida, pois uma cisterna nós ganhou  
E quando a bichinha tava pronta, Deus do céu chuva mandou  
A chuva foi tão forte e abençoada, que a nossa cisterna assoberbou.*

*Ajoelhei no meio do terreiro, agradecei a benção de coração  
Agora eu ia trabalhar mais sossegada, tava mudando a realidade do sertão  
Era uma tal de tecnologia, nossa situação iria melhorar  
Estavam planejando dá outra cisterna pros bichos beber água, e uma horta nós plantar.*

*Quantas vezes o feijão foi cozido sem nenhuma folha de coentro pra temperar  
Não tinha cebola, corante ou outra coisa, só tinha mesmo um pouco de sal  
Mas com a cisterna de 52 mil litros tô matutando o que vou plantar  
Tomate, cebola, coentro e couve, e todos que me ouve, não são pra alegre ficar?*

*A Asa veio para somar e promover o novo, e a nossa parceria de transformação  
Todos nós abraçamos essa causa com o objetivo de superação.*

*Vamos plantar com todo gosto pra qualidade de vida melhorar  
Uns acham que o canteiro é pequeno, mas o que der ali, vamos deixar de comprar  
Deixando de comprar o dinheiro sobra pra outras coisas na casa que precisar.*

*Quero agradecer os colaboradores que nos trouxe aqui  
para compartilhar experiências, e também aprender  
Mostrando-nos que é possível, o que podemos ver  
Obrigado, e que não fique só nessa, pois temos sede de aprender  
A ASA nos deu o anzol e a vara, agora o peixe é com você.*

**Poema da camponesa Magnólia, da Comunidade Bengo,  
durante atividade formativa realizada pelo CEDASB.  
Bom Jesus da Serra/BA (2017).**

## RESUMO

A presente dissertação tem o objetivo de analisar o modo como passaram a ser pensadas as políticas de convivência no semiárido brasileiro, com base nas leituras das ações engendradas na transição de governos, entre 2014 e 2019, e sua relação com a sociedade civil organizada, especificamente com a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) e, numa escala regional, o Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (CEDASB). A ASA é um fórum de entidades que lutam pela democratização do acesso à água no campo do semiárido nordestino e, intrinsecamente, pela consolidação da convivência com a semiaridez enquanto direcionamento de superação das políticas de Estado, que, desde outrora, foram implementadas na região com o discurso e ação de combate à seca. Já o CEDASB é uma associação que compõe o coletivo de organizações da ASA, que congrega no Território de Identidade Sudoeste Baiano maior atuação nas políticas de convivência. Entende-se, portanto, que as novas diretrizes político-econômica que tratam, em parte, de uma mudança ideológica no modo de compreender as necessidades do país e, conseqüentemente, do semiárido nordestino, se reverberaram como o desmonte da política de convivência. Para abarcar toda vicissitude da temática, bem como da realidade concreta, sob o viés da pesquisa qualitativa, é que se adotou como procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas semiestruturadas, observações sistemática e participante, os registros fotográficos e mapeamentos. As transições governamentais impactaram e “desmontaram” a política de convivência com o semiárido, o que afetou a ASA, numa perspectiva política, quando da regressão dos financiamentos públicos ocorrida, inicialmente, entre o primeiro e segundo mandatos de Dilma Rousseff, e que sucedeu, *a posteriori*, nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, o que estreitou e enrijeceu os enfrentamentos com o Estado. Ao CEDASB, numa perspectiva institucional, viu-se com o cerceamento dos projetos a vertiginosa diminuição de sua ação, bem como a redução de 74% de seus colaboradores. Sobretudo, para as famílias da comunidade Bom Jesus Cima, uma das localidades acompanhadas pelo CEDASB no município de Bom Jesus da Serra, realidade concreta escolhida para se tecer as elucubrações da conjuntura abordada neste trabalho.

**Palavras chave:** Estado, Convivência com o Semiárido, ASA, CEDASB.

## ABSTRACT

This present master's dissertation aims to analyze the way how the living policies in the Brazilian semiarid came to be thought, based on the readings of actions engendered in the transition of governments, between 2014 and 2019, and their relation with organized civil society, specifically with the Brazilian Semi-Arid Articulation (ASA) and, on a regional scale, the Center for Living and Agroecological Development of Southwest of Bahia (CEDASB). ASA is an entities' forum that fights for the democratization of access to water in the northeastern semiarid countryside and, intrinsically, for the consolidation of living with semiaridity as a way of overcoming State policies, which, since before, were implemented in the region with the discourse and action on combating drought. CEDASB, on the other hand, is an association that composes the collective of ASA organizations, which congregates in the Identity Territory of Southwest of Bahia greater performance in the policies of living. It is understood, therefore, that the new political-economic guidelines that deal, in part, with an ideological change in the way of understanding the needs of the country and, consequently, of the northeastern semiarid, reverberated as the dismantling of living policy. In order to cover all the vicissitude of the theme, as well as the concrete reality, under the qualitative research slant, it was adopted as methodological procedures: bibliographic and documentary research, semi-structured interviews, systematic and participant observations, photographic records and mappings. Governmental transitions impacted and "dismantled" the policy of living with semi-arid region, which affected ASA, in a political perspective, when the public financing regression occurred, initially, between Dilma Rousseff's first and second mandates, and then, a posteriori, in the governments of Michel Temer and Jair Bolsonaro, which narrowed and stiffened the confrontations with the State. To the CEDASB, in an institutional perspective, with the restriction of the projects, it was possible to see the vertiginous decrease of its action , as well as the reduction of 74% of its collaborators. Especially for the families of the Bom Jesus Cima community, one of the localities monitored by CEDASB in the municipality of Bom Jesus da Serra, a concrete reality chosen to weave the clarifications of the situation addressed in this research.

**Keywords:** State, Living with Semiarid Region, ASA, CEDASB.

## LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

### Lista de Gráficos

Gráfico 1: Quantidade de cisternas de 16 mil litros construídas pelo CEDASB, por período, de 2006-2014.	87
Gráfico 2: Comparativo da quantidade de Tecnologias Sociais implementadas pelo CEDASB, por finalidade, entre os anos de 2006 a 2019.	89
Gráfico 3 – População Ocupada em Bom Jesus da Serra, por setores, nos anos de 2000 e 2010.	102
Gráfico 4: Faixa etária, dos membros das famílias entrevistadas, Bom Jesus de Cima, 2019.	109
Gráfico 5 - Valores conveniados entre o Governo Federal e a ASA/AP1MC, entre os anos de 2003 a 2019.	135
Gráfico 6 – Programas executados pelo CEDASB, na área de atuação, financiados pelo setor privado, de 2010 a 2018.	141
Gráfico 7 – Percentual da cobertura do Programa P1+2 referente ao P1MC, no município de Bom Jesus da Serra, até 2020.	145

### Lista de Figuras

Figura 1 - Síntese da proposição do GTDN para o desenvolvimento do Nordeste.	38
Figura 2 - Estrutura de Gestão Política e Administrativa da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)	55
Figura 3 - Estrutura organizacional do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC)	57
Figura 4 - Funcionamento da Articulação Semiárido, do ponto de vista da relação com as organizações sociais.	58
Figura 5 - Premissas da Convivência com o Semiárido	73
Figura 6 - Estrutura Administrativa do CEDASB, 2019	84
Figura 7 – Sistematização dos resultados do Programa P1+2 na rotina familiar dos seus beneficiários (as).	123

### Lista de Mapas

Mapa 1: Delimitação Territorial da Região Semiárida do Brasil (1989 a 2017)	47
Mapa 2: Localização dos municípios de atuação do CEDASB, até junho de 2019.	82
Mapa 3: Localização do Município de Bom Jesus da Serra no Território de Identidade Sudoeste Baiano, 2019.	99
Mapa 4: Localização da Comunidade de Bom Jesus de Cima no município de Bom Jesus da Serra, 2019.	105
Mapa 5: Uso do solo das propriedades das famílias entrevistadas em Bom Jesus de Cima, 2019.	108

Mapa 6: Distribuição espacial das tecnologias sociais dos programas P1MC e P1+2 nas terras das famílias entrevistados/as em Bom Jesus de Cima, 2019.	112
Mapa 7: Destinação da produção agrícola das famílias entrevistadas em Bom Jesus de Cima, 2019	117

### **Lista de Fotos**

Foto 1 - Cisterna de 16 mil litros. Comunidade de Bom Jesus de Cima - Bom Jesus da Serra, 2019.	75
Foto 2 - Cisterna Calçadão. Comunidade de Bom Jesus de Cima - Bom Jesus da Serra, 2013.	76
Foto 3 - Cisterna Enxurrada. Município de Cândido Sales, 2011.	77
Foto 4 - Barreiro Trincheira Familiar. Comunidade Boqueirão dos Marotos - Cândido Sales, 2011.	78
Foto 5 - Barragem Subterrânea. Comunidade Onça - Manoel Vitorino, 2015.	79
Foto 6 - Bomba D'água Popular. Comunidade Tabua - Bom Jesus da Serra, 2009.	80
Foto 7 - Tanque de Pedra. Anagé, 2014	80
Foto 8 - Barraca da agricultora Jessi, na feira livre de Bom Jesus da Serra/BA.	121
Foto 9 - Barraca da agricultora Jessi, na feira livre de Bom Jesus da Serra/BA.	122
Foto 10 – Local de armazenamento de sementes da família do agricultor Sr. Francisco, antes da construção do Banco de Sementes, 2015.	126
Foto 11 – Inauguração do Banco de Sementes da comunidade de Bom Jesus de Cima, 2016.	127

## LISTAS DE TABELAS E QUADROS

### Lista de Tabelas

Tabela 1 - Distribuição dos segmentos das indústrias tradicional e não tradicional, por percentual, no período entre 1960 -1980. <sup>1</sup>	39
Tabela 2: Configurações quantitativas das delimitações do Semiárido Brasileiro, por estado, nos anos 1989, 2005 e 2017.	48
Tabela 3 - Relação Geral de Tecnologias Sociais implementadas pelo CEDASB, por município, entre 2006-2019.	86
Tabela 4 – População total rural e urbana, e taxa de urbanização de Bom Jesus da Serra, 1940-2010	100
Tabela 5 – Produto Interno Bruto (PIB) do município de Bom Jesus da Serra, de 1996 a 2016, por setores (%).	101
Tabela 6 – Implementação de cisternas de placas e cisternas de polietileno do Programa Água para Todos, (2011- 2014)	133
Tabela 7 – Relação dos programas executados pelo CEDASB com financiamento de recurso público federal, por governo, e quantidade de tecnologias. (2003 – 2020)	140
Tabela 8 – Projetos executados pelo CEDASB com financiamento público estadual, por governo, e quantidade de tecnologias, no estado da Bahia. (2007 – 2020)	142

### Lista de Quadros

Quadro 1 - Formações dos Programas da ASA (2019).	65
Quadro 2 – Atuação do CEDASB no município de Bom Jesus da Serra - por período, programa e quantidade de famílias atendidas.	103
Quadro 3 - Caracterização fundiária, parcial, das propriedades familiares da comunidade de Bom Jesus de Cima, por tamanho (ha).	106
Quadro 4 – Atuação do CEDASB na comunidade de Bom Jesus de Cima por período, programa e quantidade de famílias atendidas.	110
Quadro 5 – Fontes de renda das famílias não contempladas com o Programa P1MC, na comunidade de Bom Jesus de Cima.	114
Quadro 6 – Rendimento familiar com a produção subsidiada pelas tecnologias sociais do P1+2, e sua frequência.	118
Quadro 7 – Perfil das famílias não beneficiadas com o P1+2, na Comunidade de Bom Jesus de Cima – por renda, produção e situação fundiária.	124

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADENE - Agência de Desenvolvimento do Nordeste  
ANA - Agência Nacional de Águas  
ANA - Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)  
AP1MC - Associação Programa Um Milhão de Cisternas  
ASA – Articulação Semiárido Brasileiro  
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural  
BNB - Banco do Nordeste  
CAATINGA - Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições não Governamentais Alternativas  
CC - Comissão Comunitária  
CDT - Comitê de Desenvolvimento Territorial  
CE - Coordenação Executiva Nacional  
CEB's - Comunidades Eclesiais de Base  
CEDASB - Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia  
CEM - Comissão Executiva Municipal  
CNAPO - Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica  
CNES - Conselho Nacional de Economia Solidária  
CETRA - Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador  
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho  
CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável  
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CPT – comissão Pastoral da Terra  
CVSF - Companhia do Vale do São Francisco  
DENOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca  
EFA - Escola Família Agrícola  
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias  
FBAF – Fórum Baiano da Agricultura Familiar  
FBSAN - Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional

FNE - Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste  
FNO - Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte  
FCO - Fundos Constitucionais de Financiamento do Oeste  
GAIC – Grupo de Articulação institucional do CEDASB  
GAPA - Gerenciamento da Água para Produção de Alimentos  
GRH - Gerenciamento de Recursos Hídricos, Cidadania e Convivência com o Semiárido  
GTI - Grupo de Trabalho Interministerial  
IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool  
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IESA - Instituto Nacional do Semiárido  
IFOCS – Inspeção Federal de Obras Contra a Seca  
INMET - Instituto Nacional de Meteorologia  
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
IOCS – Inspeção de Obras Contra as Secas  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IRPAA - o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada  
LOA - Lei Orçamentária Anual  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)  
MI - Ministério da Integração  
MMA - Ministério do Meio Ambiente  
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.  
MOC - Movimento de Organização Comunitária  
NEDET – Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial  
ONG – Organização Não Governamental  
OSC - Organização da Sociedade Civil  
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público  
PAA - Comitê Consultivo do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos  
PATAC - Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades

PEC - Proposta de Emenda Constitucional  
PDHC - Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC)  
PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual  
PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural  
PPP - Projeto Político Pedagógico  
P1MC - Programa de Formação e Mobilização Social para Construção de Cisternas Rurais - Um Milhão de Cisternas  
P1+2 - Programas Uma Terra e Duas águas  
SAB – Semiárido Brasileiro  
SESAN – Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
SSMA - Sistema Simplificado de Manejo da Água  
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste  
UNCCD - Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos das Secas - UG - Unidade Gestora  
UGC - Unidade Gestora Central  
UGM - Unidade Gestora Municipal  
UGT - Unidade Gestora Territorial

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>2. A ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, UM MOVIMENTO CONTRA-HEGEMÔNICO .....</b>	<b>33</b>
2.1 O SEMIÁRIDO INDELÉVEL. DO POSITIVISMO NATURALISTA A UMA CRÍTICA POLÍTICO-SOCIAL.....	33
2.2 O SEMIÁRIDO PARA ALÉM DO RECORTE ESPACIAL.....	44
2.3 A ASA E A POLÍTICA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIARIDO .....	50
2.3.1. Os processos formativos nos programas da ASA.....	64
<b>3. O CEDASB E A POLÍTICA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO .....</b>	<b>70</b>
3.1 “CONVIVÊNCIA” COM O SEMIÁRIDO. UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO.70	
3.1.1. As estratégias de convivência com o semiárido.....	75
3.2. A CONSOLIDAÇÃO DO CEDASB NA POLÍTICA DE CONVIVÊNCIA.....	82
<b>4. AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSC) FRENTE AO “DESMONTE” DAS POLÍTICAS DE CONVIVÊNCIA.....</b>	<b>94</b>
4.1 ATUAÇÃO DO CEDASB NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA SERRA E NA COMUNIDADE DE BOM JESUS DE CIMA, RESPECTIVAMENTE.....	99
4.2. ANÁLISE DE CONJUNTURA. O “DESMONTE” DA POLÍTICA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO PELA MANUTENÇÃO DO <i>STATUS QUO</i> SOCIAL.....	129
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>147</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>157</b>
<b>APÊNDICES A – ROTEIROS DE ENTREVISTAS.....</b>	<b>168</b>

## 1. INTRODUÇÃO

As estruturas socioeconômicas que se desenvolveram no Nordeste do Brasil a partir do século XVI - *plantation*, escravismo, latifúndios – só podem ser compreendidas enquanto parte de uma escala macro do paradigma de “desenvolvimento” difundido desde então. Essas estruturas se consolidam de forma complexa e dialética, produto e meio da/na articulação do processo de acumulação de riqueza.

Estudar o Nordeste brasileiro sem considerar o processo de formação territorial o qual foi inserido historicamente é fragilizar a compreensão da sua funcionalidade perante a demanda do capital e de sua reprodução. Uma lógica apreendida de acordo com as ideias Smith (1988) sobre a totalidade do desenvolvimento desigual e combinado do capital.

No início do século XX, o Estado interviu sistematicamente no Nordeste<sup>1</sup> com o discurso de atenuar as adversidades sociais oriundas dos fatores climáticos peculiares da região semiárida, sobretudo, com a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), em outubro de 1909, posteriormente nomeada Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) em julho de 1919, e, por fim, Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), em dezembro de 1945. As medidas intervencionistas continuaram com o propósito da superação das “desigualdades regionais”, face à criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959. Nesse contexto, o Nordeste é visto como região de estagnação econômica e de práticas rústicas e retrógradas de produção no Brasil. (ANDRADE, 1984)

Na escala global, também no início do século XX, ocorria o movimento de reestruturação econômica, com inserção de vários países considerados “subdesenvolvidos” à dinâmica comercial, inclusive o Brasil. Especificamente após a Segunda Guerra mundial (1939-1945), com a desestruturação dos países envolvidos no conflito, promoveu-se uma articulação global de novas “parcerias” e estratégias territoriais de acumulação do capital. A criação da Comissão

---

<sup>1</sup> É importante elucidar que, até o final da década de 1930, o Brasil era dividido, socioeconomicamente, em “Norte” e “Sul”, sendo que o leste desse “Norte” foi definido, em primazia, pelas suas características edafoclimática. Assim sendo, compreende-se que as ações do IOCS e do IFOCS não se desdobraram em uma região oficialmente reconhecida. A oficialização do Nordeste enquanto região só ocorreu em 1940, com a regionalização do Brasil realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). (ANDRADE, 1988)

Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), por exemplo, foi um dos instrumentos políticos para viabilizar demandas econômicas dos países envolvidos na guerra, por meio da sujeição dos países “periféricos”.<sup>2</sup> (LISBOA, 2007)

Destarte, entender esses organismos, dotados de intencionalidade, é substancial para compreender o desdobramento do discurso desenvolvimentista no Brasil, fomentado pela ideia de superação de um “subdesenvolvimento” econômico. Nesse interim, é que surge a SUDENE, concebida pelo Estado como a promotora da integração econômica nacional, e na escala regional, seria a agente modernizadora do Nordeste, por meio do subsídio às indústrias brasileiras e estrangeiras, no intuito de dinamizar a economia brasileira e dessa forma superar as “desigualdades regionais”. Para tanto, devia-se intervir nas localidades concebidas como “problemáticas”, para estruturá-las homoganeamente.

Indissociável dessa conjuntura, houve também a territorialização do capital no campo, principalmente a partir da década de 1960, com a difusão da “Revolução Verde” enquanto alternativa de modernização do setor produtivo do Brasil para elevar seu potencial competitivo no mercado mundial. Fizeram parte desse “pacote revolucionário” os maquinários agrícolas de grande e médio portes, agrotóxicos e um avançado sistema creditício de acesso a esses instrumentos. A história mostra impreciso e falacioso tal discurso tecnológico.<sup>3</sup>

Portanto, para o desenvolvimento das análises é salutar refletir sobre a objetivação da existência do Estado e sob essa premissa é que se faz necessário compreender a sociedade capitalista, por meio da realidade concreta, e as contradições que se materializam no espaço geográfico e nas relações de sociabilidade. O Estado, enquanto instrumento de normas e controle da vida social a “serviço” do capital e das classes dominantes, interfere diretamente na coletividade da reprodução dos sujeitos. As novas práticas de sociabilidade estratificam esses sujeitos em classes, com interesses antagônicos e distintos que, em sua maioria, são inconciliáveis. A vida em sociedade torna-se a realidade dos conflitos e o Estado é aquele que os “mediará”, não numa perspectiva de equidade, mas, no sentido de viabilizar a manutenção do *status quo* social. (ENGELS, 1984)

---

<sup>2</sup> Retomaremos no capítulo II.

<sup>3</sup> Andrade (1984).

As análises de Maranhão (1984), Oliveira (1977), Araújo (1984), dentre outros, permitem compreender, por exemplo, que as políticas públicas estatais executadas no Nordeste não registraram resultados significativos do ponto de vista da capilaridade social e do empoderamento<sup>4</sup>, como foram os casos, por exemplo, do DNOCS no “combate” à seca e da SUDENE na superação das “desigualdades regionais”, por meio do fortalecimento dos setores produtivos à cooptação dos recursos financeiros e subsídios dos capitalistas industriais nacionais e estrangeiros. Nos dias atuais, o desafio está em compreender como transpor a realidade posta pelo modo de produção capitalista e a classe dominante, numa perspectiva de consolidação da revolução social.

Na imbricada e confluyente conjuntura de relações de poder estabelecidas por agentes endógenos e exógenos no Nordeste brasileiro, é que se põe em questão o Semiárido Brasileiro<sup>5</sup>. Nele, as condições de reprodução social são mais complexas, tendo em vista as dificuldades de convivência frente as peculiaridades climáticas, em destaque a seca. Porém, é sabido que o cerne da “questão semiárido” é a ausência de políticas públicas condizentes com a demanda de sua população. Essa “ausência” se reverberou, por exemplo, nos intensos fluxos migratórios de trabalhadores, registrados na história do semiárido nordestino, em busca de atendimento das suas condições básicas e objetivas de reprodução social, mesmo em situação de precarização e exploração laboral em outras regiões do país.

Ao passo que se diminui a escala de análise, aumenta-se a percepção do trabalho desenvolvido e aprimorado, há quase 20 anos, pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) no SAB<sup>6</sup>. O objetivo de alcançar a democratização da água e dos meios necessários para garantir a existência das famílias camponesas do semiárido se configurou como sua missão.

A ASA é um fórum de organizações sociais que abrange os dez estados localizados no semiárido brasileiro, que são: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Minas Gerais

---

<sup>4</sup> Não é proposta do referido trabalho tecer uma discussão acerca da episteme, etimologia e nem conceito do termo empoderamento, mas ressalta-se que o entendimento é de um fim e meio de um processo imersivo dos sujeitos, no âmbito coletivo, do autoconhecimento e potencial de mudar a realidade a qual estão inseridos, mesmo que não se refira a uma mudança estrutural e macro.

<sup>5</sup> O Semiárido Brasileiro abrange uma extensão territorial de 1.128.697 km<sup>2</sup>, e engloba 1.262 municípios. Refere-se a uma região com características climáticas específicas no que tange às irregularidades pluviométricas que culminam em períodos de seca. (SUDENE, 2017).

<sup>6</sup> Semiárido Brasileiro.

(porção setentrional). Juridicamente é representada pela Associação Programa Um Milhão de Cisternas (AP1MC)<sup>7</sup>, instituída em 2002, responsável pela condução das negociações das políticas públicas de convivência na instância nacional, captação de recursos financeiros e acompanhamento sistemático do trabalho executado pelas organizações da rede. O cerne das primeiras ações da ASA era garantir às famílias sertanejas o acesso democrático a água, por meio da socialização e difusão de tecnologias sociais de captação de água de chuva para o consumo humano. (ASABRASIL, 2018).

O trabalho da ASA com seus resultados concretos só foi possível, segundo Barbosa<sup>8</sup> (2012), quando a sociedade civil despontou com uma atuação mais propositiva, interventora, articuladora e executora de demandas oriundas do âmago de sua classe. Essa posição de representação social acontece dialeticamente com o Estado, quando esse adere as proposições neoliberalistas, principalmente na década de 1990. Essa discussão será retomada no capítulo IV.

No Estado da Bahia, por exemplo, as ações da ASA são também implementadas pelo Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (CEDASB), que é uma associação sem fins lucrativos e atua, especificamente, nos Territórios de Identidade<sup>9</sup> Sudoeste da Bahia, Sertão Produtivo, Médio Sudoeste, Médio Rio das Contas e Vale do Jequiriçá. São 33 os municípios que são/foram atendidos pela instituição.

A instituição mantém-se ativa no processo de discussão, elaboração e execução de políticas públicas para o campo junto as demais organizações, e a consolidação de seu trabalho, contabilmente, se expressa nas 19664 (dezenove mil seiscentos e sessenta e quatro) tecnologias sociais implementadas, além das mais de 3000 (três mil) famílias camponesas acompanhadas nos projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).<sup>10</sup>

São ações confluentes que contemplam o acesso à água para o consumo humano (casas e escolas); para a produção agrícola (primordialmente para

---

<sup>7</sup> Atualmente reconhecida como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

<sup>8</sup> Coordenador dos Programas: Por uma Terra e Duas Águas (P1+2) e Sementes do Semiárido da ASA.

<sup>9</sup> Os Territórios de Identidade (TI's) é um tipo de regionalização adotada pelo governo do estado da Bahia, utilizada pela Secretaria de Planejamento (SEPLAN), "como base de gestão e de aplicação de políticas públicas" (SEI, 2019). A utilização do termo Território de Identidade neste trabalho é apenas para fins de localização da área de estudo, dessa forma, não faz parte dos objetivos desta pesquisa desenvolver um debate teórico sobre o tema.

<sup>10</sup> CEDASB (2019).

consumo familiar) e dessedentação<sup>11</sup> animal; além do armazenamento e resgate de sementes ancestrais, do fortalecimento da soberania alimentar das famílias camponesas; e o acompanhamento técnico e extensão rural norteadas pelos princípios agroecológicos de produção e criação.

Percebe-se que a luta pela democratização da água alicerçada pela ASA é, primordialmente, para acolher a demanda das comunidades camponesas *semiaridenses*<sup>12</sup>, e junto a elas ocupar os espaços de representação social, pautar e fazer garantir seus direitos e perspectivas, no intuito de construir de forma mais democrática soluções viáveis para garantir uma reprodução social integral.

Todavia, é substancial aclarar que o trabalho da articulação está, em sua maioria, condicionado à conjuntura política do país. A expansão de suas ações e a continuidade de sua missão para a culminância da reprodução social integral almejada, conforme mencionado anteriormente, transita tenuamente pela esfera político-econômica. Por isso, é vital, para o semiárido, compreender os acontecimentos que se desdobraram após a reeleição da presidenta Dilma Rousseff em 2014, e sua destituição, em 2016, que ascendeu ao cargo de presidente interino do Brasil, o seu vice Michel Temer.

No governo de Michel Temer foram intensificadas as investidas contra a classe trabalhadora, por meio da aprovação de mudanças no âmbito das leis trabalhistas, como a flexibilização da relação patrão e empregado, que precarizaram, ainda mais, as condições de vida da classe trabalhadora. Outra medida foi o congelamento por 20 anos dos gastos públicos, inclusive de setores como da educação, saúde e da assistência social, sendo que, esse último, impactou, com mais densidade, o trabalho da ASA no semiárido nordestino. Já em 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro, pôs-se em prática no Brasil um plano de governo pautado em reformas de rebaixamento da classe trabalhadora a níveis imensuráveis de precarização de reprodução social, além do explícito propósito de perseguição dos movimentos sociais. E, sobretudo, da disponibilização, em situação de subserviência, do Brasil para o usufruto do neoliberalismo.<sup>13</sup> Mas, as discussões sobre o golpe e suas reverberações serão

---

<sup>11</sup> “Matar a sede a; refrescar; saciar”. (AURÉLIO, 2018)

<sup>12</sup> Termo utilizado, predominantemente, pelos movimentos sociais que atuam no semiárido nordestino. Refere-se à sua população, no que tange a construção de sua identidade. (grifo nosso)

<sup>13</sup> BRASIL (2016); ASABRASIL (2018); RESENDE (2019)

retomadas no capítulo IV.

Toda essa conjuntura trouxe consigo problemas de cunho político, econômico e social, pois trata-se, em parte, de uma mudança ideológica no modo de compreender as necessidades do país. E no campo? Quais foram os impactos registrados?

É diante de tal realidade conflituosa que se realizou esta investigação sobre o(s) impacto(s) no semiárido nordestino das novas diretrizes governamentais, a partir de 2014, e suas implicações nas políticas públicas de convivência com o semiárido, por meio da realidade concreta expressa nas comunidades camponesas dessa região.

Emergidos nessa realidade sociopolítica, pensar os desdobramentos da mudança de governo no que tange as políticas públicas no semiárido conduz à uma conjectura pessimista de “alargamento” das desigualdades, no campo e na cidade. Especificamente no campo, pode-se inferir com a hipótese de que, possivelmente, haverá mais latente a dificuldade de transpor as limitações no acesso às políticas públicas de subsídio da agricultura camponesa familiar, bem como as políticas de convivência com o semiárido, o que incorre no retrocesso na democratização do acesso à água e das demais políticas de inclusão social, especificamente para as famílias do/no campo.

As análises estão embasadas na leitura da realidade concreta da Comunidade Bom Jesus de Cima, que foi o recorte espacial do trabalho investigativo. Localizada a 30 km da sede do município de Bom Jesus da Serra/BA, no Território de Identidade Sudoeste da Bahia (TS), engloba cerca de 30 famílias camponesas, das quais parte delas está inserida nas políticas de convivência com o semiárido implementadas pelo CEDASB desde o ano de 2009.

A comunidade teve/tem materializadas em sua delimitação espacial todas as frentes de convivência com o semiárido difundidas pela ASA. Tratam-se de cisternas de placas que armazenam 16 mil litros de água pluvial; cisternas de placa que armazenam 52 mil litros de água, conectada a uma área cimentada de 200m<sup>2</sup>; casa/banco comunitária/o de sementes; e assistência técnica e extensão rural sob os princípios da agroecologia.

As famílias agricultoras vivem, majoritariamente, dos trabalhos agrícolas, ora em suas terras, ora como diaristas em roças de outrem. Mas também recorrem à cidade quando no campo não têm as condições de garantir sua

existência. Além disso, comercializam alimentos (hortaliças e verduras) e, de forma incipiente, produtos artesanais, como vassouras de piaçava e esteiras de palha trançada.

É sob a égide dessa realidade concreta de produção e reprodução da vida social, econômica e cultural das famílias camponesas que se imbricam as discussões teóricas e analíticas dos desdobramentos da mudança de perspectiva política e econômica no tocante às políticas públicas, especificamente, no semiárido brasileiro. Entender a realidade tal e qual se faz substancial, principalmente numa região historicamente construída por fatídicos discursos, cunhados por interesses políticos. Exemplo disso, foi a apropriação política do discurso sobre a seca, a qual foi difundida como causa única do “retrocesso” econômico e social da região. Essa apropriação desvia do cerne dessa questão, que perpassa pela superficialidade das ações governamentais, que, como elucidou Andrade (1981, p.42), “[...] não procuravam encontrar soluções permanentes para os problemas causados por elas nem investigavam as suas causas, limitando-se a medidas paliativas, conjunturais, nos momentos de crise”.

A ausência de um estudo metucioso da região, e no pensar soluções com base na realidade concreta, só atendeu aos interesses do capital junto às classes dominantes. Não se pode deixar de destacar a atuação dos meios de comunicação no endosso do discurso estigmatizante da região, por meio da propagação de uma miséria naturalizada. Esse posicionamento das mídias, direta ou indiretamente, legitimou as intervenções das classes dominantes e fortaleceu a “indústria das secas”, que se articulavam entre a exploração do trabalho da população sertaneja nos períodos de seca intensa e a captação de recursos federais e estaduais para a elite oligárquica. Nessa conjuntura, a análise do trabalho da ASA se destaca por contrapor, por meio de proposições de projetos viáveis ao semiárido, às intervenções dos organismos estatais, focados na estruturação de grandes obras, que culminaram em resultados pouco expressivos e efetivos para as famílias camponesas.

No início dos anos 2000, se estabeleceram a pauta e a agenda propositiva de organização de políticas públicas para o campo no âmbito da democratização do acesso à água pelas famílias camponesas, e foi quando se difundiu, mais enfaticamente, a convivência com as secas. Essa *convivência com o semiárido*, embora tenha seus limites estruturais diante do sistema capitalista, pode ser

compreendida como um processo contra-hegemônico ao sistema de manipulação estratégica do capital, liderado pela ASA, diante do enfrentamento e das negociações com o Estado.

Academicamente, a ideia e tema da *convivência com o semiárido* tornou-se relevante há uns 15 anos, quando as ações da rede ASA começaram a suscitar novas perspectivas analíticas e de entendimento político-social da região. As tecnologias sociais trouxeram um arcabouço sociocultural e de resiliência que muito representa os camponeses do sertão.

Numa conjuntura de “desmantelamento” das conquistas sociais alcançadas até então pela abertura ao diálogo e negociação construídos nos governos de Lula e Dilma, que também se deram numa perspectiva dialética e ideológica, é substancial entender os meandros das propostas difundidas e aprovadas no governo de Michel Temer, e também as diretrizes governamentais do então presidente do Brasil Jair Bolsonaro, eleito em 2018, por proporcionarem o agravamento das desigualdades sociais do Brasil. Ambos os governos foram e são defensores de políticas neoliberais e reacionárias, explícitas quanto da preferência de classe a se aliançarem. Por isso, foi salutar a investigação mais enfática dos rebatimentos das decisões desses governos, do que os anteriores, nas políticas públicas direcionadas ao semiárido nordestino, especificamente às comunidades camponesas.

A expectativa acerca da pesquisa realizada é de contribuir com o enriquecimento teórico sobre o protagonismo social e suas configurações no tempo e no espaço, especificamente, na construção de políticas públicas, que estão para além das ações elaboradas e executadas pelo Estado, como é apreendida habitualmente.

Pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, em destaque os estudiosos do Nordeste Brasileiro, têm se debruçado sob esse temário da *convivência com o semiárido*, como Silva (2006), Assis (2009), Mattos (2010), Pereira (2015), Santos (2015), Couqueiro (2016), Dutra (2017), dentre outros, na perspectiva de consolidar a convivência com o semiárido enquanto um projeto de construção de um envolvimento socioeconômico e cultural que tenha como ponto de partida as idiossincrasias da região e do povo que nela vive. Uma convocatória de modificação do *modus operandi* do Estado brasileiro. Destarte, convém também registrar as contribuições das pesquisas de Almeida (2011), Jesus (2012)

e Silva (2014), que trouxeram para o debate as condições do campesinato no Território de Identidade Sudoeste da Bahia após o trabalho desenvolvido pelo CEDASB/ASA na região.

Em menção a pesquisa de Almeida (2011), que se reverberou no estudo realizado e sistematizado nessa dissertação, é importante elucidar que sua trajetória de maturação teórica aconteceu concomitante à vivência no campo e à luta travada nos diferentes cenários políticos e hegemônicos. Como resultado da pesquisa monográfica ratificava que “as ações executadas pela Articulação no Semiárido Brasileiro são registradas como ponto de partida, e não de chegada, para o enfrentamento social em prol de políticas públicas”. (p.65).

A pesquisadora em questão é sócia fundadora do CEDASB e integrante do Núcleo de Articulação Institucional do CEDASB, desde 2012. A vivência nos meandros de execução e implementação das políticas públicas fortaleceu seu respeito e afeição pela resistência e capacidade de resiliência das famílias camponesas do semiárido nordestino, e, por isso, compreendeu a necessidade de continuar o processo investigativo, por meio de uma leitura mais atual da configuração das políticas públicas de convivência com o semiárido, frente à mudança de governos, da relação sociedade civil e Estado, entre os anos de 2014 a 2019, bem como identificar seus desdobramentos no campo, o que é algo original no âmbito da Geografia.

Com o referido estudo vislumbrou-se, enquanto pesquisadora e militante, fortalecer os movimentos sociais no campo da formação e do empoderamento popular, na reafirmação de sua importância em inquietar o *status quo* consolidado pelo Estado em favor da classe dominadora, até que suas reivindicações, que são legítimas, possam ser efetivadas. E, em consonância com essa intenção, almeja-se que a dissertação possa expor as contradições do modo de produção capitalista, mas de forma a promover um pensar de novas vivências, perspectivas e sociabilidades para o campo, especificamente da região semiárida, somando-se assim a tantos outros estudiosos do temário.

Para tanto, adotou-se como objetivo norteador do processo investigativo, analítico e observativo, que culminou nesta dissertação, a busca pelo entendimento de como passaram a ser consolidadas as políticas públicas de convivência no semiárido brasileiro, com base na transição dos governos, entre 2014 e 2019, e a relação desses com a sociedade civil organizada,

especificamente com a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). Tratou-se, especificamente, de compreender as lógicas intrínsecas na implantação das políticas de Convivência com o Semiárido no período supracitado e, dessa forma analisar como as mudanças de governos impactaram no desenvolvimento dessas políticas públicas.

Para retratar de forma mais verossímil a realidade concreta, investigou-se as dimensões social, econômica e cultural das políticas públicas de convivência com o semiárido executadas pelo CEDASB na comunidade de Bom Jesus de Cima, o que possibilitou a averiguação do papel das organizações da sociedade civil na luta por direitos garantidos constitucionalmente, porém, comumente usurpados pela classe política dominante, principalmente no que tange as comunidades camponesas.

A comunidade de Bom Jesus de Cima está localizada no município de Bom Jesus da Serra, no Território de Identidade Sudoeste Baiano, e sua escolha foi motivada por agregar em sua espacialidade todas as frentes de implementação de políticas de convivência defendidas pela ASA, o que possibilitou uma análise mais real frente aos objetivos específicos pretendidos.

Frisa-se que a pesquisa desenvolvida foi, preponderantemente, qualitativa, subsidiada por dados quantitativos, no intuito de corroborar com a interpretação mais verossímil do objeto pesquisado. Compreende-se por pesquisa qualitativa aquela que “trabalha com o universo de significados, [...], o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos [...]” (MINAYO, 2002, p.21-22). Por isso, a escolha por essa modalidade investigativa visou não comprometer a interpretação da problemática no espaço socialmente construído em relações adversas, contraditórias, mas também complementares.

No primeiro momento da investigação, foram feitas releituras de alguns autores utilizados na fundamentação teórica, como Andrade (1981;1984;1988), Maranhão (1984), Castro (1996) e Oliveira (1977;2008), que explicam nos respectivos trabalhos como ocorreram e se configuraram as intervenções do Estado no Nordeste; Martins (1983), Oliveira (1996;1997; 2007), Shanin (1983) e Fernandes (2001) que discutiram o campesinato e suas peculiaridades frente a expansão do modo de produção capitalista; e Engels (1984), que explica o surgimento do Estado. Entretanto, houve a necessidade de ampliar o levantamento bibliográfico para abarcar as questões atinentes ao tema,

principalmente no que se refere à correlação entre políticas públicas de convivência com o semiárido, a sociedade civil e o Estado, para melhor alicerçar, teoricamente, a discussão.

Além disso, foi realizada pesquisa documental, que, segundo Gil (2002), são “documentos de primeira mão”, passíveis de análise interpretativa. A pesquisa documental foi um procedimento investigativo e analítico imprescindível para a construção deste texto, pois qualificou as discussões acerca das políticas de convivência com o semiárido e sobre sua insurgência. Trata-se de um tema com incipiência de produções científicas, ao menos com densidade teórica.

No intuito de dar substancialidade ao trabalho, analisou-se, também, documentos oficiais da ASA e dados cadastrais das famílias da comunidade de Bom Jesus de Cima, por meio do acesso e manuseio do acervo do CEDASB. O acesso foi possibilitado e autorizado pela solicitação formal encaminhada à diretoria da instituição, conforme exposto nos anexos.

Cabe salientar que parte do levantamento de dados da pesquisa foi realizado em meio digital, via internet, como buscas em *sites* institucionais, jornalísticos e governamentais, para investigação de reportagens, entrevistas, cartas, registros fotográficos, dentre outros.

Como a pesquisa se refere a um estudo de caso, e esse, por sua vez, se fundamenta na investigação minudente de uma realidade concreta (GODOY, 1995), buscou-se debruçar na relação imbricada entre a comunidade de Bom Jesus de Cima e as políticas públicas de convivência, nos diferentes cenários políticos da conjuntura nacional.

As demais técnicas de coleta de dados utilizadas no trabalho de campo foram a observação sistemática e participante, entrevistas semiestruturadas, registro fotográfico e mapeamento de localização. A observação sistemática é uma técnica desenvolvida com base na análise do cotidiano do objeto estudado, sob um viés previamente definido, mas sem engessamentos. (MARCONI; LAKATOS, 2007). Já a observação participante “consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada”, conforme Gil (2002). Para tanto, foram utilizadas como ferramentas de registros no campo o diário/caderneta, câmera fotográfica e gravador de áudio. A observação participante aconteceu no contexto do cotidiano das famílias, em que foi possível tecer as conjecturas, inferências, constatações e indagações das

variadas situações. (BONI; QUARESMA, 2005).

Sobre as entrevistas semiestruturadas, sua principal característica está na flexibilidade de elaboração, pois, apesar da existência de um roteiro base, é possível inserir e/ou suprimir assuntos que se julguem essenciais ou não. (COLOGNESE; MÉLO, 1998). Essa flexibilidade do procedimento permitiu as intervenções necessárias que aclararam as informações colhidas pela pesquisadora durante o campo.

No montante, foram 34 os sujeitos entrevistados, dentre os quais quatro do poder público de Bom Jesus da Serra, que permitiram obter informações sobre suas interpretações frente aos desdobramentos (avanços e retrocessos) das políticas públicas de convivência na dinâmica do município, principalmente nos últimos quatro anos.

Entrevistou-se, também, quinze famílias beneficiadas com as políticas públicas de convivência da ASA, o que facilitou a apreensão de como essas políticas se materializaram nas dimensões da vida concreta desses sujeitos. Ressalta-se que dessas quinze famílias, cinco foram beneficiadas, apenas, com o programa P1MC. Dessa forma, para permitir um contraponto, no que tange a análise acerca da morosidade de abarcamento da demanda real de acesso a água no semiárido, foi substancial entrevistar quatro famílias que, por conta própria, construíram suas cisternas.

Embora seja uma pesquisa qualitativa, buscou-se ter também coerência quantitativa no que tange a amostragem, que trata a dimensão material que permitiu as conjecturas e leituras acerca da temática abordada neste trabalho. Dessa forma, considerou-se um erro amostral de 13.85% para uma população distribuída em 30 domicílios, nível de confiança de 95% e distribuição homogênea 80/20.<sup>14</sup>

O procedimento também foi aplicado a quatro integrantes da Comissão Executiva Municipal, responsáveis pelo controle social das ações da ASA no município, o que elucidou como eles/as apreendiam o seu papel na luta pelas políticas públicas; e a quatro integrantes do CEDASB, que possibilitou a abstração da dimensão do trabalho e influência dessa organização. E, por fim, a realização das entrevistas com três representantes da ASA nas instâncias nacional e estadual, que foram facilitadores do entendimento de como se

---

<sup>14</sup> BORRIELO (2014).

consolida a relação entre sociedade civil e Estado na luta pela garantia de direitos, principalmente nos últimos 4 anos, e especificamente, através da lente da articulação.

Após a conclusão da coleta de dados, dedicou-se à realização da sistematização e organização das informações nos formatos de textos, gráficos, tabelas e mapas, sendo esses incorporados a esta dissertação, dando-lhe base empírica e substancialidade. Com a pretensão de possibilitar a visualização cartográfica da realidade investigada, foram feitos mapeamentos de localização geográfica do município de Bom Jesus da Serra, da comunidade de Bom Jesus de Cima e dos municípios de atuação do CEDASB nos Territórios de Identidade; da distribuição espacial das tecnologias sociais dos programas P1MC e P1+2 nas terras dos camponeses/as entrevistados/as; da delimitação territorial da região semiárida brasileira entre 1989 a 2017; do uso do solo pelas famílias entrevistadas, e da destinação da produção agrícola oriunda das tecnologias sociais do Programa P1+2, dada pelas famílias entrevistadas.

Sobre o método, antes de qualquer predicativo e conforme a clara Moraes, Costa (1987), trata-se de uma escolha analítica e interpretativa da sociedade feita pelo(a) pesquisador(a), baseada em pressupostos filosóficos. Pode-se então dizer que o método é a “forma de ver o mundo”. Destarte, adotou-se o materialismo histórico e dialético para nortear os estudos teórico e empírico e viabilizar a interpretação da realidade concreta em sua materialidade (objetividade) e imaterialidade (subjetividade).

O entendimento de como se deram/dão os desdobramentos das políticas de convivência com o semiárido, no cotidiano de Bom Jesus de Cima, reafirmou essa comunidade enquanto uma especificidade, intrinsecamente relacionada a uma totalidade de relações de poder, luta de classes, supremacia hegemônica de ordem capitalista, e da política. Essa totalidade se desdobra no devir de sua reprodução social, concreta e subjetiva, e configura contradições, conflitos, desigualdades e enfrentamentos. É por estar diante dessa complexidade que o método escolhido se apresenta como o mais propício para o desvendamento desse real, e de identificação das forças que se enfrentam, dialeticamente, no processo de garantia de direitos básicos e constitucionais.

O temário desenvolvido neste trabalho é apresentado em quatro seções, cuja primeira é a base introdutória sobre a temática. A segunda seção trata da

construção ideológica do Nordeste e do semiárido numa crítica à perspectiva positivista, e apresenta a ASA como movimento progressista na desconstrução de discursos hegemônicos e tautológicos sobre o Nordeste e as secas. Na terceira, aborda-se a mudança paradigmática do “combate à seca” para uma concepção de convivência, e, com base nesse feito, a consolidação das políticas públicas no semiárido. Ainda nessa seção, apresenta-se o trabalho do CEDASB nos territórios de atuação, no intuito de compreender a relevância social e política por meio de suas ações. Na quarta seção, desvela-se a realidade concreta, por meio da análise das ações de convivência implementadas pelo CEDASB no município, porém, com mais densidade acerca da comunidade de Bom Jesus de Cima. Faz-se, ainda, a análise conjuntural do desmonte da Política de Convivência com o Semiárido difundida pela Articulação Semiárido Brasileiro, de como esse posicionamento político “enfraqueceu”, “sufocou” e “estrangulou” as organizações sociais e como desmontou e complexificou as oportunidades das comunidades camponesas para garantir dignidade, ao retirar-lhes direitos constitucionais.

## 2. A ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, UM MOVIMENTO CONTRA-HEGEMÔNICO

Neste capítulo, serão apresentados o processo de criação da ASA e a consolidação das políticas de convivência com o Semiárido no âmbito dos discursos e práticas políticas, suas imbricações e desdobramentos. Aborda-se, também, como as Organizações da Sociedade Civil (OSC) construíram, a partir da década de 1990, novos patamares discursivos e construtivos sobre a região, reverberados em particular atuação na execução de políticas públicas no campo, especificamente na luta pela democratização do acesso a água.

### 2.1 O SEMIÁRIDO INDELÉVEL. DO POSITIVISMO NATURALISTA A UMA CRÍTICA POLÍTICO-SOCIAL.

Uma análise condizente com a realidade do semiárido brasileiro requer, em primazia, a compreensão do processo de criação ideológica da Região Nordeste dentro da proposta de desenvolvimento econômico nacional.<sup>15</sup> As investidas do Estado em “modernizar” sua estrutura produtiva, de agrícola para industrial, constituíram, ao longo das décadas, disparidades sociais em espaços regionalmente delimitados, e, nesse contexto, o semiárido se consolida enquanto “região problema” para a efetivação dos fins propostos ao crescimento do Nordeste.

A opção político-administrativa de fracionar o espaço geográfico em “regiões” com fins classificatórios, de gestão e de intervenção, é enfaticamente criticada por Oliveira (1977, p.30) quando esclarece que

[...] O que preside o processo de constituição das “regiões” é o modo de produção capitalista, e dentro dele, as “regiões” são apenas espaços sócio-econômicos onde uma das formas do capital se sobrepõe às demais, homogeneizando a “região” exatamente pela sua dominância e pela conseqüente constituição de classes sociais [...].

Essa é uma concepção desenvolvida sob princípios marxianos de compreensão de mundo e da realidade, emergidos na década de 1970 no Brasil. Mas, para apreendemos histórico-geograficamente como ocorreu a estruturação

---

<sup>15</sup> Embora se use com recorrência o termo região neste trabalho, não se tem a pretensão de desenvolver uma análise conceitual do mesmo, uma vez que não é o objetivo da dissertação.

social do Nordeste Brasileiro e, imbricada a esse, do seu semiárido, é mister reportar leituras como a de Alves (1982). O autor realiza uma abordagem descritiva e histórico-temporal das ações de reconhecimento territorial realizado pelos portugueses e de como esse “desbravamento” desvela no interior das capitanias hereditárias o fenômeno das secas como um dos mais difíceis “entraves” a serem transpostos para a instalação dos colonizadores.

As capitanias, configuradas como um sistema administrativo aderido pelo Rei D. Joao III, em 1534, demarcavam o poder de Portugal sob os territórios conquistados e nesses eram explorados recursos naturais que pudessem promover o enriquecimento de Portugal. Inicialmente, apropriaram das terras para se produzir, preponderantemente, o açúcar – o ouro branco na Europa, e à luz da análise de Prado Junior (2004) essa apropriação e exploração são a condição de um sistema intervencionista fundamentado em demandas exteriores ao território. Assim sendo, as capitanias hereditárias se “assemelhavam” a “empresas” de grandes extensões de terras, que desenvolviam um sistema produtivo monocultor, com utilização de um contingente de mão-de-obra sem qualificação técnica.

A instalação dos colonizadores e suas estruturas no território brasileiro e o desempenho produtivo das capitanias estavam condicionados às questões edafoclimáticas, geológicas e de resistência dos indígenas. As dificuldades de desenvolvimento das capitanias do “Norte”<sup>16</sup>, bem como seu povoamento, eram atribuídas a existência de oscilação climática desfavorável, chuvas irregulares e solos áridos, realidade posta como intransponível para esses “desbravadores”. (ALVES, 1982)

Nota-se que a construção ideológica do “Nordeste” e, conseqüentemente, da porção territorial localizada em áreas semiáridas, identificada em outrora de “Nordeste Seco”, atrelava-se a uma visão fatalista de espaço inóspito, ora por conta da seca, ora por conta da infertilidade dos seus solos e ora pelos índios, que se mantiveram, em sua maioria, resistentes a submissão aos colonizadores. Porém, cabe ressaltar que trata-se de uma construção interpretativa que se embasou, naquele período, na impossibilidade de se expandir a monocultura do açúcar, como registrou Prado Junior (2004, p.10), “Tal circunstância deteve a expansão do povoamento que se aglomerou nos núcleos litorâneos, ficando o

---

<sup>16</sup> Denominação a qual se referia aos estados localizados na parte setentrional do território brasileiro, nos períodos que compreenderam o Império a Primeira República do Brasil. (ANDRADE, 1988, p. 7)

interior quase ao abandono, e [...] ocupado por dispersas fazendas de gado”.

Esse abandono foi fortemente evidenciado no século XVII. O denominado “Nordeste Seco”, que compreende o que hoje se conhece, geograficamente, como semiárido brasileiro, passou por períodos de intensas estiagens, e para a Coroa Portuguesa as análises sobre o fenômeno climático se resumiam na “contabilidade” das perdas econômicas. As maiores lástimas são registradas no Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte, predominantemente. (ALVES, 1982)

Ainda segundo o autor, nos períodos que compreenderam o império e a república, especificamente entre 1850 a 1900, foi que se começou a pensar, politicamente, soluções para as secas e suas consequências. Em 1856, o governo autorizou uma comissão científica para colher informações e elementos das províncias, principalmente de sua hinterlândia, embora os feitos pela comissão pouco valeram para alguma intervenção concreta em meio aos flagelos em que viviam a população.

Sobre esse início de estudo sistemático do conhecido “Norte” do Brasil, delibera-se: “Art.17. O governo fica autorizado para: 1º Nomear huma comissão de Engenheiros e Naturalistas que explorem o interior de algumas Provincias, devendo fazer collecções de produtos naturaes para o Museo Nacional, e para os das Províncias”. (BRASIL, 1856)

Enquanto se realizava legalmente o levantamento de informações acerca dessas regiões, o fenômeno da seca era uma realidade constante. Entre os anos de 1877-1879, por exemplo, milhares de homens, mulheres, crianças e idosos foram dizimados pela fome, proveniente da ausência de recursos estratégicos para sua sobrevivência. De modo a externar, minimamente, o que foi essa seca de 1877 é oportuno socializar o relato do senhor Francisco Ferreira da Silva, conhecido como Cícero Clara, morador do município de Senador Pompeu no Ceará.

o véi que era casado cum minha vó, que arcançô a seca de 77, [...] Cabra comia uns aos outros. Aí era divera viu. [...]. Foi três ano de seca. Se largava no mei do mundo com a famía, ou sozinho como fosse, quando chegava certa altura, achava os ossos véi de gado que morreu [...], aquela ossada véa, tampo véi de couro de gado. [...] e queimava e fazia aquele pó....pá cumê! [...] Que o ricursu era esse né. [...]. (UZINA VÍDEO, 2017)

Tratada como fator único das mazelas assistidas, a seca “ganhou”

notoriedade política com os representantes das áreas por ela afetadas, bem como entre grupos de pesquisadores e cientistas. É por meio do Decreto 1.396 de 10 de outubro de 1905, início do século XX, sancionado pelo então presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves, que se formalizou uma estratégia de ações preventivas aos efeitos das secas no Nordeste. Porém, não se elenca no referido documento quais seriam as referidas ações, como analisado no seu artigo 1º, o qual diz que: “Além da construção de obras preventivas, feitas por conta da União contra os efeitos das secas que assolam alguns Estados, poderão ser executadas outras com o mesmo fins, por conta destes e daquela conjuntamente”. (BRASIL, 1905)

Posteriormente, com a Lei nº. 2.050 de 31 de dezembro de 1908, é que se teve melhor noção de quais intervenções o Estado brasileiro estava propondo para solucionar os problemas referente as secas no “Norte” do Brasil. Determina-se, portanto, no Art. 16, as seguintes diretrizes dos serviços a serem desenvolvidos no semiárido:

a) construir açudes e poços nos Estados assolados pela secca, de accôrdo com as instrucções que forem expedidas; b) construir estradas de ferro e melhorar outras vias de communição que liguem os pontos affectados pela secca aos de facil communição com os melhores mercados e aos centros productores; c) premiar aos cidadãos que construirem em terras de sua propriedade pequenos açudes ou poços, de accôrdo com as condições estabelecidas pelo Governo. (BRASIL, 1908)

Esse conjunto de ações interventivas, que englobava, em sua concretude, agentes sociais diversos, impulsionou a criação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IOCS) em 1909, e hoje denominado Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Com funcionalidade de execução e fiscalização das obras, o IOCS se tornou referência de institucionalização das questões acerca das secas. Demais órgãos fizeram parte desse mosaico intervencionista na primeira metade do século XX, como o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), criado em 1933, e a Companhia do Vale do São Francisco (CVSF), criada em 1948. (ANDRADE, 1984)

Da institucionalização dessas ações interventivas no Nordeste, embasadas, ainda, no discurso determinista de incidência das secas para explicar “sua” problemática socioeconômica e política, foi que, a partir da década de 1950, emergiram, mais incisivamente, análises e discussões acadêmicas à luz de um rompimento com a visão positivista, tecnicista e a superficialidade analítica que

dominava a apreensão do Nordeste na totalidade estrutural do Brasil.

No âmbito dos movimentos sociais, especialmente com as Ligas Camponesas, também emergiam ideias e ideais contrapondo o governo e suas deliberações. Amplia-se e adensa-se o discurso crítico sobre a política adotada pelo Estado, em defesa do direito dos camponeses/as viverem com dignidade no campo, e, para tanto, pautava-se na urgência de uma reforma agrária.

Embora, politicamente, não se havia mudado o parâmetro de abordagem estatal sobre a Região Nordeste do país, esse posicionamento intelectual de teóricos e militância social é que possibilitou uma perspectiva diferente no entendimento da realidade brasileira, em contraposição ao discurso até então único e dominante. Dentre os protagonistas dessa ruptura da interpretação da realidade nordestina, destacam-se: Celso Furtado, Gadiel Perrucci, Francisco de Oliveira, Manuel Correa de Andrade, dentre outros.

A ausência de efetividade do Estado, no que tange a estrategiar soluções, devia-se a dois equívocos interpretativos da realidade nordestina elucidados por Andrade (1988). O primeiro se refere aos discursos das condições edafoclimáticas como responsáveis pelo não desenvolvimento da região; e o outro a concepção seletiva de que a raça e a etnia podem explicar o “subdesenvolvimento” ou o “desenvolvimento” de regiões. Ambas interpretações direcionavam as ações interventivas, “levando o Poder Público a manter o *status quo* que favorece os grupos econômicos dominantes”. (p.43).

A compreensão de que a seca é um elemento que compunha a totalidade da realidade do semiárido brasileiro e um fenômeno climático caracterizado pelas altas temperaturas e evapotranspiração, que se intercalam com o baixo índice pluviométrico (em algumas localidades) e a irregularidade das precipitações, não justifica a inoperância do Estado. A inércia durante décadas é uma opção política atrelada a uma escala maior de relações econômicas e sociais.

São especificidades naturais que foram, e até certo ponto ainda são, politicamente utilizadas para justificar e defender o ideário de uma “pobreza naturalizada” pela existência de uma “natureza idealizada”, apreendida “como um obstáculo intransponível a qualquer progresso ou justiça espacial” (CASTRO, 1996, p.297). Uma verdadeira tautologia ideológica de convivência, que garante aos políticos conservadores da oligarquia local a consolidação de suas carreiras e deixam a mercê de suas vontades milhares de trabalhadores e trabalhadoras do

campo e das cidades.

Destarte, até 1950, os órgãos instituídos para amenizar os flagelos da seca e promoção de um “desenvolvimento regional” não lograram êxito social, e nem econômico, mas fortaleceram a oligarquia dominante detentora de grandes extensões de terras. Tal fato ocorreu pela descontinuidade da liberação de recursos financeiros do Estado para o DNOCS prosseguir com as ações e, diante dessa lacuna, a oligarquia local assumiu o papel de credora. Assim sendo, aclarar-se como o departamento foi gradativamente cooptado pela classe dominante (capitalistas ou proprietários fundiários). (MARANHÃO, 1984)

Segundo o autor, em similitude com o que já aclarava Andrade (1988), o que se evidencia no devir dessas ações e relações do processo de implementação das “estruturas emergenciais” é a falta de comprometimento efetivo de solucionar as questões as quais tais órgãos se propuseram a resolver. Complementa enfaticamente que

Falar de intervenção estatal na região Nordeste antes dos anos 60 é falar em geral da política de Governo. Ou talvez, seja falar de “não-política”, pois não se pode falar de uma *política econômica para o Nordeste* até a criação da SUDENE, na medida em que a atuação do Estado na área, feita de modo assistemático, tinha um caráter nitidamente assistencialista. (MARANHÃO, 1984, p.87)

Com a inexpressividade social das ações do DNOCS, resultante também da centralização das obras nos latifúndios e minifúndios, que pouco amenizaram as situações de calamidade pública pela sucessão das secas, o Estado brasileiro passou a focar e elaborar um planejamento de cunho integrador do Nordeste às demais regiões do Brasil, com objetivo eminentemente econômico. Assim sendo, é procedente e coerente a assertiva de Maranhão (1984), quando elucida que as ações intervencionistas realizadas no Nordeste, desde o início do século XX, faziam parte, muito mais, de uma “*não política*” estatal.

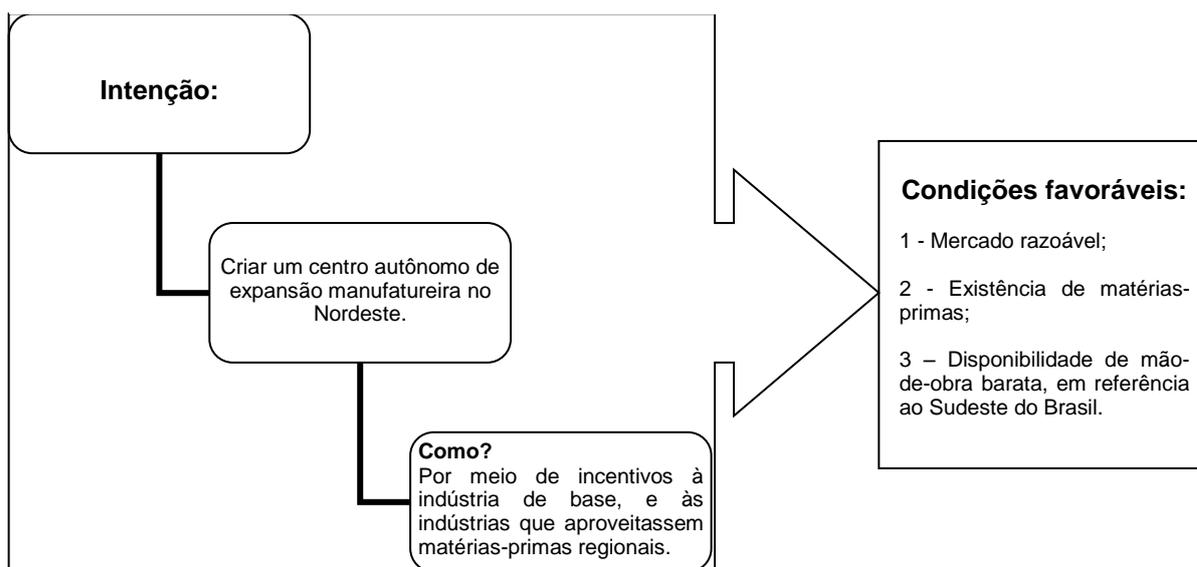
Foi somente em 1959 que se estruturou, como enfatizou o autor, uma “*política econômica para o Nordeste*”. Criou-se, no governo de Juscelino Kubitschek, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) pautada nos estudos realizados pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento

do Nordeste (GTDN)<sup>17</sup>. Foi apresentada como via de superação dos “desequilíbrios regionais” do Brasil, por meio da proposta governamental de industrialização na década de 1960. Mas, para tanto, era iminente a necessidade de integração de todas as regiões brasileiras para alcançar tal objetivo.

O discurso da integração nacional constituiu-se de forma contraditória na perspectiva interpretativa de que essa “integração” é meio e complemento da realização da lógica da reprodução do capital no território, e que, naquele momento, mais que nos anteriores, se vinculava às necessidades e regras do mercado internacional.

Destarte, a análise feita por Araújo (1984) acerca da proposição do GTDN (Figura 1) e a inserção dessa proposta como centralidade das ações da SUDENE, que teve o intuito de estruturar uma “base econômica” nacional com foco na industrialização das atividades produtivas regionais para proporcionar um crescimento econômico mais “autônomo”, não logrou o êxito almejado, isso no desenrolar dos interesses internos e externos à região e ao país.

**Figura 1 – Síntese da proposição do GTDN para o desenvolvimento do Nordeste.**



Fonte: Araújo (1984)  
Elaboração: Eliane Almeida (2019)

<sup>17</sup> Grupo de estudo criado em 1956 pelo governo de Juscelino Kubitschek, responsável pela elaboração de um planejamento de desenvolvimento do Nordeste intitulado: “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”. Esse documento contribuiu para se consolidar um viés perceptivo da região, sob a ótica de suas contradições internas, e dessa forma aderido pelo Estado Nacional para realizar a “política regional”, rendendo resultados e questionamentos controversos. (LISBOA, 2007)

Embora tenha-se notado o expressivo movimento ascendente da expansão das indústrias no Nordeste, nas primeiras duas décadas da industrialização brasileira, o crescimento industrial não se fez constante e sólido, conforme ratifica a autora supracitada. A *posteriori*, a proposta do GTDN, como consta na figura 1, e posteriormente inserida como parte das ações da SUDENE, não manteve a originalidade da ideia de consolidar uma “economia regional” baseada em especificidades/potencialidades, por desconsiderar a possibilidade de conflitos de interesses dentro e fora das classes, inclusive a industrial, quando se propôs a incentivar e fomentar o crescimento de segmentos produtivos regionais. Dessa forma, destoando do pretendido, o que se obteve de consolidação econômica é o que está sintetizado na tabela 1:

**Tabela 1 – Distribuição dos segmentos das indústrias tradicional e não tradicional, por percentual, no período entre 1960 -1980.<sup>1</sup>**

Segmentos da indústria tradicional	%	Segmentos da indústria não tradicional	%
Têxtil	15%	Química	30%
Alimento	10%	Metalurgia	16%
Vestuário/Calçados	3%	Minerais não metálicos	7%
		Material elétrico e de comunicações	4%
		Papel e papelão	4%
<b>Percentual investido</b>	<b>28%</b>	<b>Percentual investido</b>	<b>61%</b>

Fonte: ARAÚJO (1984)

Elaboração: Eliane Almeida (2019)

Nota:1 - Os investimentos mencionados são do O Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR é um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal e criado pelo Decreto-Lei nº 1.376, de 12.12.1974. Constituído de recursos aplicados em ações e debêntures, destina-se a apoiar financeiramente empreendimentos instalados ou que venham a se instalar na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. O objetivo é contribuir para o desenvolvimento econômico da Região Nordeste e parte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, além de ser um investimento atrativo para as empresas contribuintes do imposto de renda de todo o País.

Tem-se, portanto, o discurso explícito da construção de uma nova perspectiva de desenvolvimento para a região, porém, o que se sucede é a subsunção do setor industrial frente a apropriação espacial protagonizada pelas indústrias de outras regiões do país e estrangeiras, com o aporte do próprio Estado. Ou seja, a intencionalidade difundida sobre a construção de uma “economia regional” forte e consolidada se materializou na abertura de espaços para acumulação de riquezas de agentes externos à realidade do Nordeste.

O vislumbre de uma economia regional de “autopropagação” se desdobrou

em uma economia industrial “dependente e complementar”, como afirma Araújo (1984). Nesse interim o Estado passa a regular as relações sociais e econômicas de forma a garantir ao capital nacional e estrangeiro a mais fluida e menos conflituosa reprodução. Mas, não se previu, por exemplo, que poderia haver, como houve, conflitos com a elite industrial brasileira consolidada no Sudeste do país e a oligarquia conservadora nordestina. A primeira com representação que havia de mais “moderno” e a segunda, por sua vez, em contínuo estigma do que é “ultrapassado”, em busca de superação.

Sobre a dualidade entre os conceitos de moderno e ultrapassado percebe-se que essa faz parte de uma interpretação subentendida da realidade. Segundo Perruci (1984, p.15), é descabida a classificação de antônimos conceituais, *per si*, na lógica capitalista, pois “[...] o princípio da desigualdade é regido pelas leis que operam a divisão do trabalho, dentro de uma mesma totalidade [...]”. Significa dizer que “[...] o que o dualismo denomina de ‘atrasado’, na verdade, nada tem de atrasado no sentido em que dificulta o crescimento combinado e, por isso mesmo, há que se tornar ‘moderno’. Com efeito, o ‘atrasado’ existe em função do ‘moderno’ e vice-versa. [...]”.

Em suma, mesmo que, inicialmente, as ações propostas pela Superintendência tenham sido concebidas como “alternativas” para um desenvolvimento menos díspare entre as demais regiões brasileiras e o Nordeste<sup>18</sup>, há que se compreender que à luz do capitalismo não tem como manter esse equilíbrio almejado por Celso Furtado, pois qualquer planejamento, nessa linha ideológica, inexoravelmente, permeará por enfrentamento sistemático de classe, uma vez que há conflitos de interesses distintos e irreconciliáveis entre capitalistas e os detentores da força de trabalho. Ou seja, a miséria e o atraso são elementos de uma totalidade que se renovam assim que os limites estruturais não permitem a reprodução contínua do capital. (ANDRADE, 1988)

Tais conjunturas permitem compreender as dificuldades contemporâneas da consolidação de políticas públicas nesse território. Outrora a relação de

---

<sup>18</sup> Na proposta oficial elaborada por Celso Furtado, em 1959, demais ações foram elencadas para um desenvolvimento social mais qualitativo, como, por exemplo: a reforma agrária, pois se entendia que, por menor que fosse a porção de terra de um agricultor, o importante seria que essa estivesse produzindo, ou seja, cumprindo sua função social; e, segundo, a redistribuição da população das regiões com maior densidade para outras regiões, como para o Estado do Maranhão. Mas, assim como nas implementações anteriores, também essas propostas não condiziam com os interesses das elites oligárquicas nordestina. (TAVARES, *et al.*, 1998).

cumplicidade/interesse entre o órgão estatal e a oligarquia nordestina protagonizaram a privatização de benefícios públicos, como ocorrido no período de atuação do DNOCS, nas construções de barragens, açudes e estradas em grandes propriedades fundiárias de ricos e médios agropecuaristas; e, quando da captura da SUDENE por essa mesma oligarquia oportunista, que, conforme esclarece Lisboa (2007), teve acessos creditícios e, dessa forma, com os investimentos fundiários favoreceram maior concentração de terra no Nordeste, assim como em demais regiões do Brasil. Ou seja, ao invés de uma reforma agrária com distribuição de terra concomitante à distribuição demográfica, o que se teve foi o fortalecimento da elite oligárquica, o que não afetou a estrutura político social já estabelecida desde outrora na região. Além do mais, a absorção do contingente de mão-de obra nordestina só sobressaiu em trabalho de ínfima exigência técnica, o contrário foi apropriado pela mão-de-obra qualificada do Sudeste do país.

É importante esclarecer, à luz da reflexão feita pela autora, que a captura da SUDENE se deu durante o período do regime militar (1964-1985), momento em que havia o empenho governamental de reestruturação do Estado brasileiro, no sentido da centralização do poder de decisão. Essa inflexão do Estado nacional diminuiu, drasticamente, a autonomia dos estados e regiões de todo país, pois o planejamento e a liberação de recursos financeiros foram atrelados à instância federal. Tem-se, portanto, um Brasil condicionado, mas receptivo às demandas da macroeconomia, e estratégico na estruturação da divisão regional do trabalho para o atendimento da reestruturação produtiva do capital mundializado. Nesse interim, o trabalho da SUDENE se resumiu a financiamentos empresariais, em favorecimento do monopólio produtivo da elite industrial. Portanto, não tinha mais a função propositiva e nem de planejamento.

Esse contexto se fortaleceu com a intervenção de agentes exógenos, principalmente os Estados Unidos, que se articulavam para consolidar a “Aliança para o Progresso”. Esse “projeto” objetivou encaminhar os países “subdesenvolvidos” ao tão almejado desenvolvimento econômico e nessa intenção destacava-se a América Latina. O cerne da “Aliança para o Progresso” era erradicar, enfraquecer e inviabilizar qualquer insurreição, existência ou resistência da ideologia comunista na América Latina que pudesse atrapalhar os planos econômicos dos países desenvolvidos no continente latino-americano, e

nessa conjuntura pode-se compreender a supressão da atuação e militância das Ligas Camponesas. A CEPAL, por exemplo, surgiu como um importante instrumento para mapear a América Latina em todos os âmbitos de sua organização socioeconômica para fins exploratórios. Se tratava da difusão de um Estado liberal defensor da livre negociação comercial, que se utilizou dos discursos do desenvolvimento, da superação e da modernização para atender a lógica maior que se pautava no controle, subsunção, financeirização e dependência entre os países. (RIBEIRO, 2006; LISBOA, 2007; SILVA, 2008)

Em retorno à discussão sobre a SUDENE à luz da análise de Colombo (2018), pelos 16 anos de “engessamento” e ínfimo protagonismo da superintendência, somados às sucessivas denúncias de corrupção nos financiamentos realizados à elite empresarial regional por meio do FINOR, além de não mais representar para o Estado, nesse contexto, instrumento de implementação dos programas nacionais de desenvolvimento do Brasil, é que foi extinta, em 2001, pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, conforme Medida Provisória nº 2.146-1<sup>19</sup>. Todavia, em janeiro de 2007, foi reinstituída como autarquia especial vinculada ao Ministério da Integração (MI), com incumbência de promover o desenvolvimento “includente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia Nacional e Internacional”. (BRASIL, 2007)

A intervenção do Estado na Região Nordeste com as inspetorias, departamentos e superintendências, que em sua maioria foram desenvolvidas por profissionais elitistas, os quais já tinham formado um ideário de organização social, econômica e cultural estruturado sob os moldes mecanicistas do desenvolvimento, contribuíram com a difusão da região de miséria e retrógrada no imaginário nacional. Como já afirmava Andrade (1988, p.37), “o social e o político ficaram a reboque do econômico, acentuando e consolidando a pobreza regional”.

Ao ater-se especificamente ao Semiárido e a forma de como se sucederam as mitigações dos períodos de estiagens, é pertinente entender o papel dos meios de comunicação na propagação do ideário do sertão miserável. A condução dessa temática pela mídia brasileira, de certa maneira, legitimou os discursos e intervenções discutidos no transcórre deste trabalho e, conseqüentemente, fomentou a indústria das secas. Essa, por sua vez, se articula entre a exploração

---

<sup>19</sup> Brasil (2001).

do trabalho da população sertaneja nos períodos de seca e a captação de recursos federais e estaduais para a elite oligárquica. Isso porque, segundo Poletto (2001, p.14)

[...] a *seca* foi instrumentalizada pelas elites regionais como um negócio, como uma oportunidade de atrair recursos com juros subsidiados ou doados, bem como para organizar, com recursos federais, frente de trabalho para realizar obras que beneficiavam suas fazendas. É isso que ficou conhecido como *indústria da seca*. [...] a *seca* serviu como *moeda de troca* das elites com os detentores de responsabilidades governamentais. Com isso, os períodos de seca se transformaram em oportunidades de maior enriquecimento e domínio sobre a população.

A “indústria da seca”, estabelecida historicamente no semiárido, inviabilizou qualquer tentativa exitosa, até a década de 1990, de alternativas viáveis para a região, inclusive no que se refere as riquezas de cunho social e cultural. Camuflou o cerne da “questão regional”, que era a disputa de classe pelo poder, que se desdobrou para além da escala regional e nacional. Grosso modo, a realidade camuflada é o meio de se consolidar as intervenções/investimentos que acontecem como ações paliativas ao invés de estruturantes.

É um legado salutar o descortinamento que esses teóricos propuseram e fizeram, ao longo de suas análises sobre as questões econômicas e os processos político e ideológico no Brasil, pois tornaram possível a leitura do Nordeste dentro de uma lógica em escalas distintas, porém, imbricadas, disso a complexidade da análise. Os órgãos estatais passaram a ser estudados sob análise de resultados e rebatimentos socioeconômicos e políticos, e as desigualdades sociais interpretadas como desdobramento de opções político-econômicas com interesses bem definidos. Ao mesmo tempo, essas mesmas desigualdades sociais atuam como meio de reprodução da lógica reprodutiva desses interesses. Um genuíno movimento contraditório e dialético de encontro a qualquer visão simplista.

## 2.2 O SEMIÁRIDO PARA ALÉM DO RECORTE ESPACIAL.

As sucessivas secas e suas consequências desdobraram-se em contínuas discussões e estudos acerca de um plano de ação sistemático e efetivo na região a qual incide o fenômeno. Assim, através da Lei 175 de 07 de janeiro de 1936,

algumas questões tornaram-se relevantes, como o recorte espacial da região a ser centrado os esforços no combate à seca. Delimitou-se, nesse interim, o polígono das secas, que, segundo a referida lei, poderia ter seus limites alterados conforme a demanda de inserção de municípios, que comprovassem ter características similares aos demais que compunham a delimitação vigente. (BRASIL, 1936)

A lei 175, principalmente ao que concerne aos recursos financeiros para implementação das obras emergências e das ações de assistência social, elencava no inciso II do art. 1º que estados e municípios solicitantes de intervenção governamental no âmbito do combate à seca, por meio da perfuração de poços artesianos, adutoras, barragens e construção/conservação de estradas, tinham que “contribuir com cinquenta por cento do orçamento do respectivo custo provável de execução”. (*idem*)

Tal condição imposta pelo Estado Nacional insufla o questionamento de quais municípios e estados poderiam arcar com tal contrapartida, uma vez imergidos nos problemas das longas estiagens. Pode-se então compreender como se processa o fortalecimento e consolidação da oligarquia nordestina, por meio da cooptação dessas ações emergenciais. A brecha encontrada na lei possibilitou o início do monopólio dos benefícios das construções de combate à seca. Tal afirmação se pauta no que se encontra registrado no seu Art. 8º:

Art. 8º Os particulares ou sindicatos, as cooperativas e as empresas privadas, de fins agrícolas ou pastoris, poderão requerer ao Governo Federal a execução de qualquer das obras ou serviços considerados nos ns. 1 e 2, do Art. 5º, desde que instruem o pedido com prova da prosperidade das terras a beneficiar e se proponham contribuir com trinta por cento do orçamento do custo provável de execução. (*idem*)

Oportunizou-se a consolidação de uma oligarquia latifundiária no processo de monopolização do acesso à água no semiárido nordestino, uma vez que os projetos estruturais de grandes e médias construções estavam condicionados à posse da terra e ao poder aquisitivo de custeio. Subentende-se a impossibilidade de tal feito a um camponês, sujeito despossado de quase todas condições de sobrevivência. Percebe-se, nitidamente, o “abismo” entre a necessidade da população sertaneja e as ações intervencionistas do Estado.

Em 1945, com a Lei 8.486, a parte setentrional do estado de Minas Gerais

foi inserida no denominado Polígono das Secas. Somente em 27 de setembro de 1989 que se oficializou a existência de uma região semiárida, com a sanção da Lei 7.827, no fim do governo do presidente da república, José Sarney. À SUDENE, coube a responsabilidade de definir os municípios da primeira delimitação cartográfica oficial da região semiárida do Brasil. (BRASIL, 1989)

Concomitante à oficialização do semiárido, foram instituídos também os Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE), do Norte (FNO) e o do Centro-Oeste (FCO) com o objetivo de ascender, economicamente, as regiões brasileiras consideradas “estagnadas”. No Nordeste, por exemplo, as ações do FNE se resumiam em processos paliativos após as estiagens prolongadas, embora as leis sancionadas denotassem a “intenção” de transpor a situação de mazela na região. No entanto, o que se concretizou foi a ineficácia das obras de açudagem, perfuração de poços e dos projetos de piscicultura e agricultura irrigada, uma vez desconsideradas as especificidades sociais, culturais, econômicas do Nordeste.

Ainda sobre a delimitação oficial da região semiárida, notou-se que além de considerar semiárido a abrangência territorial atendida pela SUDENE, também utilizou como critério para classificação dos municípios o índice pluviométrico, que deveria ter média anual igual ou inferior a 800mm de precipitação, conforme o inciso IV do art. 5º da lei 7.827. (BRASIL, 1989)

Com a extinção da SUDENE, em 2001, o Ministério da Integração Nacional (MI) assumiu, em 2005, as atribuições da Superintendência e passou a trabalhar em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), no intuito de lapidar os aspectos definidores da inserção de municípios na região semiárida. Para tanto, criaram o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), que agregou a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), o Instituto Nacional do Semiárido (IESA), a Agência Nacional de Águas (ANA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA) e o Banco do Nordeste (BNB). (BRASIL, 2005)

Convictos da inadequação de se adotar somente a isoietal, que se refere à

precipitação média anual de uma localidade, como único aspecto de diferenciação utilizado e considerado na seleção dos municípios, como foi realizado pela SUDENE, o GTI, após estudos mais específicos e amparados por pressupostos técnicos, redefiniu os seguintes critérios norteadores do processo de caracterização de municípios semiáridos:

I. A precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros; II. O Índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990; e III. O risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990. (BRASIL, 2005)

Dessa forma, uma nova delimitação foi reconhecida oficialmente pelo Estado e, com base nos dados do Ministério da Integração Nacional, a área reconhecida semiárida passou de 892.309,4 km<sup>2</sup> para 969.589,4 km<sup>2</sup>, um acréscimo de 8,66%, e de 1.031 para 1.133 municípios integrantes à região.

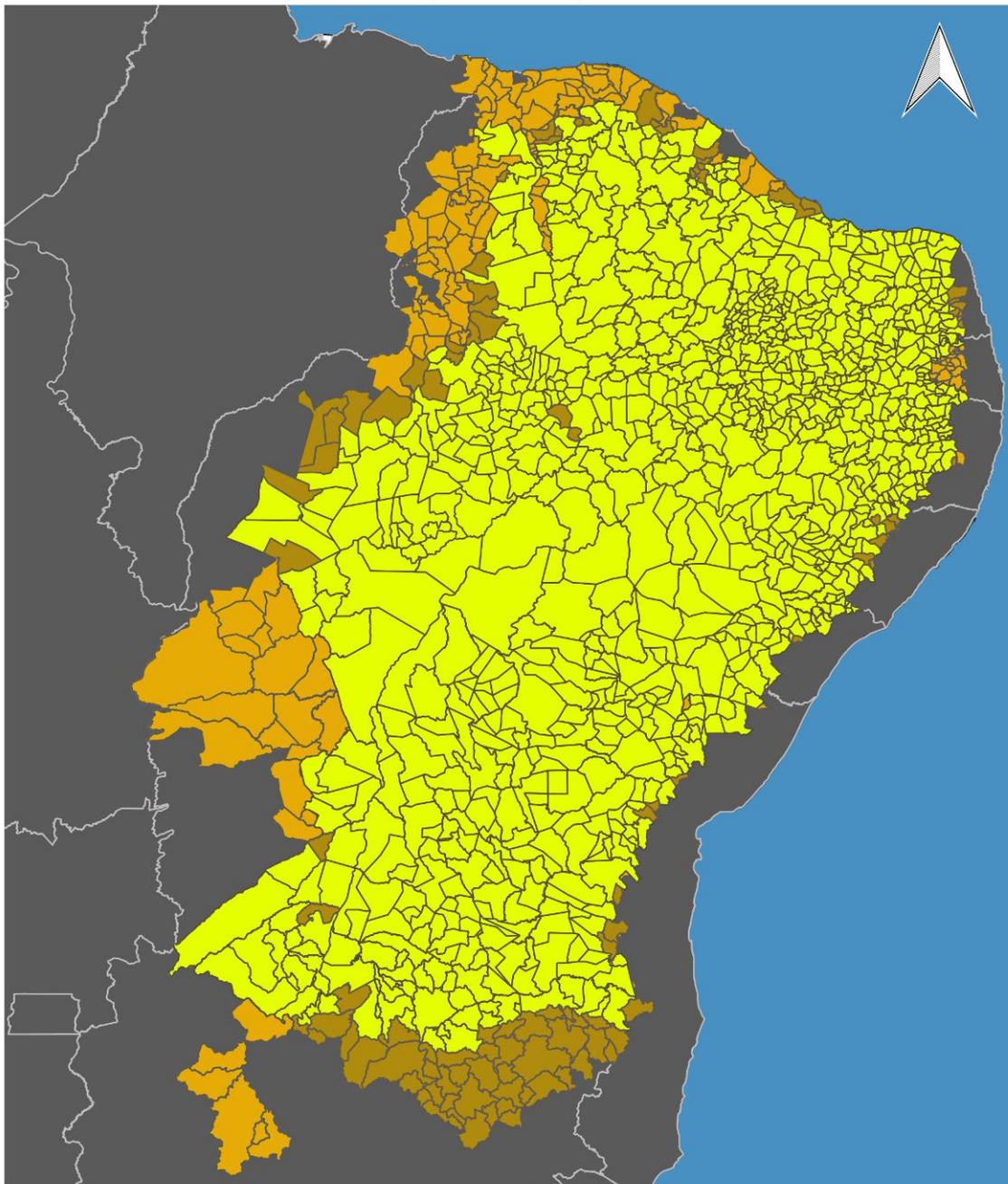
Os municípios semiáridos beneficiam-se de subsídios estatais como o “bônus de adimplência de 25% dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)”, o qual, pelo menos 50%, devia financiar ações no âmbito produtivo nos municípios<sup>20</sup>. Embora a classe política tenha adotado o discurso de que esses recursos seriam investidos para promover o fortalecimento da agricultura e da produção, o que se constatou foi o favorecimento dos setores agroindustrial, agropecuário e da fruticultura irrigada. Ao campesinato não foram garantidas nem as condições mínimas de existência.

Em 23 de novembro de 2017, alterou-se o critério de inserção dos municípios à região semiárida oficial. O município que comprovasse que tinha um percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60% já se caracterizava como integrante e qualquer outro que se enquadrasse em um dos critérios mencionados na lei estaria também habilitado a compor a região semiárida. Destarte, o semiárido passou a ser composto por 1.262 municípios, possui extensão territorial de 1.128.697 KM<sup>2</sup> e de 27.870.241 habitantes, segundo as resoluções deliberativas da SUDENE (2017). (Ver mapa 1)

---

<sup>20</sup> (BRASIL, 2005, p. 05).

**MAPA 1 - DELIMITAÇÃO TERRITORIAL DA REGIÃO SEMIÁRIDA DO BRASIL.  
(1989 A 2017)**



 Delimitação do Semiárido em 1989 (SUDENE)

 Municípios inseridos em 2005

 Municípios inseridos em 2017

100 0 100 km



Elaboração: Eliane Almeida

Realização:

Apoio:



CEIASB



Base Cartográfica - SEI (2015)

Fontes: BAHIA (2011, 2010, 2003)

Sistemas de Coordenadas: Lat e Long

Projeção: Policônica

Sistema de Referência de Coordenadas:

EPSG 4675, SIRGAS 2000.

A consolidação da região semiárida foi e é um processo de ajuste sempre em andamento. A delimitação é conjuntural, pela propensão dos municípios à semiaridez, além dos “apadrinhamentos” políticos. Na tabela 2 também fica evidente o aumento contínuo da área semiárida do Brasil. Portanto, nota-se que a incapacidade dos municípios, por si só, resolverem as consequências das secas, seja por déficit orçamentário ou falta de conhecimento técnico, somada ao apadrinhamento político, são dois condicionantes que moldam, territorialmente, essa região.

**Tabela 2: Configurações quantitativas das delimitações do Semiárido Brasileiro, por estado, nos anos 1989, 2005 e 2017.**

Estado	Qtd. de municípios da Unidade Federativa	Qtd. de municípios do Semiárido Brasileiro		
		1989	2005	2017
Alagoas	102	35	38	38
Bahia	417	257	265	278
Ceará	184	134	150	175
Minas Gerais	853	40	85	91
Maranhão	217	0	0	2
Paraíba	223	170	170	194
Pernambuco	185	118	122	123
Piauí	224	109	127	185
Rio Grande do Norte	167	140	147	147
Sergipe	75	28	29	29
<b>Total</b>	<b>2.647</b>	<b>1.031</b>	<b>1.133</b>	<b>1.262</b>

Fonte: BRASIL (1989, 2005, 2017); IBGE (2019)  
Elaboração: Eliane Almeida (2019).

Contudo, por mais que se tente encobrir as reais pretensões políticas num processo como o de delimitação territorial da região semiárida, a própria realidade concreta trata de provar sua ineficácia, no que diz respeito à diminuição das desigualdades sociais. Cabe ainda salientar que todo aparato utilizado na difusão do discurso do desenvolvimento regional, bem como o desvio dos recursos para os capitalistas e latifundiários da burguesia agrária do sertão, está contemplado dentro de uma lógica maior – a lógica do desenvolvimento desigual e combinado das ações do capital no território, e o semiárido não foge à regra. Porém, o modo de vida camponês é a exceção no perverso processo de territorialização e

monopolização do capital no campo.<sup>21</sup>

### 2.3 A ASA E A POLITICA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIARIDO

O debate sobre políticas públicas no Brasil, com participação efetiva da sociedade junto ao Estado, é uma realidade recente quando referente a um direito constitucional. Embora houvesse um efervescente movimento da sociedade em contraposição e refutação dos projetos estatais implementados para a promoção do desenvolvimento do Brasil, principalmente pela forma que eram conduzidos, foi somente com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 05 de outubro de 1988, que foi permitida a participação da sociedade civil em espaços deliberativos de políticas públicas, junto ao poder público em seus diferentes níveis de abrangência.

Trata-se de um direito constitucionalizado, que legalizou um trabalho já desenvolvido, durante décadas, pelas organizações não governamentais. Embora, talvez, não tenha sido essa a motivação da classe política da época, o que se sabe é que o Art. 204 da Constituição Federal, que concerne a Assistência Social, foi a alternativa legal que embasou o surgimento e organização de inúmeros conselhos, comitês, fóruns e comissões de políticas públicas, os quais ainda seguem enquanto instrumentos de fiscalização, controle social e propositores de políticas públicas imbricadas com as demandas reais da população brasileira. É nesse contexto que é possível compreender o surgimento e as ações da ASA no Brasil.

Sob um viés definidor, compreende-se a ASA como uma rede de relações entre mais de três mil organizações da sociedade civil representadas por sindicatos rurais, associações comunitárias de agricultores, cooperativas, ONG's, etc. (ASACOM, 2019). É o resultado da culminância de ideais e concepções de movimentos sociais, sindicais, religiosos e acadêmicos, focados na superação do discurso do combate à seca e da "indústria das secas".

Na década de 1970, já eram registradas intervenções pontuais de

---

<sup>21</sup> São processos que, segundo Oliveira (2004), referem-se à dinâmica do capital que de um lado consegue abarcar todos os elementos para a sua plena reprodução, e essa permeia a expulsão velada dos camponeses os quais deslocam-se para as cidades, ou retornam ao campo enquanto assalariados (territorialização do capital monopolista); e de outro, trata de uma reprodução bem mais velada de relação de dominação, por meio de discursos hegemônicos que criam, recriam, definem, ou redefinem, as formatações de como, o quê, e para quê, o campo irá produzir, e nesse processo como se configurará o trabalho familiar (monopolização do território pelo capital).

resolução do flagelo da seca nas pequenas propriedades camponesas da região, inclusive com construções de cisternas. Essas ações eram encabeçadas, preponderantemente, por padres da Igreja Católica. Todavia, nos anos de 1980 e 1990 outras organizações se engajaram na busca de alternativas mais eficazes no trato das questões do semiárido nordestino. Destarte, foi especialmente na década de 1990 que se sucederam de forma mais sistemática e política as ações dessas organizações que já agiam em rede, como, por exemplo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Cáritas, Articulação Água, Fórum Ambientalista, dentre outros. (ASA, 2002)

Foi esse coletivo, no ano de 1993, que apresentou ao governo federal<sup>22</sup> o “Programa de Ações permanentes” para o semiárido, sob o viés da convivência com o semiárido, que trouxe maior notoriedade política da questão do campo e da seca no semiárido, bem como impulsionou a constituição de fóruns estaduais de discussões da temática, como o Focampo, no Rio Grande do Norte; Fórum Seca, em Pernambuco; Articulação do Semi-árido Paraibano, na Paraíba; e demais. (*idem*)

É importante aclarar que, baseada nas análises teóricas e documentais, a formação da ASA está intrinsecamente relacionada, também, ao período de intensa seca que assolou o semiárido brasileiro entre os anos de 1991 a 1993, o qual impulsionou posicionamentos críticos da sociedade frente a “ausência” do Estado diante da conjuntura. O cotidiano da fome, as constantes mortes de pessoas e das criações, os roçados improdutivos, as migrações latentes, todo esse cenário que denotou negligência do Estado se apresentava como realidade complexa, sob a qual as organizações amadureceram suas reflexões críticas.

A construção da consciência de classe, oriunda das reflexões maturadas pelas organizações sociais, principalmente as organizações sindicais, apresentou-se como elemento impulsionador da convergência do entendimento consensual sobre a inexistência de políticas públicas capazes de atender as especificidades do semiárido nordestino numa perspectiva de convivência. O Estado é questionado e as organizações se articulam de forma mais incisiva.<sup>23</sup>

A perspectiva era fomentar ações que pudessem garantir a possibilidade

---

<sup>22</sup> Nesse período estava em vigência o governo do presidente Itamar Franco.

<sup>23</sup> Fato que marcou essa ação social ocorreu em 1993, quando a SUDENE foi ocupada pela sociedade civil com o intuito de provocar a discussão sobre a necessidade de se pensar e construir um projeto para o semiárido, contrapondo ao combate à seca que não apresentou resultados efetivos e plausíveis para a população nordestina. (BARBOSA, 2014)

de um desenvolvimento sustentável.<sup>24</sup> Esse termo passou a ser midiaticizado e também apropriado pelas organizações sociais, principalmente, após a realização das conferências mundiais sobre o clima. Dentre elas: a 1ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - Eco/ Rio-92; a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+10; e a 3ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. Esses eventos foram realizados pela Organização das Nações Unidas (ONU), no intuito de pautar a urgência de um “desenvolvimento sustentável” das nações com o compromisso de promover o bem comum<sup>25</sup>. Grosso modo, se tratava de uma mobilização mundial para abarcar as novas necessidades socioeconômicas inerentes aos limites estruturais de acumulação e desenvolvimento do capital.

A ONU não pautou, por exemplo, a necessidade de superação do sistema capitalista enquanto engrenagem da economia mundial, mas executou um papel de mediadora da discussão sobre os ajustes sociais viáveis no sistema do capital, esses compreendidos como estratégias de reestruturação das forças produtivas. Nesse interim e imbricadamente, foram realizados estudos sobre os potenciais e as fragilidades econômicas e sociais de várias regiões do mundo, para melhor organizar essa outra “roupagem” da estrutura produtiva, como já mencionado anteriormente neste trabalho, com a CEPAL, o GTDN etc. São interpretações de um rizomático discurso capitalista envolto no “despertar do mundo” para a viabilidade e conscientização da relação sociedade-natureza, e dessa forma superação da pobreza. Embora ainda fosse intuito maior das conferências promover um equilíbrio do uso dos recursos da natureza para a reprodução das sociedades, não conseguiu até então abalar o cerne da questão, que é o modo de produção e a relação de dependência que ele consolida. (SILVA, 2006; PESSINI *et al*, 2016; LISBOA, 2007)

Foi nos desdobramentos da conferência Eco-92, inclusive com a inclusão da sociedade civil nos debates acerca da temática, que surgiram e se consolidaram os coletivos representativos das demandas sociais e ambientais no

---

<sup>24</sup> Não é proposta do referido trabalho discutir o conceito do termo, mas, apenas sinalizar que a sua concepção teórica é controversa, distante de uma consensualidade.

<sup>25</sup> Compõe o coletivo de organismos da ONU, inclusive inseridos na “missão” de conduzir a equidade social, econômica e educacional entre as nações o Banco Mundial (BIRD), a CEPAL, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC), dentre outros. Atuam por meio de empréstimos financeiros, principalmente para os países “em desenvolvimento. (ONU, 2019)

Brasil. Destarte, é imprescindível destacar a grande mobilização realizada por diferentes movimentos sociais, principalmente as organizações sindicais, no ano de 1993, quando ocuparam a SUDENE. Vivia-se um período de seca e a ocupação da superintendência foi alternativa e oportunidade de chamar a atenção do governo brasileiro que o semiárido não aceitava mais o despreparo estratégico do poder público frente a situação das secas no Nordeste. Disseram não a política de combate as secas e propuseram uma política de convivência com as secas, e o resultado dessa pressão política foi a criação do Fórum Nordeste, espaço onde foram pautadas alternativas em busca de soluções que tivessem como base as potencialidades da região. Esse coletivo transpõe a barreira entre sociedade civil e Estado na construção de políticas públicas. (COUQUEIRO, 2016)

Na mesma década, em julho de 1999, institucionalizou-se a rede Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA). Diz-se “institucionalizou” porque, conforme explica Fernanda Cruz<sup>26</sup>, em entrevista concedida a Santos (2015, p.147):

[...] na verdade, as organizações que estavam ali já trabalhavam com cisternas e com convivência com o semiárido há pelo menos dez, vinte anos. E qual era a grande questão? Como é que essas organizações que trabalhavam com o mesmo foco poderiam se unir para que juntas elas tivessem mais força para, junto ao poder público, ter outros poderes para poder desencadear os processos que achavam interessantes.

Em cartilha elaborada para apresentar o Programa P1MC, e com ele a gênese da rede, registra-se que foi a ASA, institucionalizada, que coordenou o Fórum Paralelo da Sociedade Civil à COP3<sup>27</sup>. Esse fórum teve como objetivo dar visibilidade mundial às questões específicas do semiárido brasileiro e difundir a necessidade de um “desenvolvimento sustentável” na perspectiva da convivência com o semiárido. (ASA, 2002)

Com a participação de movimentos sociais, pesquisadores e intelectuais durante o fórum supracitado, é que se elaborou a Declaração do Semiárido e, imbricadamente, assumiu-se o discurso e a possibilidade das práxis da convivência com o semiárido, como via de solução mais adequada à realidade

---

<sup>26</sup> Integrante da Assessoria de Comunicação da ASABRASIL.

<sup>27</sup> 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca, realizada entre os dias 15 a 26 de novembro de 1999 na capital pernambucana, Recife, e patrocinada pelas Nações Unidas. (ASA, 2002)

das famílias agricultoras do Nordeste semiárido.

Nós da sociedade civil, mobilizada desde o mês de agosto através da Articulação no Semi-Árido; nós que, nos últimos meses, reunimos centenas de entidades para discutir propostas de desenvolvimento sustentável para o semi-árido; nós dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, das Entidades Ambientistas, das Organizações Não Governamentais, das Igrejas Cristãs, das Agências de Cooperação Internacional, das Associações e Cooperativas, dos Movimentos de Mulheres, das Universidades; nós que vivemos e trabalhamos no semi-árido; nós que pesquisamos, apoiamos e financiamos projetos no Sertão e no Agreste nordestinos, queremos, antes de mais nada, lançar um grito que não temos sequer o direito de reprimir: (ASA, 1999)

Em fevereiro de 2000, a rede preocupou-se em criar uma identidade “enquanto espaço de articulação política da sociedade civil”, além de estabelecer critérios de funcionamento. O resultado alcançado foi a elaboração e aprovação da denominada Carta de Princípios, documento que rege a essência da ASA e os critérios de participação na rede.<sup>28</sup>

O que se tem documentado é que entre os anos de 2000 a 2002 as organizações da ASA desenvolveram um projeto piloto, que se desdobrou no que hoje é considerado um programa que revolucionou o semiárido – o Programa de Formação e Mobilização Social para Construção de Cisternas Rurais - Um Milhão de Cisternas (P1MC). Nesse período, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) atuou como financiador da elaboração do P1MC, por meio do subsídio da construção de 500 cisternas. Essas cisternas iniciais foram uma espécie de “experimento” para que a rede pudesse identificar, analisar, sistematizar e aprimorar o plano de ação do almejado programa. *A posteriori*, a Agência Nacional de Águas (ANA) entrou com o financiamento da construção de 12.400 cisternas, com o objetivo de capacitar as organizações da rede e demais sujeitos sociais imbuídos no processo; ou seja, consolidar um corpo gestor capacitado e eficiente no que tangia os recursos do programa. (ASA, 2002)

Com a pesquisa pode-se compreender melhor como se deu a construção coletiva do Programa Um Milhão de Cisternas e, para tanto, as experiências acumuladas de algumas organizações do corpo constitutivo da ASA BRASIL foram substanciais. Dentre elas, destacam-se

---

<sup>28</sup> ASA (2002)

[...] o Movimento de Organização Comunitária (MOC), a Diocese de Juazeiro e o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Campo Alegre de Lurdes, na Bahia; o Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (PATAC), na Paraíba; o Centro Agroecológico Sabiá, Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições não Governamentais Alternativas (CAATINGA) e Diaconia, em Pernambuco; o Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA), no Ceará; a Cáritas Brasileira, Pastorais Sociais, Dioceses, entidades de igrejas, em vários Estados. (COUQUEIRO, 2016, 94-95)

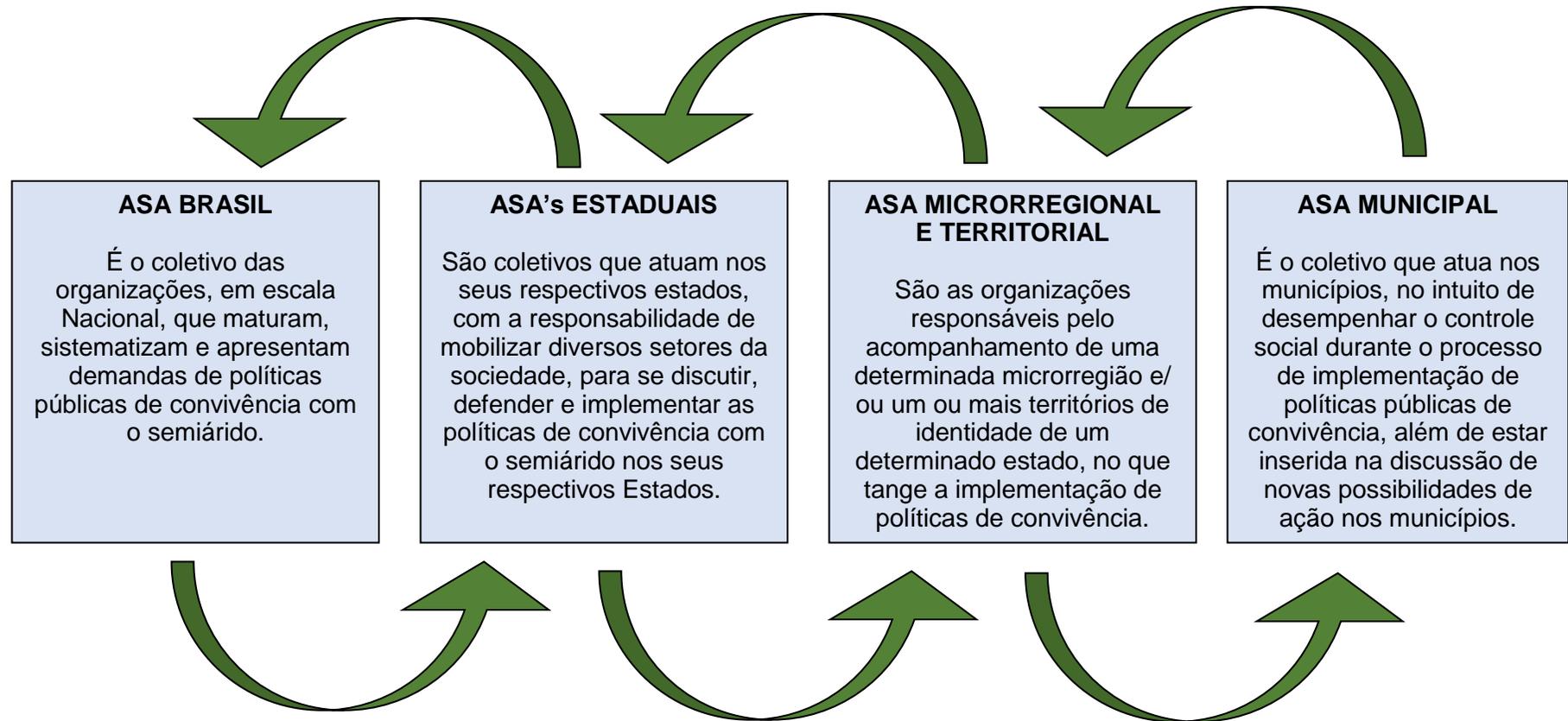
Observa-se que não estão nesse coletivo os movimentos reconhecidos como revolucionários na luta no/do campo, como o Movimento dos Sem-Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Segundo alguns colaboradores da rede ASA, essa ausência estava relacionada a apreensão que os movimentos citados tinham dos trabalhos realizados pelas organizações da Articulação. Entendiam que se tratavam de ações sem uma proposta de revolução social e de ruptura com a estrutura político-econômica, que eram meras construtoras de cisternas. Atualmente, parece ter sido, parcialmente, superado tal entendimento. As famílias camponesas militantes do MST e MPA, por direito, foram inseridas nas políticas de convivência com o semiárido, conquistadas pelas organizações da ASA, e, a partir de então, contribuíram com sua militância na luta pelo acesso à água, pautada pela ASA.<sup>29</sup>

Em 2002, a ASA constituiu uma personalidade jurídica, por meio da fundação da Associação Programa Um Milhão de Cisternas para o Semiárido (AP1MC), o que possibilitou ampliar o campo de ação da sociedade civil nas políticas públicas, no sentido de transpor a militância propositiva à uma militância capaz de executá-las. Foi estruturado, portanto, um modelo de Gestão política e administrativa, conforme o esboço da Figura 2, que, tal e qual se apresenta, subtende uma relação descentralizada dos/nos processos decisórios da articulação, que presumisse possibilitar às organizações ações mais efetivas na formulação e execução das políticas públicas de convivência.

---

<sup>29</sup> Trabalho de Campo, 2019.

**Figura 2: Estrutura de Gestão Política e Administrativa da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)**



Fonte: (ASA, 2002)

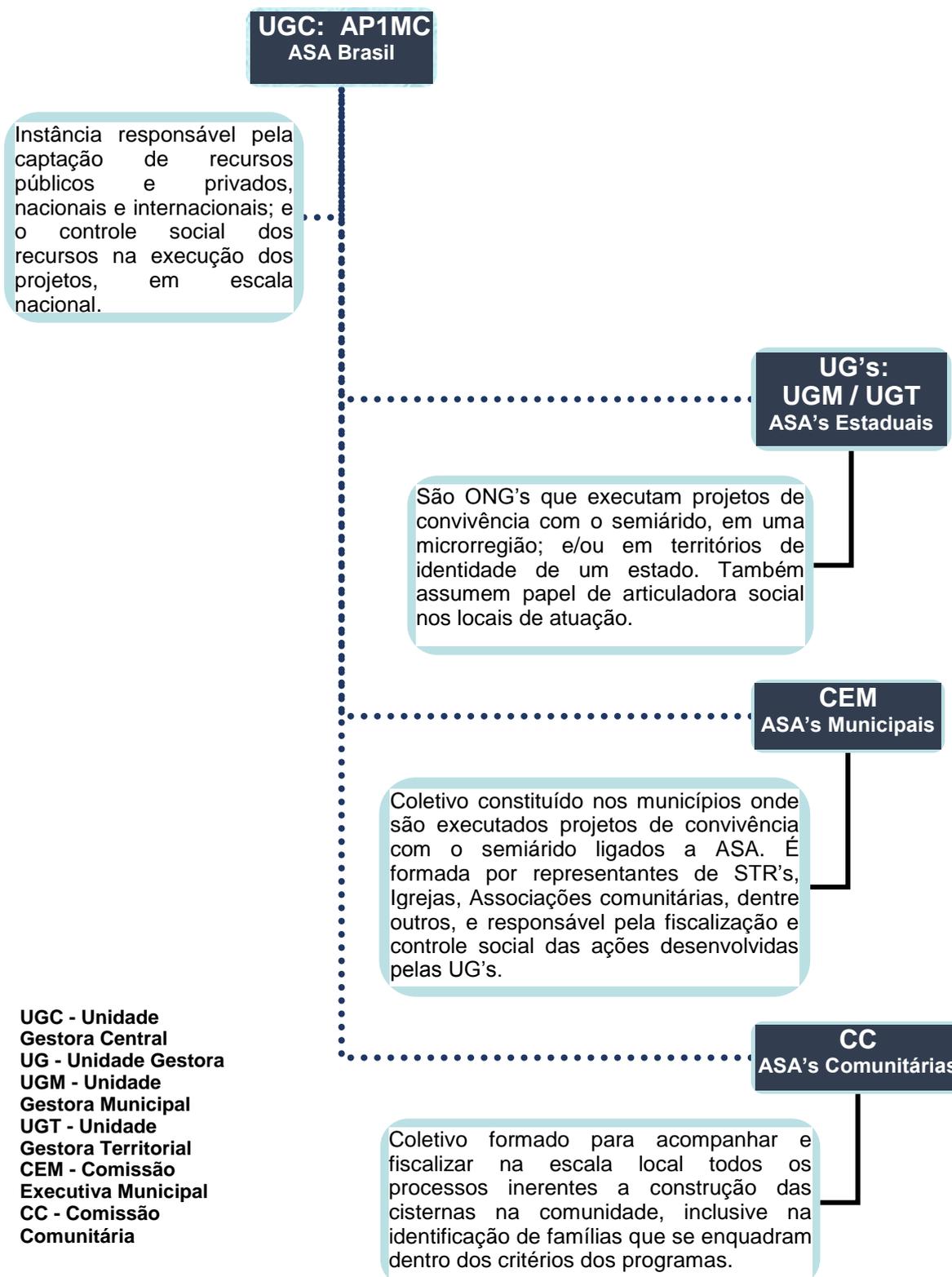
Adaptação e Elaboração: Eliane Almeida, 2019.

Ainda sobre a AP1MC, também denominada Unidade de Gestão Central, faz-se mister aclarar que é constituída por uma diretoria que está diluída em outro coletivo, a Coordenação Executiva Nacional (CE), e ambas são compostas por representantes das organizações da rede. Na CE cada Estado tem uma vaga titular e uma suplência. No total, são dez membros titulares e dez suplentes definidos por processo eleitoral realizado pelos coletivos estaduais, geralmente, com mandatos de dois anos. Todavia, esse tempo não é uma regra, pois cada estado regimenta sua atuação. (BROCHARDT, 2013)

O estudo realizado ainda mostra que o processo de mobilização inerente a estrutura adotada pela ASA acontece quase que simultaneamente entre as suas instâncias. Nas ASA's Estaduais, por exemplo, segue-se a mesma logística de composição da CE Nacional. Cada Unidade Gestora (UG) elege representantes titulares e suplentes para comporem a Coordenação Executiva Estadual. Trata-se de abordar as especificidades das regiões em culminância com a conjuntura e a realidade nacional. Essa formatação política-administrativa e operacional, a qual a ASA se apresenta, faz com que se ratifique a existência de uma fluidez de informações que converge para o fortalecimento da própria rede.

Notou-se, durante o processo investigativo deste trabalho, o esforço da sociedade civil e intelectuais para apresentar uma proposta sólida de política pública para o semiárido com a construção do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), o que se tornou o início da consolidação das políticas de convivência, não somente no âmbito da sugestão, mas, primordialmente, na execução. Entretanto, como haviam estruturados a organização e o funcionamento da ASA BRASIL numa perspectiva política-administrativa, para a gestão do P1MC não foi diferente (ASA, 2002), e teve-se a necessidade de aclarar como se daria o funcionamento do programa nas várias instâncias de sua abrangência, como demonstrado na figura 3.

**Figura 3: Estrutura organizacional do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC)**

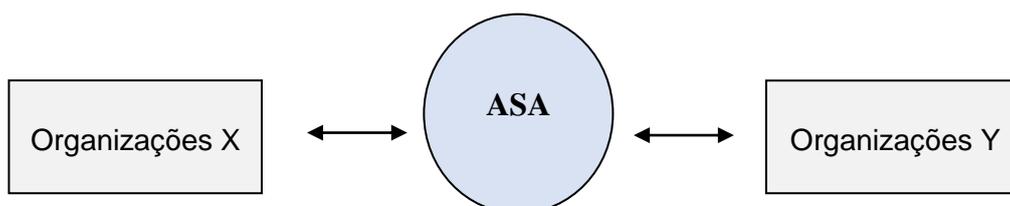


Fonte: (ASA,2002).

Elaboração: Eliane Almeida, (2019)

No tocante ao funcionamento da ASA e da atuação das organizações que a compunha, tem-se o que se explicita na figura 4.

**Figura 4 – Funcionamento da Articulação Semiárido, do ponto de vista da relação com as organizações sociais.**



**Organizações X:** Organizações vinculadas, mas que não executam projetos.

**Organizações Y:** Organizações vinculadas e que executam projetos.

Fonte: Trabalho de Campo, 2019.  
Elaboração: Eliane Almeida.

A relação das organizações com a rede se dá por duas configurações: a primeira, que na figura 4 é denominada de Organizações X, refere-se as entidades que estão vinculadas a ASA, apoiadoras da política de convivência com o semiárido nas instâncias municipal, estadual e federal, mas que não são executoras de nenhum programa da Articulação, a exemplo dos sindicatos, associações comunitárias e universidades. As Organizações Y são aquelas que estão diretamente vinculadas à execução dos Programas, bem como seu monitoramento e podem ser ainda subdivididas W e Z. As entidades W representam as organizações que, embora vinculadas à ASA e executoras dos programas, buscam outras formas de captação de recursos para a garantia de sua existência, geralmente no âmbito municipal e estadual, sob a premissa dos projetos de convivência com o semiárido, como por exemplo o CEDASB. Já as entidades Z são aquelas vinculadas a ASA, que têm um campo de atuação mais diverso, fruto de um caminhar que antecede a existência da Articulação Semiárido, como os trabalhos desenvolvidos no âmbito do acompanhamento técnico dos sistemas produtivos agroecológicos familiares e coletivos, da educação contextualizada, associativismo, dentre outros. São exemplos o Movimentos de Organização Comunitária (MOC) e o Serviço de Assessoria a

Organizações Populares Rurais (SASOP). Essas entidades, em sua maioria, possuem expertise na captação de recursos internacionais.<sup>30</sup>

O que fica evidente nesse imbricado sistema de relação interorganizacional dentro da ASA é que, por mais que as organizações construam individualmente suas prospecções, é na coletividade da rede que se fortalecem, se capacitam e onde apresentam com mais afinco a militância na luta por questões macros, que transpõem as individualidades.

Outra questão referente ao funcionamento da rede ASA é sobre o financiamento dos Programas. Segundo Alexandre Pires<sup>31</sup>, atual presidente da AP1MC, além dos financiamentos do Governo Federal, por contratação direta e/ou chamamento público, a Articulação também foi subsidiada por cooperações internacionais, especificamente, pela Cáritas Francesa e Misereor, ambas ligadas à Igreja Católica. Verifica-se, por tanto, que é ainda difícil um horizonte de manutenção desse processo, de certo modo, revolucionário, que a ASA promove, sem dependência financeira de órgãos nacionais e internacionais.

No entanto, o fato é que nos quase 20 anos de existência a ASA construiu quase 620 mil cisternas rurais de captação de 16 mil litros de água de chuvas para o consumo das famílias camponesas em todo semiárido nordestino (ASACOM, 2018). Ao se considerar, nos dias atuais, que cada família é composta, em média, por quatro integrantes, conforme informações registradas nos cadastros dos beneficiários do programa, a estimativa é que mais de dois milhões e quatrocentos mil pessoas foram beneficiadas diretamente com essa tecnologia social. Além dessas, têm-se 6.848 tecnologias implementadas em escolas alocadas no campo; 103.528 tecnologias sociais de captação de água pluvial para subsidiar a produção agrícola em pequena escala; 793 casas comunitárias de semente. Todavia, são incomensuráveis a participação e influência desse fórum na construção de políticas públicas, inclusive na esfera governamental, num incessante movimento contra-hegemônico que se realiza de forma dialética e contraditória.

Esse caminho trilhado pela ASA, idealizado coletivamente, contrapõe os discursos da oligarquia regional, quando propunha discutir o semiárido com base nele mesmo, de suas possibilidades e potencialidades. Sobre as conjecturas

---

<sup>30</sup> Informações concedidas por colaboradores da ASA.

<sup>31</sup> Entrevistado nº. 25. Entrevista realizada em maio de 2019. Entrevistadora: Eliane Almeida.

acerca do desdobramento do Programa Um Milhão de Cisternas, retoma-se Malvezzi (2001, p.32) quando conclui que “O impacto sobre a saúde da população, sobretudo crianças e idosos, o alívio do trabalho feminino e inúmeras outras vantagens, só a história poderá dizê-lo”.

Passados dezoito anos da fala do autor, é possível mensurar, por meio das pesquisas sobre o temário, a imponência desse programa para a região, que inclusive se reverbera na realidade da comunidade de Bom Jesus de Cima, localizada no município de Bom Jesus da Serra, área de estudo desta dissertação. A possibilidade da convivência com o semiárido é uma assertiva que se iniciou com o P1MC e se desdobrou, *a posteriori*, nos demais programas implementados pela ASA, a exemplo dos programas Uma Terra e Duas águas (P1+2); Manejo da Agrobiodiversidade – Sementes do Semiárido, e o Cisternas nas Escolas.

O Programa P1+2 dedica-se em promover a soberania alimentar e nutricional das famílias, por meio das tecnologias de estocagem de água destinadas a subsidiar os plantios e criações dos agricultores. Se o P1MC possibilita a democratização e soberania no acesso à água potável para beber e cozinhar, o P1+2 “arremata-o” ao suprir as necessidades produtivas, na dimensão da garantia da existência dessas famílias, além de vislumbrar possível geração de renda com a comercialização do excedente da produção em locais como feiras livres, venda itinerante nas comunidades vizinhas, dentre outros. (ASACOM, 2019)

Já o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido – Manejo da Agrobiodiversidade – Sementes do Semiárido, “tem sua concepção assentada no reforço das estratégias de resgate e valorização do patrimônio genético, através do fortalecimento das práticas já existentes de auto-organização comunitárias” (ASACOM, 2019). Nesse projeto faz-se levantamento e sistematização das sementes manejadas pelas famílias. Essas etapas apresentam a diversidade genética presente nas sementes guardadas pelas comunidades. O projeto resgata a prática do “guardar” enquanto estratégia de convivência e existência no semiárido, o que é ontológico e, dessa forma, constroem-se estruturas equipadas para facilitar e viabilizar uma estocagem organizada e segura.

Com o Cisternas nas Escolas se realiza a extensão da democratização da

água, quando o seu acesso é garantido à comunidade escolar. Implementam-se cisternas que armazenam 52 mil litros de água nas escolas do campo, o que possibilita, muitas vezes, o funcionamento ininterrupto das unidades, e, em muitas outras, impede o seu fechamento. Para além desse âmbito material/emergencial, o projeto apresenta às coordenações pedagógicas, direções e secretarias de educação a possibilidade de desenvolverem uma metodologia baseada na contextualização do ensino à realidade dos educandos, apresentando-os à convivência como um instrumento de se permanecer e fortalecer no semiárido. Essa oportunidade se desdobra enquanto possibilidade de desconstrução paradigmática, quiçá, a construção de uma nova metodologia de se educar<sup>32</sup>.

O estudo consegue evidenciar, ainda, a importância da ASA para a extensão territorial amparada em suas ações. Até 2019, somou-se um montante de mais de 1,5 bilhões de reais administrados diretamente pelas AP1MC, e indiretamente pelas organizações da articulação, por meio das chamadas públicas. Portanto, o que se versa é o esforço de enxergar os inúmeros sujeitos beneficiados com essas políticas públicas que colocam o campo no centro do planejamento; as centenas de agricultores-pedreiros que se tornaram cisterneiros do semiárido; a juventude campesina que se viu exercer o papel de monitores dos cursos de GRH's, GAPA's, SSMA's, confecção de bombas manuais e ajudantes de pedreiro; as mulheres que reviram o tempo de suas vidas, para se organizarem, liderarem e formarem dentro de suas realidades, inclusive na apropriação administrativa da produção familiar.

O sabido é que a ASA desenvolveu e desenvolve uma confluência de projetos focados, em primazia, no fortalecimento e ampliação das possibilidades de convivência com o semiárido, inclusive com presença ativa em espaços de construção de novas políticas públicas que atendem necessidades transversais à existência digna das famílias camponesas. São novas bandeiras, mas a mesma essência. Dentre esses espaços destacam-se:

1. Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO)
2. Comitê Consultivo do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)
3. Comitê de Desenvolvimento Territorial (CDT) do Conselho Nacional de

---

<sup>32</sup> Informações concedidas por colaboradores da ASA.

- Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF)
4. Comitê Gestor do Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC)
  5. Comitê Gestor do Projeto Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil (OSCs)
  6. Comitê Gestor Garantia Safra
  7. Comitê Nacional dos Fundos Solidários
  8. Comitê Técnico de Tecnologias Sociais do Programa Cisternas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
  9. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF)
  10. Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES)
  11. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)
  12. Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN)
  13. Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social
  14. Núcleo Executivo da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)
  15. Ponto Focal Nacional da Sociedade Civil para o Combate à Desertificação (Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos das Secas - UNCCD)
  16. Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários<sup>33</sup>

É salutar tornar público que alguns dos conselhos/comitês acima mencionados foram extintos pelo governo do Presidente Jair Bolsonaro, por meio da Medida Provisória 870/2019, de 01 de janeiro de 2019, dentre os quais destacam-se: a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). (BRASIL, 2019a)

Após pressão popular e de alguns parlamentares, o CONSEA foi, por um curto período de tempo, reativado, por meio da reformulação parcial da MP 870/2019, feita pela Câmara dos Deputados, e posteriormente enviada ao Senado Federal como Projeto de Lei de Conversão. Porém, em 18 de junho do vigente ano, o Presidente Jair Bolsonaro vetou essa recriação e sanciona a Lei nº 13.844 em que consta a organização dos órgãos presidenciais e ministeriais, e nela ratifica a extinção do conselho. (BRASIL, 2019b). Continua-se no campo social,

---

<sup>33</sup> ASACOM (2019)

popular e, em alguns casos, no parlamentar, a defesa do CONSEA e da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional na perspectiva da reversão dessa lei.

As ações do governo Bolsonaro estão coerentes com o discurso que alicerçou sua campanha eleitoral. Trata-se de promover o enfraquecimento das organizações da sociedade civil do campo e da cidade, por meio da criminalização das ações contra-hegemônicas, como o controle social das políticas públicas e existência de espaços onde o povo tenha oportunidade, vez e voz. Além de tornar invisível as conquistas referentes as políticas de convivência com o semiárido.

Porém, como disse o entrevistado Naidison Quintela<sup>34</sup>, coordenador da ASA Bahia e ex-presidente da AP1MC: “Mudaram-se e muito, repentinamente, as coordenadas geográficas. Mas, como já as modificamos uma vez, poderemos modifica-las novamente”. E é alicerçada nesse otimismo, mas “regada” pela racionalidade da conjuntura, que a ASA segue na trincheira e no enfrentamento.

### 2.3.1. Os processos formativos nos programas da ASA

O procedimento metodológico adotado e multiplicado pela ASA na efetivação de suas ações no campo pode ser considerado uma das mais substanciais características do seu trabalho. Os roteiros norteadores das oficinas/capacitações demonstram o comprometimento em promover, aos sujeitos envolvidos nas atividades, o entendimento do que foi a indústria das secas e suas consequências no campo, e como se construiu a ideia de semiárido vinculada a miséria. Esses instrumentos metodológicos são adequados aos temas basilares definidos pela rede, e concernentes a cada programa de ação, conforme consta nos planos de trabalho dos projetos e descrições nos termos de parceria e instruções normativas das tecnologias.

Assuntos como monocultura, agrohidronegócio, desertificação, transgênicos, conservação das sementes e organização social fazem parte da programação de muitas das formações. Nas capacitações não se discute apenas as questões concernentes, no sentido “*strictu sensu*”, a construção das cisternas, há transversalidade de abordagens, no intuito de fomentar um processo formativo

---

<sup>34</sup> Entrevistado 26. Entrevista realizada em 04 de abril de 2019. Entrevistadora: Eliane Almeida.

aguçador do senso crítico das famílias camponesas, para, talvez, quiçá alcançarem autonomia na leitura de mundo e se enxergarem como classe.

Como o protagonismo das famílias é um dos princípios do trabalho da ASA, conforme é explicitado em suas publicações, garantir sua participação ativa nos processos, desde as escolhas das famílias até a execução das tecnologias populares, se configura como uma missão mobilizadora, que “significa convocar e unir vontades para atuarem em busca de um objetivo comum”, (ASACOM, 2002, p.21). E proporciona, segundo Climério Vale, “[...] a apropriação mais completa e significativa da tecnologia, e, dessa forma, a família não é apenas uma receptora de tecnologia, mas uma corresponsável pela sua implementação e cuidados futuros.”<sup>35</sup>

Apreende-se que, ao propor a inserção de um programa de ação na política de convivência com o semiárido, estudar a metodologia formativa que conflua para o objetivo pretendido com sua execução se configura como um dos primeiros passos a se dar. Para melhor aclarar sobre o conjunto de formações realizadas nos Programas oficiais da ASA, reportar ao Quadro 1.<sup>36</sup>

Além dessas formações elencadas, existem as que são específicas a cada programa. No P1MC, por exemplo, são realizadas a Capacitação de Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH), Cidadania e Convivência com o Semiárido (GRH) e o Curso de Confecção de Bombas Manuais. O GRH trata do manuseio e do uso consciente da água da cisterna, para evitar o desperdício e sua contaminação. Transversalmente, abordam-se questões acerca da construção sociopolítica do semiárido; da importância do associativismo como instrumento de organização social para a garantia de direitos; e, por fim, a valorização e apropriação do P1MC como empoderamento das famílias. O Curso de Confecção de Bombas Manuais, por sua vez, refere-se a um processo prático e técnico desenvolvido, majoritariamente, por jovens agricultores, com ajuda de custo garantida, conforme a produção, durante o processo de aprendizagem. Há os debates acerca da construção ideológica do semiárido, como ocorre nas demais formações. (ASA, 2002)

---

<sup>35</sup> Entrevista realizada em 22 de agosto de 2011. Entrevistadora: Eliane Almeida.

<sup>36</sup> Informações concedidas por colaboradores(as) da ASA em abril de 2019.

**Quadro 1: Formações dos Programas da ASA (2019).**

<b>Formações</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Programas</b>
<b>Capacitação de Comissão Executiva Municipal</b>	Levantar e sistematizar informações municipais e comunitárias acerca do foco do projeto em questão; apresentar e reafirmar o papel das CEM's no processo construtivo da convivência com o SAB; fortalecer as parcerias; socializar/debater conjunturas acerca da política de convivência.	P1MC P1+2 Sementes do Semiárido Cisternas nas Escolas
<b>Mobilização Comunitária</b>	Apresentar o projeto e seus critérios para as comunidades indicadas pelas comissões; criar a comissão comunitária para junto com os técnicos de campo da equipe, monitorar o processo de construção na localidade; sensibilizar a comunidade da importância do protagonismo de cada um(a) na materialização do projeto.	P1MC P1+2 Sementes do Semiárido Cisternas nas Escolas
<b>Capacitação de Pedreiros</b>	Nivelar o entendimento entre os profissionais sobre o referencial procedimental aplicado durante o processo de construção das tecnologias sociais, para garantir o controle de qualidade e de custos; inserir pedreiros na construção das cisternas, prioritariamente, agricultores das localidades contempladas com os projetos.	P1MC P1+2 Cisternas nas Escolas
<b>Intercâmbios (comunitário, intermunicipal, interestadual)</b>	Promover a socialização de conhecimentos entre os agricultores, e a vivência entre o saber popular dos agricultores e o conhecimento técnico dos universitários, centros de pesquisas e sociedade civil em geral, no intuito de coadunar em novas alternativas de resolução das problemáticas ainda existentes no campo, sempre na perspectiva da convivência.	P1+2 Sementes do Semiárido
<b>Microrregional /Microterritorial</b>	Avaliar as ações dos programas desenvolvidos pelas UG's; socializar os desafios encontrados e superados; fortalecer parcerias; analisar e debater a conjuntura do semiárido; acolher sugestões para a lapidação das atividades inerente ao programa, e/ou aprimoramento das tecnologias sociais.	P1MC P1+2

Fonte: (ASA, 2002)

Sistematização e elaboração: Eliane Almeida (2019)

No Programa Cisternas nas Escolas, são realizadas as seguintes atividades formativas:

- Encontro de Mobilização Territorial: objetiva apresentar o projeto aos agentes envolvidos em sua execução, como os gestores dos municípios contemplados e demais setores da sociedade que se debruçam sobre a temática da educação do campo, e firmar parcerias. (ASA, 2018)
- Oficina Pedagógica em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido: momento de trabalho com o corpo docente das comunidades escolares, em que são levantadas questões acerca das dificuldades de se consolidar uma educação do campo e para o campo, que valorize o cotidiano comunitário e a realidade dos alunos. Todos são convidados a fazer o exercício de identificar os possíveis caminhos para transpor tais estruturas materiais e imateriais. Discute-se a política pública de convivência com o semiárido da ASA e sua distinção da política de combate à seca. Propõe-se, também, a elaboração de projetos e planos de aula sobre o semiárido, no intuito de proporcionar a revisão dos discursos das classes dominantes, por meio da desmitificação da seca enquanto causa única das mazelas dessa porção do território brasileiro<sup>37</sup>. (ASA, 2019)
- Encontro em Gerenciamento de Recursos Hídricos Escolar (GRHE): formação destinada especificamente às merendeiras(os) das escolas atendidas pelo projeto, que agrega auxiliares de serviços gerais, mães/pais de alunos e nutricionistas. Socializam-se as realidades do abastecimento de água nas escolas e, por conseguinte, apresenta-se a cisterna como alternativa importante para o armazenamento adequado de água propícia ao consumo humano. As discussões realizadas abordam assuntos como os cuidados com a cisterna; a construção social e política do semiárido e como a água é inserida nesse processo; a relação soberania alimentar e nutricional e a alimentação escolar, e essas com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>38</sup>. (ASA, 2019)

Sobre o Programa Uma terra e Duas águas (P1+2), as formações específicas são os cursos de Gerenciamento da Água para Produção de Alimentos (GAPA) e Sistema Simplificado de Manejo da Água (SSMA). O GAPA

---

<sup>37</sup> Metodologia utilizada pelo CEDASB, conforme informou seus colaboradores. O obrigatório é pautar as temáticas referente ao programa e os assuntos transversais.

<sup>38</sup> Idem.

objetiva socializar conhecimentos sobre o manejo da água e da terra, numa perspectiva agroecológica; bem como a realização de atividades teórico-prática sobre defensivos naturais e adubação orgânica, culturas agrícolas e a rotatividade dentro do sistema produtivo. No SSMA, há predominância de trabalhos práticos, com resgates teóricos do GAPA, como a montagem dos canteiros produtivos com a instalação do sistema de irrigação simplificado, adubação agroecológica do solo. Durante o processo prático, são apresentadas alternativas de reaproveitamento das águas residenciais para possibilitar às famílias, maior oportunidade de uso e reuso.

No Programa Sementes do Semiárido, por sua vez, são realizadas formações sobre a Caracterização e gestão comunitária da diversidade de sementes, Gestão de estoques nos Bancos Comunitários de sementes e o Encontro Territorial sobre seleção, Produção e Multiplicação de Sementes.

A Caracterização e gestão comunitária da diversidade de sementes é o processo formativo que trabalha a denominação das sementes crioulas, transgênicas e híbridas, de forma a conduzir os agricultores ao entendimento do que vem a ser patrimônio genético. Faz-se ainda o levantamento e a catalogação da diversidade de sementes da comunidade, e se constrói a reflexão sobre o risco de extinção desse patrimônio comunitário, que são as sementes, pelas diretrizes políticas e econômicas do parâmetro de agricultura aderidas pelo Brasil, principalmente, a partir da “Revolução Verde”, na década de 1960.<sup>39</sup>

Na formação sobre Gestão de estoques nos Bancos Comunitários de Sementes é apresentado o passo-a-passo da elaboração de regimento de funcionamento do banco comunitário; de como deve ser feito o cadastro e armazenamento das sementes; e de como administrar o estoque desse patrimônio genético para as finalidades de preservação (cópia de segurança), empréstimo e comercialização.

E, por fim, o Encontro Territorial sobre seleção, Produção e Multiplicação de Sementes se configura como o momento de socialização, divulgação e difusão das experiências exitosas de manejo, conservação, preservação e multiplicação de sementes crioulas entre os representantes das comunidades onde se construiu os Bancos Comunitários de Sementes. O ponto auge dessa atividade é a troca

---

<sup>39</sup> Ricardo D’Onófrío. Entrevistado 29. Entrevista realizada em 06 de maio de 2019. Entrevistadora: Eliane Almeida.

de sementes entre os agricultores(as) guardiões(ãs), para fins de multiplicação e conservação da biodiversidade nos territórios.<sup>40</sup>

Foi possível identificar que a ASA também realiza formações no âmbito do planejamento e da avaliação dos programas. Para tanto, são organizados encontros estaduais e nacionais que se configuram como oportunidade coletiva de análises das conjunturas política, econômica e social, e seus rebatimentos nas ações de convivência, bem como a avaliação dos projetos nos estados e no Brasil.

Evidencia-se a confluência de ações diversas da Articulação, na tentativa de proporcionar dignidade às famílias camponesas da região semiárida, com prevalência do respeito cultural, da valorização dos saberes acumulados e o compartilhar de conhecimentos, sem lhes tirar a autonomia.

Salienta-se que, pela substancial importância das cisternas, somada a eficiência de sua funcionalidade, a ASA, em 2017, contribuiu com a replicação dos programas de convivência com o semiárido da África Subsaariana. Trata-se de uma cooperação articulada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), por meio do ex-diretor-geral da FAO, José Francisco Graziano Silva, que intermediou com Coumba Sow, coordenadora da equipe Resiliência para a África Ocidental da FAO, a construção de cisternas no semiárido africano. Para tanto, se organizou intercâmbios de experiências de convivência entre Brasil-África, e vice-versa, com representantes das organizações de Senegal, Gâmbia, Cabo Verde, Níger, Burkina Faso, Chade e Mali. O projeto piloto africano foi denominado “Um Milhão de cisternas para o Sahel”, com apoio técnico e formativo da Articulação Semiárido Brasileiro.<sup>41</sup>

Contudo, o processo reflexivo da atuação da ASA com seus processos formativos e informativos demonstra o quão é real o enfrentamento de classe para a realização de políticas públicas para o campo, traduzido pelos conflitos de interesses entre a classe trabalhadora e a lógica capitalista. Destarte, pode-se dizer que a luta da ASA está imbricada à luta do campesinato pela existência, o que a torna, também, instrumento relevante no fortalecimento dessa classe.

---

<sup>40</sup> Idem.

<sup>41</sup> Rafael Neves. Entrevistado nº 28. Entrevista realizada em 15 de maio de 2019. Entrevistadora: Eliane Almeida.

### **3. O CEDASB E A POLÍTICA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO**

O capítulo em questão traz a discussão sobre o conceito de “convivência” com o semiárido, com a premissa de ser um termo em construção, além de elencar as estratégias de convivência difundidas pelas organizações da ASA, e apresenta o processo de constituição do CEDASB enquanto uma Organização da Sociedade Civil (OSC), bem como sua atuação nos territórios de identidade do Estado da Bahia.

#### **3.1 “CONVIVÊNCIA” COM O SEMIÁRIDO. UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO.**

Como se constrói o pensar sobre uma determinada região, lugar ou território? Segundo Baptista e Campos (2014), se constrói com narrativas carregadas de intencionalidades.

Do Período Colonial até a segunda metade do século XX, as ideias de “norte” e sertão estiveram vinculadas a uma paisagem desértica e inóspita, e cotidiano social sob um estado de miséria intransponível. Remeter essa configuração interpretativa do Nordeste, desde a regionalização protagonizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1970, é se deparar com a concepção de região “subdesenvolvida” na economia, na educação e na tecnologia, interpretada à luz do sistema produtivista do capitalismo.

Baptista e Campos (2014) esclarecem que após a delimitação do Semiárido Brasileiro (SAB), especificamente no final da década de 1990, é que se construiu uma visão menos fatalista. Essa construção, que é contínua, resulta do trabalho das frentes sindicais junto as pastorais eclesiais da Igreja Católica, e tão substancialmente dos estudiosos da temática que fizeram com que o SAB passasse a ser difundido como espaço de peculiaridades e especificidades sociais, econômicas e culturais, que não podiam ser desconsideradas no tecer das estratégias econômicas. Ainda segundo esses, a associação do semiárido à inexistência de chuva e difusão da seca como fenômeno natural intransponíveis condicionou-o as questões citadas, e essas se consolidaram como condicionantes do “seu” “déficit” de desenvolvimento.

Nesse interim, é mister destacar o papel da ASA no movimento descortinador e propositivo do/para o SAB, principalmente ao que concerne ao campo. Não é a seca ou a “falta” de chuva que condiciona o semiárido às

situações de ausência de uma educação qualitativa e contextualizada, de impossibilidade de produção agrícola contínua e efetiva, de dificuldade no desenvolvimento de economia plural e cooperativa, mas a inexistência de políticas públicas que abarquem as especificidades dessa região, e que promovam o desenvolvimento no seu sentido genuíno. (BAPTISTA; CAMPOS, 2014)

Nessa perspectiva, vale destacar o trabalho de Silva (2006) que faz uma discussão sobre qual seria esse paradigma de desenvolvimento para a região semiárida. Sua abordagem sobre o processo de implantação das políticas governamentais no semiárido, e os conceitos de desenvolvimento a elas atreladas e alicerçadas, corroboram a apreensão de como se sucedeu a transição da concepção do “combate à seca” para a “convivência com o semiárido”.

Para tanto, o autor destaca o posicionamento crítico de intelectuais a partir da década de 1960, como: Tania Bacelar, Manoel Correia de Andrade, Otamar de Carvalho, Djacir Menezes, Guimarães Duque e Celso Furtado, na construção de um entendimento nacional e regional de que o “combate à seca” não representava um projeto de desenvolvimento para o semiárido, e que as implementações de estruturas hidráulicas de grandes portes, como barragens e açudes, juntamente com a difusão de um sistema produtivo pautado na irrigação, não estimularam desenvolvimento algum, mas acentuaram as desigualdades já existentes na região.

[...] a generalização de soluções, muitas vezes, concorre para a perpetuação de problemas de ordem ecológica, social e econômica. O pensamento crítico sobre a política do combate à seca é também uma crítica à crença nas soluções tecnológicas descontextualizadas. (SILVA, 2006, 184)

Conforme afirmam Baptista e Campos (2014, p. 49), trata-se de outra concepção interpretativa e de entendimento sobre o fenômeno da seca e do semiárido, embasada na assertiva de que a

[...] seca não se combate; que é possível conviver com a semiaridez; que a região é viável; que uma sociedade justa se constrói com equidade de gênero e o protagonismo das mulheres; e que a educação contextualizada é fundamental na valorização do conhecimento do povo na convivência com o Semiárido. Nasce, assim, a perspectiva da “convivência com o Semiárido”.

Essa compreensão contrapõe as ações interventivas, outrora implementadas pelo Estado no semiárido, e insufla o questionamento sobre a forma célere como a sociedade capitalista dilapidou os recursos naturais, em nome de um desenvolvimento econômico descomprometido com os sujeitos e suas necessidades reais. Assim, torna-se mais latente a emergência de uma mudança paradigmática de desenvolvimento, a qual possibilite o equilíbrio na relação sociedade-natureza.

É nesse entendimento que Baptista e Campos (2014) corroboram o raciocínio de Silva (2006), na compreensão de que a perspectiva da convivência enfrenta o modelo de sociabilidade construída à luz do modo de produção capitalista e que pensar a convivência é aspirar um desenvolvimento que seja alicerçado nas práticas socioeconômicas que gerem equilíbrio e equidade.

Essa dimensão de sustentabilidade e desenvolvimento do Semiárido, [...], ainda é embrionária e não está dada ou conquistada. Ela resiste ao modelo do agronegócio e àqueles que querem lucrar a qualquer custo, sem se perguntar sobre suas consequências para a natureza e as pessoas. Por isso, o desenvolvimento do Semiárido é uma construção contínua numa correlação de concepções e modelos em disputa que precisam ser afirmados e defendidos a partir da força de seu povo. (BAPTISTA, CAMPOS, 2014, p. 54)

A questão da sustentabilidade discutida por Silva (2006), em convergência interpretativa com os autores anteriores, é apreendida como alternativa de se construir a “harmonização” das relações entre as pessoas, e dessas com a natureza apropriada. Por isso, o autor afirma que a tecnologia, a economia e a política formam as “chaves de leitura” do processo de transição do discurso e prática do “combate à seca” para a concepção da “convivência com o semiárido”, sendo essa última um paradigma de desenvolvimento “sustentável”<sup>42</sup> para a região, sem desconsiderar que para tanto há de se considerar como transpor as

---

<sup>42</sup> Esse termo, conforme explicita Diegues (2003), é dotado de complexidade, pois, embora pareça consensual o entendimento acerca de sua conceituação, a depender de qual grupo social o utilize, muda-se essencialmente o seu conteúdo. Nesse trabalho o entendimento que se tem de “desenvolvimento sustentável” está relacionado ao modelo de sociabilidade construída pelas pessoas na relação com a natureza e entre si, conforme apreende os movimentos sociais. Mas, compreende-se também, que é difícil conceber no modo de produção capitalista a consolidação de um desenvolvimento “sustentável”, uma vez que o desenvolvimento global está imbricadamente comprometido com o capital, mas, retoma-se o que o próprio autor estimula, da maturação de se conceber a possibilidade da existência de “sociedades sustentáveis”.

contradições do próprio sistema hegemônico.

[...] A convivência expressa uma mudança na percepção da complexidade territorial e possibilita construir ou resgatar relações de convivência entre os seres humanos e a natureza, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida das famílias sertanejas, por meio do incentivo às atividades econômicas apropriadas e a sustentabilidade ambiental. É uma nova percepção que retira as “culpas” atribuídas às condições naturais, e enxerga o espaço Semiárido com suas características próprias, seus limites e potencialidades, [...]. (SILVA, 2006, 225)

Enfatiza, ainda, que a convivência com a semiaridez não é uma especificidade do semiárido do Brasil, mas se apresenta enquanto estratégia de sobrevivência de vários povos ao redor do mundo, que não lhes garante apenas a sobrevivência, e com seus limites, proporciona qualidade de vida e dignidade.

Entende-se que o uso inteligente e viável dos recursos naturais para a promoção do desenvolvimento no semiárido, somados às ações de difusão de conhecimento contextualizado e de tecnologias adaptadas às suas peculiaridades, formam, segundo Baptista e Campos (2014), os pilares de um desenvolvimento baseado na convivência. Dessa forma, os princípios norteadores, em síntese, direcionam para a construção de um desenvolvimento viável para a região, conforme figura 5.

A base dessa nova concepção de desenvolvimento para a região está diretamente relacionada com:

o compromisso com as necessidades e potencialidades da população local; a conservação e o uso sustentável da biodiversidade; a recuperação das áreas degradadas; a quebra do monopólio da terra e da água; a valorização do patrimônio cultural, étnico, material e simbólico do Semiárido; o reconhecimento da agricultura familiar como categoria sociopolítica e estratégica do desenvolvimento e o reconhecimento do meio rural como espaço de produção e reprodução da vida; a valorização das tradições e conhecimentos das comunidades; e o reconhecimento da diversidade étnica e cultural com seu patrimônio, colocando sua população como coautora das políticas e não como mera beneficiária. (BAPTISTA, CAMPOS, 2014, p. 53)

Essa é a visão dos envolvidos, direta e indiretamente, com a ASA e sua luta. Mas é necessário ter o cuidado, no sentido de entender que o semiárido não está a parte da totalidade da vida econômica e social.

**Figura 5 – Premissas da Convivência com o Semiárido**



Fonte: Baptista e Campos (2014)

Elaboração e adequação: Eliane Almeida, 2019.

Deve-se considerar que, por mais tênue que seja essa relação, nas mais diferentes escalas, e por isso a dificuldade de identificação, a região semiárida compõe parte do sistema engrenado pelo capital com a legitimação do Estado. A compreensão que se alcança com as contribuições dos autores acima citados, por meio de uma leitura crítica, é que concretizar o conjunto de questões postas como substanciais para a consolidação da convivência com o semiárido é na realidade superar o próprio modo de produção capitalista, ou seja é uma visão do que seria ideal na sua completude. Ademais, percebe-se na análise da trajetória da Articulação Semiárido que a mesma se põe na “arena” da disputa e do enfrentamento político para também conseguir, minimamente e paulatinamente, construir esses pilares.

Entende-se que a convivência com o semiárido é a confluência das práticas sociais, econômicas e culturais sob uma perspectiva de sociabilidade ainda em construção. Enquanto concepção, surge como aparato de alternativas para garantir a existência digna das famílias camponesas, uma vez que foram as mais afetadas no exercício do “combate às secas”. Como política pública, se consolida como processo de mudança no trato das especificidades do semiárido e de seu povo, do investimento e destinação do recurso público.

### 3.1.1. As estratégias de convivência com o semiárido

Embora se tem mencionado sobre as tecnologias sociais implementadas no território nordestino pela Articulação Semiárido Brasileiro, faz-se mister a apresentação técnica e funcional das mesmas, que são compreendidas como instrumentos de convivência e símbolos da luta pela democratização da água, que se tornaram essenciais no processo de reprodução social das famílias camponesas. São categorizadas como tecnologia social de primeira água, atrelada especificamente ao P1MC, e tecnologias de segunda água, referentes ao Programa P1+2. E compõem a seguinte descrição:

Cisterna de consumo humano - é um reservatório com capacidade de captar e armazenar 16 mil litros de água pluvial destinados, especificamente, para o consumo da família (beber) e preparo de sua alimentação. Trata-se de uma estrutura cilíndrica erguida com placas de cimento, areia e brita, com dimensão

que abarca uma altura de 2,4 m e diâmetro de 4,5 metros. Prioriza-se garantir que 2/3 do reservatório estejam abaixo da superfície do terreno, para se ter maior estabilidade, e esse feito depende diretamente do tipo de solo onde se construirá a cisterna (ver Foto 1). O sistema de captação da água da chuva é feito por calhas de zinco e canos de PVC conectados do telhado até a entrada da cisterna. Nesse caminho, existe um sistema de filtragem prévia, no intuito de reter possíveis resíduos permanecidos no telhado, como as folhagens, e dessa forma reduzir a possibilidade de entupimento dos canos e contaminação da água. (ASA,2002)<sup>43</sup>

**Foto 1: Cisterna de 16 mil litros.  
Comunidade de Bom Jesus de Cima - Bom Jesus da Serra, 2019.**



Foto: Eliane Almeida.  
Fonte: Trabalho de Campo, 2019.

Cisterna calçadão - estrutura cilíndrica de 6,5 m de diâmetro e 1,8 m de altura, de cobertura cônica. Tem capacidade de armazenar 52 mil litros de água, destinada ao plantio nos quintais produtivos e a dessedentação animal. É complementada por uma área de 200 m<sup>2</sup> de piso grosso e se conecta por meio de tubulação de PVC (foto 2). O calçadão, essa área de 200m<sup>2</sup>, tanto possibilita a captação da

---

<sup>43</sup> Ver também a Instrução Operacional da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), nº 2.

água com quantidade mínima de sedimentos, como viabiliza a secagem de alimentos e palhadas. É multifuncional para as famílias. Das condições técnicas para a sua implementação, a declividade do terreno é determinante para a fluidez no escoamento da água até a cisterna. Na maioria dos casos, a cisterna calçada fica quase toda abaixo da superfície, o que garante maior estabilidade estrutural. (ASA, 2014)

### Foto 2 – Cisterna Calçada.

Comunidade Bom Jesus de Cima - Bom Jesus da Serra, 2016.



Foto: Marcos Ferreira Gomes  
Fonte: Acervo do CEDASB

Cisterna-enxurrada – difere da anterior pela forma como se capta a água das chuvas, pois, enquanto uma colhe a água verticalmente numa área cimentada e delimitada, a outra possui uma espécie de “braçadeira” e acolhe as águas torrentes que escoam pelo solo, como se apresenta na foto 3. O terreno para implementação da cisterna-enxurrada precisa ter declividade para garantir o escoamento contínuo das águas pluviais, mas também uma área plana onde se possa construir a cisterna. Como a água da enxurrada carrega densa

sedimentação, a estrutura hídrica possui decantadores para amenizar a entrada de resíduos no reservatório. (ASA, 2014).

**Foto 3 – Cisterna Enxurrada.  
Comunidade Bom Jesus de Cima - Bom Jesus da Serra, 2016.**



Foto: Marcos Ferreira Gomes  
Fonte: Acervo do CEDASB

Barreiro Trincheira - tecnologia social capaz de armazenar cerca de 500 m<sup>3</sup> de água e chega a ter 16 metros de comprimento, cinco metros de largura e cinco metros de altura, como ilustrado na foto 4. Sua instalação é feita em terrenos de solos de baixa permeabilidade para diminuir a infiltração e o mais próximo possível das áreas de cultivo e/ou da criação dos animais. O barreiro se configura como possibilidade de ampliação da criação de animais e do plantio familiar, pela capacidade de estocagem de uma considerável quantidade de água. Seu formato e suas dimensões são para diminuir o espelho d'água exposto ao sol e dessa forma a evaporação. (ASA, 2014)

**Foto 4 – Barreiro Trincheira Familiar.  
Comunidade Bom Jesus de Cima - Bom Jesus da Serra, 2016.**



Foto: Marcos Ferreira Gomes  
Fonte: Acervo do CEDASB

Barragem Subterrânea Submersível (foto 5) – estrutura de comprimento mínimo de 30 e máximo de 100 metros e profundidade entre 1,5 a 4,5 metros. Inicialmente, faz-se um corte, da superfície até o encontro da rocha impermeável, em todo comprimento da tecnologia. Uma das paredes da estrutura é revestida com lona, a qual é fixada ao material rochoso com concreto, e que tem a função de reter a água infiltrada no solo da área delimitada. Em seguida, aterra-se o buraco e se constrói o sangradouro para o escoamento da água torrencial. Para a captação da água do encharcamento do solo é feito um poço, o qual, por meio da instalação de bomba elétrica, abastece outro reservatório de fibra, disponibilizado pelo programa. Esse terceiro armazenamento destina-se à irrigação de plantios, por gravidade. A barragem pode ser construída em solos argiloso ou arenoso, porém, no primeiro armazena-se menos água, mas retém mais umidade; e no segundo a capacidade de armazenamento de água é maior, não retém umidade na sua superfície, mas viabiliza uma irrigação mais abundante. (ASA, 2014)

**Foto 5 – Barragem Subterrânea.  
Comunidade Onça - Manoel Vitorino/BA, 2015.**



Foto: Adalberto Junior  
Fonte: Arquivo institucional do ISFA

Bomba D'água Popular e Tanques de Pedra – a primeira se refere a uma estrutura de material metálico e de PVC de funcionamento manual, eficaz na retirada de água dos poços comunitários (foto 6). Tem capacidade de captar água até 100 metros de profundidade e a manutenção pode ser feita pela própria comunidade. O poço atinge o lençol freático numa profundidade de até 40 metros e estima-se uma vazão de 1000 litros de água por hora. O Tanque de pedra, também conhecido como caldeirão, é uma tecnologia propícia em áreas de afloramento rochoso, ou, como são comumente chamados no semiárido nordestino, lajedos. Nas fendas e buracos formados naturalmente pela disposição das rochas, acumula-se significativo volume de água em tempos chuvosos, mas que rapidamente se evapora quando a chuva cessa. A proposta é delimitar essa área de lajedo por meio da construção de paredes de pedra e cimento, para que se possa acumular maior volume de água pluvial para fins diversos (foto 7). (ASA, 2019)

**Foto 6 – Bomba D'água Popular.  
Comunidade da Tabua - Bom Jesus da Serra, 2009.**



Fonte: Acervo do CEDASB

**Foto 7 – Tanque de Pedra.  
Anagé, 2014.**



Fonte: Acervo do CEDASB

Constata-se que essas tecnologias são frutos do trabalho da ASA, que abarcou a luta pela água como militância política. São projetos emergidos das organizações da sociedade civil e que são apresentadas ao Estado como possibilidades para o semiárido, enquanto instrumentos de democratização do acesso a água, para as múltiplas funcionalidades, na reprodução da vida familiar e comunitária. Porém, é mister ressaltar que o Estado, em muitas ocasiões, se apropria, inadequadamente, das tecnologias sociais para fins que fogem à intencionalidade da ASA.

Somam-se às tecnologias sociais, enquanto elemento de convivência com o semiárido, os Bancos Comunitários de Sementes, implementados nas comunidades no intuito de garantir a conservação do patrimônio genético das famílias, seu armazenamento e multiplicação. Portanto, pensar e trabalhar o campo de forma participativa, com respeito as particularidades de sua existência, é o indicativo para um desenvolvimento comunitário que contrapõe a lógica capitalista de ser, de viver e de produzir.

### 3.2. A CONSOLIDAÇÃO DO CEDASB NA POLÍTICA DE CONVIVÊNCIA.

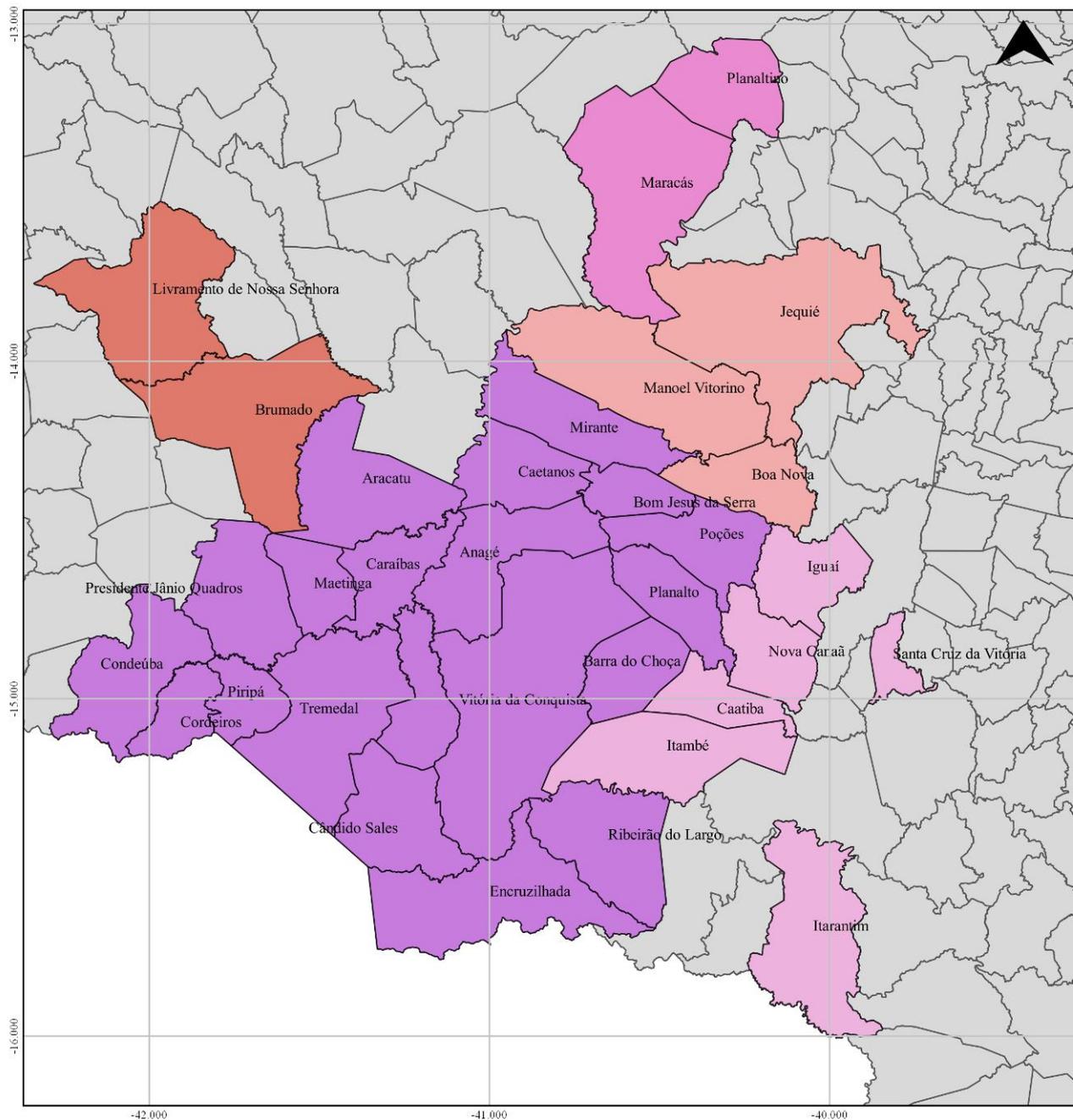
O Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (CEDASB) é uma entidade que integra à rede ASA, na elaboração e execução de projetos direcionados à convivência com a semiaridez. Somam-se 39 municípios abrangidos pela sua atuação, dos quais 33 estão distribuídos nos Territórios de Identidade Sudoeste da Bahia, Médio Sudoeste, Vale do Jequiçá, Médio Rio das Contas, Sertão Produtivo, como destaca o mapa 2, e, em 2019, a área de atuação se expandiu e abarcou mais seis municípios dos territórios do Sisal (Itiúba), Bacia do Jacuípe (Capim Grosso e São José do Jacuípe) e Piemonte da Diamantina (Caem, Serrolândia e Jacobina). (CEDASB, 2019)

No início dos anos 2000, quando a ASA começou o trabalho com o P1MC, a primeira Unidade Gestora responsável pelo programa no sudoeste baiano foi a Paróquia Nossa Senhora das Graças do município de Cândido Sales. Esse feito se deve à militância do pároco, José Vasconcelos dos Santos, conhecido como Pe. Vasco, que mantinha envolvimento direto com as causas sociais, principalmente aquelas que concerniam a população do campo.<sup>44</sup>

---

<sup>44</sup> Informações concedidas por colaboradores do CEDASB.

**MAPA 2 - Localização dos municípios de atuação do CEDASB, até junho 2019.**



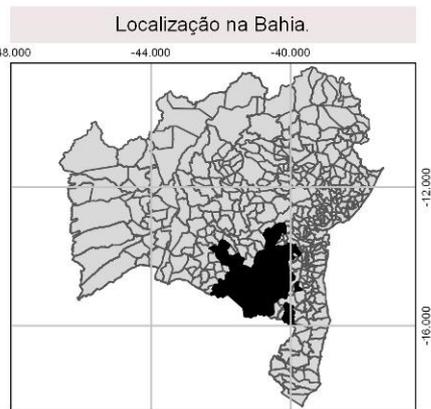
Território Sudoeste da Bahia  
 Território Médio Rio de Contas  
 Território Sertão Produtivo  
 Território Médio Sudoeste da Bahia  
 Território Vale do Jequiçá

10 0 10 20 30 40 km

Base Cartográfica: SEI (2015).  
 Fontes: BAHIA (2011; 2010; 2003)  
 Sistema de Coordenadas: Lat e Long  
 Projeção Policônica  
 Sistemas de Referência das Coordenadas:  
 EPSG 4675, SIRGAS 2000.

Realização: Apoio:

Elaboração: Eliane Almeida.



Com a saída do Padre Vasco da Paróquia em 2004, houve a necessidade de se pensar como se daria a continuidade do P1MC no sudoeste baiano, uma vez que a Paróquia não sinalizou interesse em permanecer proponente na execução do programa. A maturação de ideias culminou na constituição do CEDASB, em 11 de maio de 2006, regido pelos princípios do associativismo. Atualmente, possui Título de Utilidade Pública Municipal, com base na Lei 1.445/2007, datado de 30 de agosto de 2007, e Título de Utilidade Pública Estadual, por meio da Lei nº 10.982, de 30 de abril de 2008. (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2007; BAHIA, 2008).<sup>45</sup>

O sociofundador Climério Vale<sup>46</sup> esclarece que “a ideia de constituir uma organização social que pudesse acompanhar/assessorar agricultores familiares surgiu de um grupo de pessoas de outras organizações”, dentre elas a Comissão Pastoral da Terra (CPT), as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e a Pastoral da Criança, além dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Segundo ele,

Essas pessoas, que militavam nestes espaços sentiam falta de uma organização que pudesse aglutinar [...] e contribuir com a organização dos agricultores [...] a partir de Editais Públicos, Chamamentos [...], e financiamento privado. Como algumas delas já estavam envolvidas na ASA a partir da execução do P1MC, que era, naquele momento, executado pela Paróquia Nossa Senhora das Graças de Cândido Sales, foi possível aglutinar forças com as pessoas envolvidas no projeto, bem como outras que se somaram como o mesmo ideal e assim, constituir o CEDASB.

Os elementos motivadores da fundação do CEDASB eram àqueles referentes as questões do campo e dos camponeses. Apreende-se que o início foi com o P1MC, pelo anseio de garantir às famílias o acesso à água adequada para o seu consumo, uma vez que se tratava de uma necessidade social imediata e vital, mas que se ampliou ao deparar com realidades mais complexas de reprodução social, econômica e cultural das comunidades. Por isso, junto ao coletivo da ASA, contribuiu no pensar a ampliação de ações que, minimamente, pudessem amenizar as dificuldades das famílias sertanejas.

Como já mencionado, o CEDASB se constituiu sob os princípios do associativismo, com a estrutura organizacional retratada na figura 6. Segundo rege o Estatuto Social da instituição, especificamente no Art. 15, a Assembleia

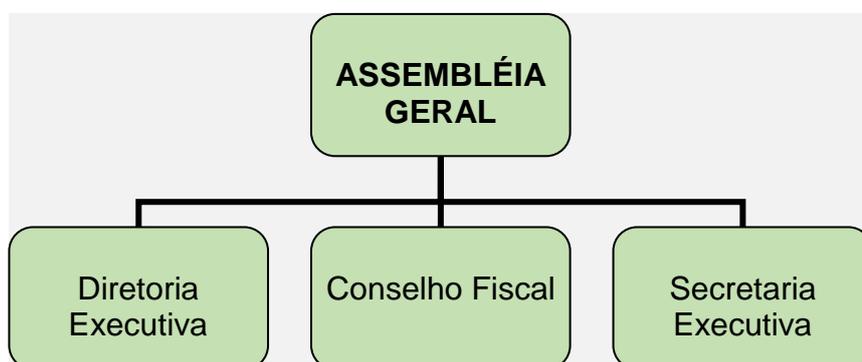
---

<sup>45</sup> Idem.

<sup>46</sup> Entrevistado nº. 30. Entrevista realizada em 07 de julho de 2019. Entrevistadora: Eliane Almeida.

Geral é a instância composta por todos/as associados/as e esses são os responsáveis pela tomada de decisões acerca do caminhar da organização. É realizada uma vez ao ano e conduzida pelo diretor/a presidente e o/a secretário/a executivo/a. À Diretoria, cabe fazer cumprir as decisões da assembleia geral; acompanhar os projetos, deliberar sobre questões de ordem política e técnica. É composta por um/a presidente, um/a secretário/a, um/a tesoureiro/a e os suplentes. Ao Conselho Fiscal concerne a fiscalização da gestão financeira, e é composto por 3 membros efetivos e 3 suplentes.

**Figura 6: Estrutura Administrativa do CEDASB, 2019**



Fonte: Estatuto Social do CEDASB  
Elaboração: Eliane Almeida (2019)

Sobre o funcionamento do CEDASB, esse se articula em duas vertentes de ação. A primeira com a rede ASA e a outra independente. Com a rede, e nesse caso fala-se especificamente da ASA, além de estar na construção de uma nova perspectiva política e social de atuação do Estado no semiárido, essa vinculação possibilita ao CEDASB concorrer às chamadas públicas lançadas pela representação jurídica da rede - a AP1MC. Essa, por sua vez, é a responsável em concorrer nas instâncias nacional e internacional às chamadas públicas lançadas pelos mais diversos órgãos. Já sua articulação independente concerne a capilaridade política nas escalas estadual, regional e local. Ou seja, embora participe de uma rede nacional de articulação de políticas públicas de convivência com o semiárido, o CEDASB também se estrutura para angariar em outras esferas de financiamento de projetos, estaduais e nacionais, que convirjam com

os objetivos da instituição regido em seu estatuto social.<sup>47</sup>

É evidente que, em rede ou individualmente, a organização está dependente do Estado, no que tange as suas diretrizes orçamentárias, uma vez que não trabalha com repasse financeiro oriundo da renda das famílias as quais acompanham. O seu trabalho é integralmente realizado por meio dos recursos vinculados a convênios/contratos e termos de parcerias, dos quais logrou êxito na concorrência das chamadas públicas. Essa realidade é similar à maioria das organizações sociais vinculadas a ASA.<sup>48</sup>

Para além do posicionamento de dependência financeira em que as organizações sociais que executam projetos de convivência com o semiárido se encontram, os colaboradores do CEDASB enfatizam que é imprescindível destacar que foi a rede ASA, com enfrentamento e solidez nas argumentações apresentadas ao Estado, que conseguiu que houvesse nos orçamentos federal e estadual dotação para a construção de tecnologias sociais - estruturas hídricas familiares e demais ações que convergissem para a amenização dos efeitos das secas.

Os quase 14 anos de existência da instituição são registrados pelas ações de convivência com o semiárido desenvolvidas nos 39 municípios baianos, distribuídos em quatro territórios de identidade, inseridos numa nova proposta de pensar e executar política pública (Ver tabela 3)<sup>49</sup>. Em entrevista, a sócia e colaboradora do CEDASB, Leandra Pereira<sup>50</sup>, avalia que

Os treze bem vividos anos do CEDASB foram de muito trabalho, reflexão e provocações que julgo estarem sendo substancias para uma mudança de paradigma do semiárido. [...] Todas essas ações formatam um cenário em que o CEDASB tem se firmado enquanto instituição voltada para minimizar os efeitos nefastos das desigualdades historicamente determinadas, estratégica para a garantia de direitos e promotora da democratização do acesso a água.

---

<sup>47</sup> Informações concedidas por colaboradores da instituição.

<sup>48</sup> Idem.

<sup>49</sup> Está sendo considerado nesse quantitativo, apenas os municípios onde foram construídas algum tipo de tecnologia social, ficando a parte, os municípios contemplados pelo CEDASB com a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), e os municípios inseridos na área de atuação em 2019.

<sup>50</sup> Entrevistada nº. 31. Entrevista realizada em 09 de julho de 2019. Entrevistadora: Eliane Almeida.

**Tabela 3: Relação Geral de Tecnologias Sociais implementadas pelo CEDASB, por município, entre 2006-2019.**

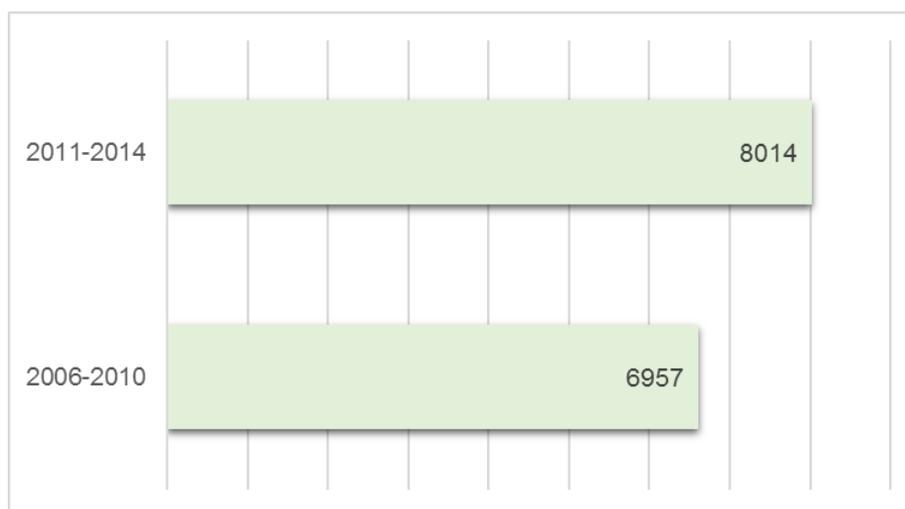
Municípios	Cisterna de consumo humano	Cisterna Calçadão	Cisterna Enxurrada	Cisternas nas Escolas	Bancos de Sementes	Barreiro Trincheira Familiar	Barreiro Trincheira Comunitário	Barragem Subterrânea	Tanque de Pedra	Bomba D'água Popular (BAP)	Barraginha	Quintal Produtivo	Limpeza de Aguadas
Aracatu	...	...	...	4	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Anagé	1216	113	65	42	3	56	...	2	3	4	...	...	1
Barra do choça	1620	...	60	...	...	18	3	...	...	...	...	20	8
Belo Campo	240	50	100	14	3	60	3	1	...	...	...	20	5
Boa Nova	590	...	...	2	3	...	...	...	...	...	...	...	...
Bom Jesus da Serra	764	89	73	5	3	65	...	4	7	4	17	...	1
Caatiba	...	...	30	...	...	30	1	...	...	...	...	10	15
Caetanos	210	...	...	38	3	...	...	...	...	...	...	...	...
Cândido Sales	1642	124	70	16	3	38	...	6	...	3	5	...	...
Caraíbas	...	...	...	2	2	10	...	...	...	...	...	...	5
Condeúba	...	...	...	...	3	...	...	...	...	...	...	...	...
Cordeiros	...	...	...	...	3	...	...	...	...	...	...	...	...
Encruzilhada	990	35	24	...	3	40	...	...	...	1	...	...	2
Itambé	...	...	30	...	...	30	5	...	...	...	...	10	15
Jequié	120	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Manoel Vitorino	527	...	...	11	3	12	...	...	...	...	...	...	2
Maracas	...	...	...	...	3	...	...	...	...	...	...	...	...
Mirante	925	45	29	9	3	15	...	1	...	...	...	...	...
Piripá	...	...	...	...	3	...	...	...	...	...	...	...	...
Planalto	600	95	139	15	3	75	3	3	3	...	...	20	20
Planaltino	...	...	...	...	3	...	...	...	...	...	...	...	...
Poções	839	45	29	9	3	15	...	1	...	...	...	...	...
Tremedal	...	...	...	30	3	...	...	...	...	...	...	...	...
Vitória da Conquista	4688	50	125	59	3	106	8	2	1	...	...	20	25
<b>Total</b>	<b>14971</b>	<b>646</b>	<b>774</b>	<b>256</b>	<b>56</b>	<b>570</b>	<b>23</b>	<b>20</b>	<b>14</b>	<b>12</b>	<b>22</b>	<b>100</b>	<b>99</b>

Fonte: Arquivo documental do CEDASB  
Sistematização e elaboração: Eliane Almeida (2019).

Essa avaliação leva a crer que a organização se encontra em constante movimento articulador, com o propósito de ampliação e consolidação de ações interventivas, dentro da proposta da convivência. É um processo de fortalecimento recíproco entre o campo e o CEDASB - ação e reação.

Entende-se, portanto, que o objetivo inicial do CEDASB em possibilitar às famílias camponesas o acesso à água para o consumo humano se desdobrou em luta pela garantia da soberania alimentar e nutricional desse público. Todavia, é certo que o P1MC foi o início da história da maioria das organizações que hoje difundem a convivência com o semiárido e, como parte dessa regra, o CEDASB registra o quantitativo de mais de 14 mil cisternas de 16 mil litros construídas na região de atuação. (Ver gráfico 1)

**Gráfico 1: Quantidade de cisternas de 16 mil litros construídas pelo CEDASB, por período, de 2006-2014**



Fonte: Arquivo documental do CEDASB  
Sistematização e elaboração: Eliane Almeida (2019)  
Nota: Os períodos registrados no gráfico referem-se aos anos de assinatura dos convênios e/ou contratos, e não da vigência dos mesmos.

No período compreendido entre os anos de 2006 a 2010, o que se tinha era o esforço das organizações da ASA em pautar o governo federal sobre a importância do P1MC como ação vital para o campo nordestino, como ação viável para os municípios semiáridos, e garantir dotação orçamentária para a ampliação e consolidação do programa. Nesse período, algumas instituições vinculadas à ASA, inclusive o CEDASB, estavam em processo de fortalecimento institucional e

reconhecimento sociopolítico. Na conjuntura subsequente, entre os anos de 2011-2014, sem minimização de conflitos de interesse, foi registrada maior convergência de financiamento dos programas da ASA, fruto da capacidade de mobilização e enfrentamento popular junto ao Estado<sup>51</sup>.

Ao analisar qualitativamente os dados da tabela 3 e, por conseguinte, os dados do gráfico 1, tem-se, portanto, outra dimensão interpretativa da contribuição das tecnologias sociais e do trabalho desenvolvido pela organização. Socialmente, o montante de 14.971<sup>52</sup> cisternas implementadas representa cerca de 59.884<sup>53</sup> pessoas que deixaram de se ver dependentes de outrem no acesso à água para manutenção familiar. Além disso, os números por si não são capazes de mostrar, por exemplo, que, direta ou indiretamente, essas pessoas foram inseridas em processos formativos de inclusão social e cidadã e viram diminuir, consideravelmente, os índices de mortalidade infantil.

Sobre esses índices, é importante registrar que não se tem conhecimento de produção científica que apresente sistematicamente a amplitude do impacto que as cisternas promoveram na saúde das famílias camponesas, pelo menos não na região de atuação do CEDASB. Essa lacuna fragiliza as assertivas de melhoria nesse âmbito, por não haver a comprovação científica sobre o assunto. De todo modo, a verbalização das histórias das comunidades pelos seus moradores e por setores do poder público a elas vinculados permitem inferir que é verossímil a afirmação de que a cisterna diminuiu significativamente os índices de mortalidade infantil no semiárido, oriunda do consumo de águas impróprias para ingestão.<sup>54</sup>

Ao que concerne ao Programa P1+2, o resultado do seu impacto é ascendente e positivo. Como descrito no tópico anterior, essas tecnologias sociais potencializam a produção agrícola para o consumo da família e se ela não precisa mais comprar certos alimentos entende-se que há a economia de recurso, o qual pode ser investido em outra necessidade mais latente. Todavia, muito além da questão de economia familiar, as implementações desse Programa, junto às

---

<sup>51</sup> Informações concedidas por colaboradores da instituição.

<sup>52</sup> Esse quantitativo refere-se às construções diretas, mas, indiretamente, o CEDASB assessorou associações comunitárias dos municípios de Boa Nova, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Manoel Vitorino, Mirante, Planalto e Poções, no processo de construção de 2.168 cisternas de 16 mil litros, por meio de Convênio de Prestação de Serviço firmado com a CAR/SEDIR..

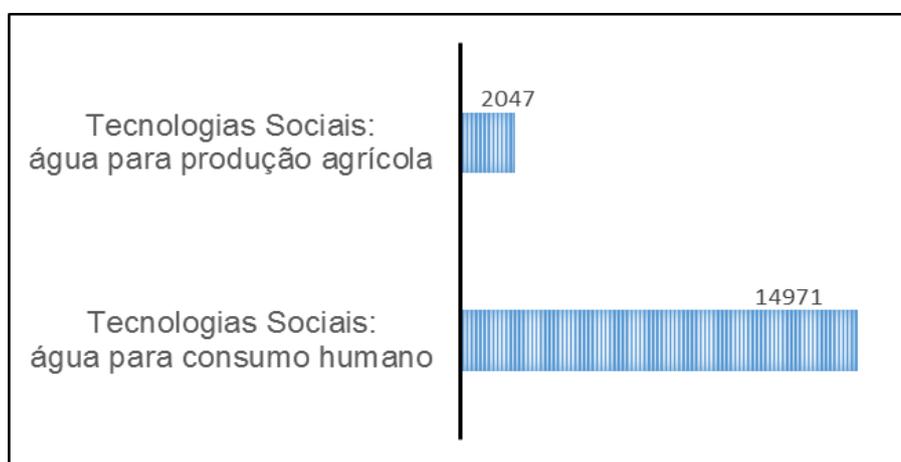
<sup>53</sup> Quantitativo estimado de pessoas ao se considerar composição familiar com 04 membros.

<sup>54</sup> Informações concedidas por colaboradores da instituição em maio de 2019.

capacitações formativas e informativas, conseguiram promover mudanças no âmbito das técnicas aplicadas pelos agricultores no manejo do solo, da água e da matéria orgânica difusa nas propriedades, inserindo-os nos princípios bases da agroecologia com difusão de novos métodos produtivos.<sup>55</sup>

Contudo, ao analisar os dados sistematizados no gráfico 2, é notória a disparidade de financiamento de tecnologias sociais de subsidio à produção agrícola de subsistência, em comparação às cisternas para o consumo humano.

**Gráfico 2: Comparativo da quantidade de Tecnologias Sociais implementadas pelo CEDASB, por finalidade, entre os anos de 2006 a 2019.**



Fonte: Arquivo documental do CEDASB  
Sistematização e Elaboração: Eliane Almeida (2019)

O estudo realizado sobre os critérios de seleção e cadastramento de famílias no Programa P1+2 mostra que para uma família ser beneficiada com a tecnologia social do programa precisa já ter garantido o seu direito à cisterna de captação da água para o consumo familiar, pois trata-se de uma necessidade vital. Dessa forma, compreende-se que o montante de tecnologias de segunda água implementada pelo CEDASB refere-se a outra frente de fortalecimento do campo incidente no mesmo espaço familiar. Conforme análise do gráfico 2, esse está com um déficit de 12.924 famílias, que ainda não usufruíram dos benefícios das tecnologias sociais de segunda água, e tantas outras famílias, em algumas localidades, sem acesso nem à cisterna de 16 mil litros.

É salutar aclarar que outras organizações da rede ASA também atuaram

<sup>55</sup> Idem.

ou atuam nos mesmos municípios que o CEDASB, e tal fato pode diminuir a somatória acima apresentada. Mas, mesmo assim, infere-se que a discrepância entre as duas frentes de implementação de projetos é notoriamente ampla e não se tem perspectivas, *a priori*, de mudança desse quadro.<sup>56</sup>

Destarte, o que foi possível apreender por meio da pesquisa documental e entrevistas é que, mesmo diante da descontinuidade das políticas públicas, o CEDASB manteve-se na busca de novas perspectivas para o público já atendido, no intuito de convergir o máximo de projetos no espaço onde as famílias agricultoras se reproduzem socialmente, para lhes proporcionar dignidade de existência mais completa.

Dentre as demais ações vinculadas a chamamentos públicos, a instituição executou ainda 99 limpezas de *aguadas* familiares (caldeirões, barreiros e cacimbas) utilizadas para usos diversos. Essa ação fez parte do Projeto Mais Água do governo do Estado da Bahia, com o objetivo de recuperar as *aguadas* aterradas por sedimentos ao longo dos períodos chuvosos. Além disso, estruturou 100 quintais produtivos com distribuição de mudas de frutíferas e de árvores nativas no intuito de estimular um reflorestamento contextualizado; construiu 256 cisternas escolares, para fortalecer o campo e o seu direito a uma educação que lhe represente, com estrutura física adequada, educadores(as) comprometidos e capacitados; e uma pedagogia inclusiva e libertária. Foram 56 bancos comunitários de semente, reformados ou construídos, na perspectiva de pautar a importância da cultura do estoque da semente e a garantia da soberania e autonomia alimentar dos agricultores e agricultoras do semiárido.<sup>57</sup>

O CEDASB é uma das organizações que mais se destaca, no Estado da Bahia, no trabalho sobre sementes nas comunidades rurais da área de sua atuação. E por fim, e de igual destaque, o atendimento técnico a mais de 2.500 famílias que rendeu reconhecimento nas instâncias estadual e municipal, pela metodologia e densidade com que foram desenvolvidas as atividades. Mas, o reconhecimento mais honroso é o das famílias que mudaram a vida por meio dessa Assistência Técnica e Extensão Rural contextualizada, redescobrando as potencialidades de suas propriedades<sup>58</sup>.

Atualmente, a instituição tem dois projetos em execução, em parceria com

---

<sup>56</sup> Informações concedidas por colaboradores da instituição.

<sup>57</sup> Arquivo documental do CEDASB (2019)

<sup>58</sup> Idem.

o governo da Bahia. O primeiro está voltado para consultoria em assistência técnica às associações comunitárias, com o fortalecimento de ações coletivas de geração de renda, que o Estado denomina de “Bahia Produtiva”, e compreendido como apoio técnico aos “empreendimentos da agricultura familiar”. O segundo é a construção de cisternas de consumo em comunidades contempladas pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), executado na Bahia pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Foi possível compreender a resiliência, impressa na racionalidade e o entendimento do envolvidos com a entidade, de que a descontinuidade dos projetos, pela insuficiência de recursos, faz parte de um contexto complexo de sobreposição de interesses, principalmente ao que concerne a ação do Estado. Mesmo em governos que apoiaram e fortaleceram, em um determinado período, a política de convivência com o semiárido, por sua vez, não a priorizou. O Estado, enquanto financiador das ações de convivência com o semiárido, não é, e dificilmente será, o agente que prospecta junto às organizações da sociedade civil a construção de uma nova sociabilidade. Sistemáticamente, é uma disputa em pautar visões de sociedade bem distintas.

Se constata é que o “desmonte” das políticas pública de convivência pelo Estado Brasileiro tem impactado diretamente as instituições vinculadas à ASA, o que será objeto de apreciação na seção 4 deste trabalho, que tratará da análise mais ampliada sobre os impactos referentes a essa questão, atrelados aos cortes orçamentários<sup>59</sup>.

Apesar de resultados inegavelmente positivos e significantes elencados nos dados sistematizados, existe a complexidade na relação com o Estado. Por isso, e para além disso, ocupar espaços de decisão é uma estratégia vital para as organizações sociais, e o CEDASB não foge à regra. Assim sendo, a entidade é integrante das Coordenações Estadual e Regional da ASA, na Bahia e no Sudoeste baiano, respectivamente; da Articulação de Agroecologia da Bahia (AABA); do Fórum Baiano da Agricultura Familiar (FBAF); do Colegiado do Território de Identidade Sudoeste da Bahia; dos Conselhos Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado da Bahia (CONSEA-BA), Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Vitória da Conquista

---

<sup>59</sup> Informações concedidas pelos sócios(as) e colaboradores(as) da instituição em junho de 2019.

(COMSEA-VCA), Conselho de Meio Ambiente de Vitória da Conquista.<sup>60</sup>

Além desses coletivos, o CEDASB ainda firmou parcerias exitosas junto ao Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial (NEDET), da UESB; à Escola Família Agrícola, de Anagé; Colegiado de Agronomia, por meio dos professores Valdomiro Conceição, Anselmo Silveira e Jurandir Ferreira; aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos municípios de Bom Jesus da Serra, Poções, Manoel Vitorino e Mirante; e algumas Secretarias de Agricultura que comungam das ideias defendidas pela instituição.<sup>61</sup> Contudo, por mais que exista o enfrentamento pela ampliação e consolidação da política de convivência com o semiárido, e que na maioria das vezes prevalecem os comandos imperativos estatais, o trabalho realizado pela entidade não se pode ser desconsiderado, porque entre estruturas de estoque de água e sementes; de assistência técnica contextualizada; e de todo labor invisível em suas materialidades, o CEDASB se apresenta enquanto organização essencial para a visibilidade das famílias sertanejas.

---

<sup>60</sup> Idem..

<sup>61</sup> Idem.

#### **4. AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSC) FRENTE AO “DESMONTE” DAS POLÍTICAS DE CONVIVÊNCIA.**

O conceito de sociedade civil, historicamente, está imbricado ao surgimento do Estado, e não se tem consenso na sua interpretação. Para compreender esse relacionamento, se faz necessário remeter às condições sociopolíticas que a consolidou conceitualmente.

No século XVIII, a leitura feita pelos intelectuais jusnaturalistas, ingleses e franceses, trazia a antítese entre estado de natureza e estado civil ao discutir a sociedade e o surgimento do Estado institucionalizado, enquanto instrumento regulador da vida social, por meio do consenso contratual entre os sujeitos em “estado civil”, outrora imergidos em “estado de natureza”<sup>62</sup>. Forjava-se, por tanto, a busca pelo estabelecimento de leis universais da conduta humana - um contrato social de promoção da civilidade, que, na visão naturalista da existência do Estado enquanto órgão regulador, desconsiderou a historicidade inerente à cada sociedade, bem como os conflitos subentendidos. (MENDONÇA, 1998)

O surgimento desse contrato social se caracterizou pela negação da natureza humana. A vida em sociedade regida pela natureza humana dos sujeitos foi apreendida como “não natural” ou “antinatural”, porque o natural não permitiria o desenvolvimento da vida social, uma vez que prevaleceriam as vontades e desejos individuais. Sufoca-se a natureza do ser individual para torná-lo “apto” a ser um ser social. É contraditório o processo, pois àqueles que sufocam, também dotados de natureza humana, manifestam-na em sua versão mais perversa. Um “monstro necessário”. Assim, a sociedade civil à luz jusnaturalistas era antítese do “estado de natureza” - a civilidade conquistada e possibilitada pelo Estado. Grosso modo, essa tendência interpretativa atribuiu as concepções de sociedade civil, Estado e governo definições quase correspondentes. (FONTES, 2010, p, 124-125)

Segundo Fontes (2010) e Bobbio (2007), a interpretação hegeliana acerca da definição de sociedade civil é uma acepção dotada de profunda complexidade

---

<sup>62</sup> “Por “estado de natureza” – ainda que com inúmeras variações entre si – os teóricos do jusnaturalismo entediam um modo de vida a-social, onde os homens viviam em permanente barbárie e guerra, obedecendo tão somente a seus apetites INDIVIDUAIS, seus desejos, seus instintos, enfim, tudo o que de “pior” a natureza humana possuía. Claro está que, no estado de natureza, o homem [...] estaria fadado ao extermínio, pois as lutas frequentes entre as individualidades múltiplas, com distintos desejos e interesses, levariam ao fim da própria espécie”. (MENDONÇA, 1998, p. 16)

analítica, isso porque não tem, explicitamente, um pensamento genuíno. Todavia, sinteticamente, Hegel compreendia a sociedade civil como a base da vida material e privada (família) e, da conjuntura socioeconômica na Inglaterra, a qual estava inserido nas primeiras décadas do século XIX, chega ao entendimento de que essa sociedade civil é a própria burguesia, e atribui ao termo uma conotação negativa, por entendê-la como “expressão dos interesses particulares”. Como um idealista, que acreditava na eticidade do Estado e, por meio dele, na universalidade efetiva da garantia dos direitos naturais dos sujeitos, via nessa “sociedade burguesa” o sinônimo de “sociedade civil”, uma esfera que limitaria a atuação efetiva desse Estado idealizado. Ou seja, manteria com o órgão regulador relação de tensão no atendimento de seus interesses.

Marx e Engels, por sua vez, rompem com as premissas da teoria jusnaturalistas do consenso contratual de regulação da vida por um ente superior – o Estado, e da análise do sujeito por ele mesmo. Ambos autores não partem da individualidade dos sujeitos, mas da sua natureza social em si. Defendem que as diferentes configurações sociais no tempo e no espaço são o elo que estrutura o tipo de sociabilidade entre os diferentes sujeitos. Essa sociabilidade é organizada pelo modo de produção e o trabalho, ou seja, entre os que possuem os meios de produção e os que não possuem. Esses últimos condicionados às formas de inserção social viabilizadas pelo sistema e a “docilidade” estratégica desses perante as desigualdades. (MENDONÇA, 1998, p.18)

Portanto, o Estado é entendido como provedor dos interesses da classe que domina o conjunto da vida societal por meio da monopolização dos meios de produção, garantindo-lhe a permanência do *status quo* dessa sociabilidade. Como afirma Carnoy (1988, p.66): “Não é o Estado que molda a sociedade, mas a sociedade que molda o Estado. A sociedade, por sua vez, se molda pelo modo dominante de produção e das relações de produção inerente a esse modo”.

Com relação a definição hegeliana sobre o Estado, e conseqüentemente na concepção de sociedade civil, Marx e Engels desenvolvem a crítica com base na retórica de que no Estado, enquanto elemento histórico, imbricado a existência de classes sociais, não há em si uma universalidade efetiva, mas a prevalência de interesses dominantes postos, capciosamente, como interesse de todos, ou seja, uma pseudouniversalidade efetiva (FONTES (2010). Conforme sistematizado por Bobbio (2007), o Estado em Marx e Engels configura-se como aparelho coercitivo,

dominador das classes sociais, mas subordinado à burguesia, e nessa acepção sinônimo de sociedade civil – esfera das relações econômicas e sociais pautada na exploração e produção. Enquanto oriundo da sociedade de classe, o Estado também pode, por ela, ser superado, pois o mesmo é elemento histórico, transitório. Sua superação significa também transpor a cisão social em classes.

A outra acepção de Estado, aqui elencada, encontra-se nas obras de Antônio Gramsci, que não o apreende como “sujeito” que está acima da sociedade e de vontades próprias; nem como objeto – que desempenha funcionalidade, no sentido *stricto sensu*, de proporcionar o *status quo* socioeconômico para classe dominante (MENDONÇA, 1998).

A teoria gramsciana, elaborada durante a conjuntura de ascensão do fascismo na Itália, com a aprovação popular, traz para o bojo da discussão uma interpretação de sociedade civil que difere, em parte, das predecessoras. Ao realizar uma teoria do Estado, Gramsci constrói o conceito de sociedade civil com base na identificação de sua natureza e funcionalidade no sistema socioeconômico (BOBBIO, 2007). Para tanto, tece questionamentos acerca de sua organicidade e atuação dominadora nos países de capitalismo avançado e das condições concretas as quais os explorados, expropriados e dominados tentam realizar os enfrentamentos, no sentido de superar o modo de produção vigente. Esses dois questionamentos norteiam as reflexões gramsciana sobre a socialização plena discutida em Marx, que se refere a realização efetiva dos sujeitos em sociedade, porém, com uma interpretação particular de Hegel sobre o Estado, que, para ele, é uma forma de organização social (FONTES, 2010).

Conforme explicitação de Mendonça (1998), esse Estado que Gramsci define é permeado “[...] pelo conjunto das relações sociais existentes numa formação social determinada, incorporando, **em si mesmo**, os conflitos vigentes na formação social” (p. 20, grifo do autor). Ou seja, permite-se pensar “[...] num projeto político que almeja a uma *eticidade* (que não se limita à moral), [...] uma plena realização dos indivíduos [...]” (p. 132). As contradições se desdobram no âmbito do enfrentamento entre o conjunto de instituições privadas dotadas de hegemonia e o Estado, que em Gramsci são, respectiva e sinonimamente, sociedade civil e sociedade política.

Sem pretensões de tecer nesta dissertação minudências teóricas acerca do pensamento gramsciano como hegemonia, aparelhos privados de hegemonia e

cultura, pontuar essa perspectiva analítica sobre o contraditório instrumento normativo da vida em sociedade - o Estado, principalmente o Estado liberal e suas facetas, se faz salutar para qualquer ciência que se debruça sobre esse temário, mesmo para tecer a crítica.

No presente trabalho, os termos sociedade civil e organização não governamental (ONG) são apresentados enquanto instâncias de identificação sociopolítica na totalidade social e de associação institucionalizada de coletivo atuante na esfera pública, mas que não é estatal, como o CEDASB. A questão é que são termos geralmente utilizados sem contextualização. Por isso, a regressão do uso do termo sociedade civil alicerça a discussão que será realizada em seguida.

Com o entendimento da gênese discursiva da definição de sociedade civil a qual permeia os escritos de Hegel, Marx, Engels e Gramsci, o esforço empregado é tentar estruturar uma linha coesa de pensamento que possa aclarar sobre o lugar da ASA e do CEDASB na totalidade da sociedade contemporânea, enquanto sociedade civil.

O estabelecimento da relação “inclusiva”, mas não menos contraditória e dialética, entre Estado e sociedade civil no Brasil se deu a partir da expansão e consolidação do capital sob a égide do liberalismo econômico, principalmente, na década de 1990. Nesse período, os esforços governamentais no campo da política, economia e assistência social foram norteados pelo pensamento liberal que se consolidava, peculiarmente, nos países “subdesenvolvidos”. (FONTES, 2010)

Ou seja, a Constituição Federal de 1988 modificou a forma de operacionalização do Estado, numa perspectiva de minimizar o seu poder de regulador. Amplia-se a existência de agentes protagonizadores do atendimento das demandas da sociedade brasileira sob uma espécie de distribuição de tarefas entre o Estado e sociedade civil, com o discurso da democratização do direito aos serviços públicos. Criticamente, Lisboa (2007) frisa que

Esta redemocratização e/ou descentralização, associada ao contexto da crise do Estado inaugura um período de transição com a ruptura do padrão de financiamento do setor público e a perda por parte do Estado de definir interesses regionais que possam fortalecer as regiões e minimizar suas diferenças. Ao mesmo tempo, fortalece-se o discurso da presença necessária da

sociedade civil, esta que é chamada para administrar suas próprias demandas. (LISBOA, 2007, p.139)

Em consonância, Lisboa (2007) e Fontes (2010) compreendem que, no período de redemocratização, a exigência de garantir os serviços públicos para a população, de internacionalização mais latente do capital financeiro na dinâmica econômica do Brasil e de seu endividamento, o fortalecimento das imposições exógenas de mercado frente à produção do país e a reordenação do território nacional, inclusive no âmbito da política social, trouxeram a sociedade civil para a esfera operacional de implementação de políticas públicas, contudo, distanciada do campo das decisões econômicas.

Nesse interim, multiplicam-se as organizações não-governamentais (ONG's)<sup>63</sup> e, segundo Fontes (2010), muitas delas idealizadas e operacionalizadas por ex-exilados do regime militar, e financiadas por organismos internacionais, como igrejas e setores empresariais. As ONG's se caracterizavam pela busca de sanar interesses sociais imediatos, que permeavam o universo do combate à fome, a pobreza, a miséria, oriundas de várias condicionantes sociais. A contraditoriedade da acepção de ONG, atrelada à ação transformadora da sociedade, que se intensifica com o fomento dos financiadores internacionais, está na subtração ardilosa da discussão central que é a relação capital/trabalho, pela difusão quase que "heroica" do discurso do combate à desigualdade social. Na década de 1990, diminuiu o número de organizações e movimentos sociais de cunho anticapitalista.

Gohn (2013, p.244) distingue as ONG'S em duas denominações: as militantes, "herdeiras da cultura participativa, identitária e autônoma dos anos 70/80", e as propositivas, que "atuam segundo ações estratégicas, utilizando-se de lógicas instrumentais, racional e mercadológica". A autora ainda reflete como a conjuntura de ampliação das desigualdades sociais, oriundas da adoção de um desenvolvimento neoliberal, insuflou o distanciamento dos sujeitos dos espaços de construção coletiva dos movimentos sociais e sua inserção nos projetos e programas das ONG's.

O desafio perante as análises realizadas no decorrer deste trabalho é entender como as ações da ASA, nos meandros das problemáticas da região

---

<sup>63</sup> Desde o ano de 2014, com a construção do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), o termo ONG não é mais utilizado. Legalmente utiliza-se a expressão Organização da Sociedade Civil (OSC). (BRASIL, 2014)

semiárida, estão comprometidas com a construção de uma sociedade aos moldes do querer popular. Não se pretende categorizar a ASA em movimento social ou ONG/OSC, embora tal leitura tenha aguçado o instinto investigativo, mas compreender como sua frente de luta central consegue ou não promover mudanças efetivas. E, para tanto, analisar na relação Estado e organizações da sociedade civil (OSC) as fissuras inerentes ao interesse de classe, o que se faz substancial no entendimento de suas limitações revolucionárias.

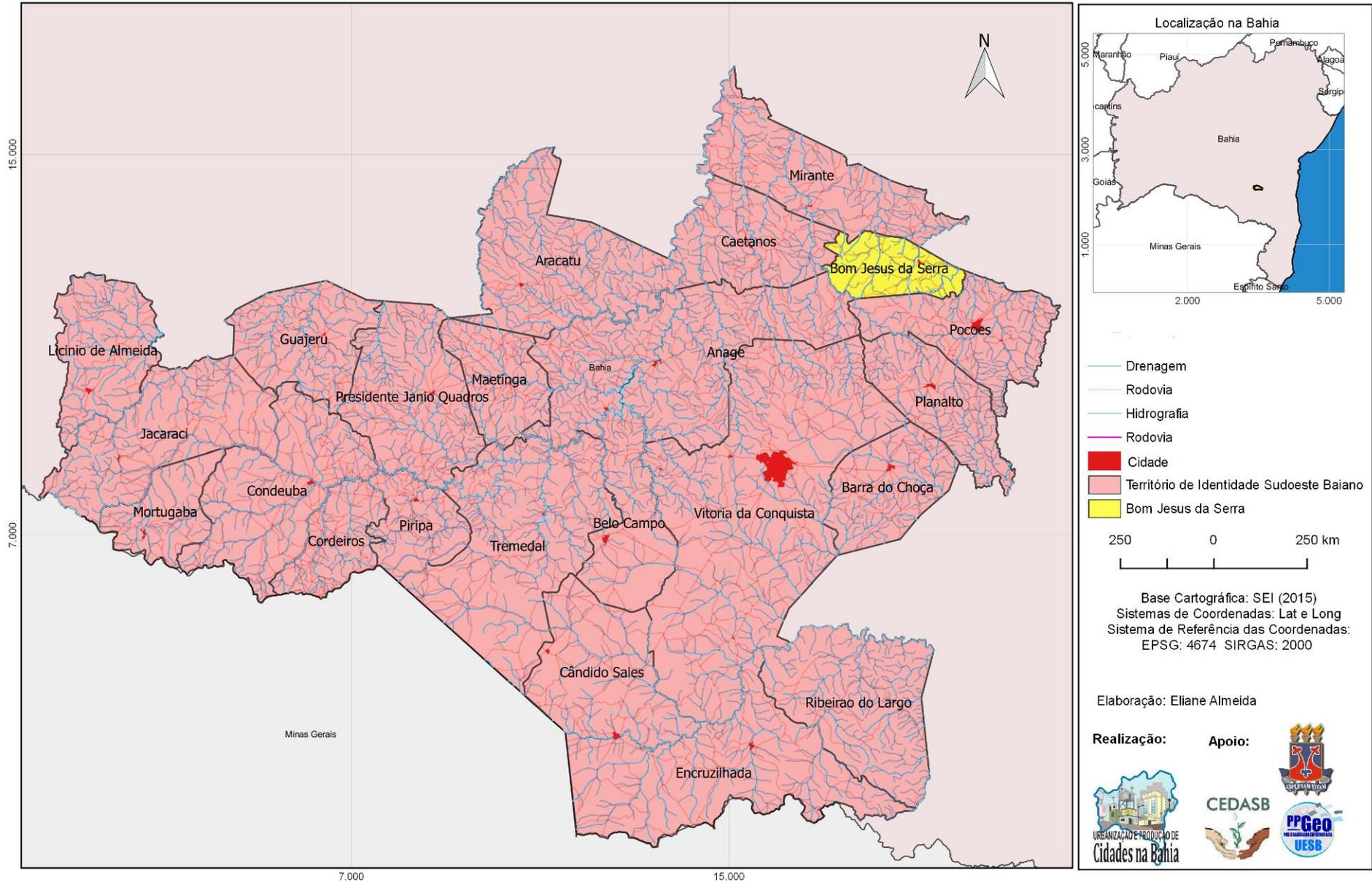
Eis, portanto, as questões centrais da crítica das autoras supracitadas neste tópico, de que na urgência de necessidades objetivas emergências e existenciais as lutas estratificadas camuflam o cerne da questão, que é a desigualdade social inerente ao modo de produção de acumulação de riquezas e de capital, de concentração fundiária, da irracionalidade do consumo, da individualização do ser, do ter e do viver. Talvez, esse seja o maior desafio das organizações e movimentos sociais, transpor o imediatismo – as condições objetivas do hoje, para a construção de uma sociabilidade condizente com os propósitos sociais e populares.

Nessa direção é que são analisadas as ações da ASA, por meio da organização social CEDASB, no âmbito da implementação das políticas públicas de convivência com o semiárido, no intuito de entender sua amplitude e os seus limites estruturais e/ou conjunturais na efetivação de suas ações, bem como compreender o movimento processual de como as famílias e a comunidade se apropriam das tecnologias sociais e, por meio delas, o que conseguem suprir dentro de uma objetividade social. Portanto, no intuito de analisar a problemática de pesquisa foi definida para estudo a comunidade de Bom Jesus de Cima no município de Bom Jesus da Serra/BA, realidade concreta que é reflexo das questões abarcadas.

#### 4.1 ATUAÇÃO DO CEDASB NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA SERRA E NA COMUNIDADE DE BOM JESUS DE CIMA, RESPECTIVAMENTE.

O município de Bom Jesus da Serra está localizado na região Sudeste do estado da Bahia e inserido no Território de Identidade Sudoeste Baiano (Ver mapa 3). Possui extensão territorial de 467.813 Km<sup>2</sup> e faz limite com os municípios de Anagé, Boa Nova, Caetanos, Mirante e Poções.

**MAPA 3 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA SERRA NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE SUDOESTE BAIANO, 2019.**



Antes da emancipação, sua área territorial fazia parte do município de Poções, enquanto Distrito de Água Bela<sup>64</sup>, que, nos anos de 1970, passou a ser conhecido como Distrito de Bom Jesus da Serra. Tinha como aglomerado destaque a fazenda Bom Jesus de Baixo, por apresentar dinâmica diferenciada no crescimento socioespacial aglutinador de edificações residencial e comercial, além da existência de uma feira livre semanal própria. Por meio dessa dinâmica e configuração, a fazenda e seus arredores passaram a ser definidos como povoado de Poções, depois distrito, e, em 13 de junho de 1989, se constituiu município. A cidade de Bom Jesus da Serra está localizada exatamente onde outrora se situava a Fazenda de Bom Jesus de Baixo (ALMEIDA, 2014).

Sobre a configuração populacional de Bom Jesus da Serra, desde quando distrito até os dias atuais, observa-se o que se descreve na tabela 4.

**Tabela 4 – População total rural e urbana, e taxa de urbanização de Bom Jesus da Serra, 1940-2010**

Período	Total	Rural	Urbana	Taxa de urbanização <sup>1</sup>
1940 <sup>2</sup>	3.273	3.118	155	4,73
1950 <sup>2</sup>	5.815	5.756	59	1,01
1960 <sup>2</sup>	8.094	7.053	1.041	12,86
1991	10.226	9.099	1.127	11,02
1996	11.901	10.436	1.465	12,30
2000	10.502	8.549	1.953	18,59
2007	10.295	7.870	2.425	23,55
2010	10.113	7.345	2.768	27,37

Fonte: IBGE (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010).

Elaboração: Eliane Almeida

Notas: 1 - Percentual da população urbana sobre a total

2 - Dados referentes aos distritos de Água Bela e Bom Jesus da Serra

Os dados permitem ratificar que Bom Jesus da Serra é um município predominantemente rural, com 69,5% dos domicílios do município localizados no campo, de um total de 2.624 (IBGE, 2010). Sobre o Produto Interno Bruto (PIB) municipal, os setores da agropecuária e da indústria apresentavam-se, em 2016, com relevância incipiente no contexto geral da economia local, como se pode observar na tabela 5.

<sup>64</sup> Após a emancipação de Bom Jesus da Serra, o Distrito que era denominado Bom Jesus da Serra, voltou a ser nominado de Água Bela até a atualidade.

**Tabela 5 – Produto Interno Bruto (PIB) do município de Bom Jesus da Serra, por setores (%), de 1996 a 2016**

<b>Setores</b>	<b>1996</b>	<b>2002</b>	<b>2009</b>	<b>2016</b>
<b>Agropecuária</b>	28,81	10,57	9,93	7,46
<b>Indústria</b>	0,42	2,37	3,11	5,21
<b>Serviços</b>	40,43	15,81	18,97	23,72
<b>Serviços Públicos</b>	30,34	68,67	65,79	60,35
<b>Impostos</b>	0,0	2,58	2,19	3,25

Fonte: IBGE (1996, 2002, 2009, 2016).  
Elaboração: Eliane Almeida

Por meio dos dados, nota-se regressão gradual da participação da agropecuária no PIB do município, mesmo com uma população rural majoritária. O setor industrial e a arrecadação de impostos se apresentam enquanto aqueles de relevância ínfima, e os que se destacam são os setores de serviços, que englobam as atividades terciárias e as receitas públicas. Esses dois setores, juntos, correspondem a 84,07% do PIB do município. Somente no ano de 1996, como explicitado na tabela, que a somatória dos setores da agropecuária, indústria e comércio superou o percentual dos classificados como serviços públicos, que são receitas geradas pelo poder público no município (IBGE, 2010).

Parte das fontes externas que compõe o PIB de Bom Jesus da Serra é ligada ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). De 2008 até fevereiro de 2020, o município de Bom Jesus da Serra recebeu de FPM mais 117 milhões de reais, e do FUNDEB, mais de 57 milhões<sup>65</sup>. Segundo informações do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM), a receita declarada pelo município no ano de 2018 foi pouco mais de R\$ 846 mil reais, enquanto que o repasse do FPM e FUNDEB somaram 16 milhões no mesmo ano.

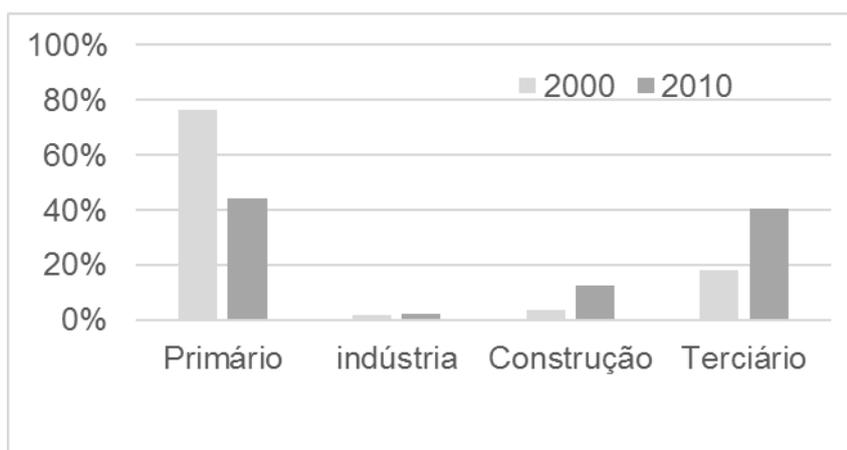
As informações analisadas, por meio das tabelas 4 e 5, demonstram haver um descompasso econômico frente a configuração socioespacial do município, quando se apresenta, de um lado, uma população municipal eminentemente rural, e, do outro, registra-se um setor agrícola incipiente na participação no PIB local, o que permite conjecturas sobre a ineficiência das ações do poder público nesse setor ou a inexistência de estratégias de fortalecimento da agricultura. A dependência contínua dos recursos da União para o provimento das demandas

<sup>65</sup> Tesouro Nacional (2020)

municipais é uma característica comum dos pequenos municípios do semiárido, e é um dos principais empecilhos para o desenvolvimento dos mesmos. Denota a incapacidade de construir estratégias que coadunam com a sua realidade, na identificação de suas potencialidades e viabilidades sociais, econômicas e culturais. Estar sob a tutela da instância nacional é ver-se na subserviência política e econômica.

Como a contradição é constante na sociedade capitalista, e em todos seus meandros, percebeu-se que, embora seja o setor de serviços registrado com maior percentual no PIB de Bom Jesus da Serra, é no setor primário que sua população se encontra ocupada (ver gráfico 3), mas não necessariamente, assalariada.

**Gráfico 3 – População Ocupada em Bom Jesus da Serra, por setores, nos anos de 2000 e 2010.**



Fonte: IBGE (2000, 2010)  
Elaboração: Eliane Almeida.

O percentual de ocupação converge com a configuração socioespacial do município, uma população, predominantemente, localizada no campo. Porém, o mesmo não tem tanta relevância, em termos de proporcionalidade, no PIB municipal. Dentre tantas realidades a serem transpostas, Bom Jesus da Serra tem na questão do rendimento da população um dos maiores gargalos, pois, conforme dados do IBGE (2010), 49% dos sujeitos economicamente ativos registraram ter renda de até 1 salário mínimo, 43% declararam não terem rendimentos, 7% afirmaram ter renda de até 2 salários mínimos, e somente 1% informou ganhar entre 2 a 5 salários mínimos.

Quando se analisa que, das 8.403 pessoas, 3.610 se encontram sem rendimento e que 4.118 possuem renda de até 1 salário mínimo, percebe-se o quão complexa é a reprodução social dos sujeitos nesse pequeno município. Ressalta-se ainda que, ao que concerne a estrutura de saneamento básico, o município tem 98,6% de seus domicílios com esgotamento sanitário classificado como inadequado<sup>66</sup>.

Em confluência com as questões minudentes de um município localizado no semiárido, é quase impossível não o contextualizar no âmbito das ações de minimização dos efeitos da seca. Nesse sentido, é salutar registrar a atuação da ASA, por meio das OSC, em Bom Jesus da Serra, em especial o CEDASB, que se destaca por ser a instituição que mais implementou programas de convivência com o semiárido e que mais acumulou experiências no município.<sup>67</sup>

A organização iniciou sua atuação em Bom Jesus da Serra no ano de 2006, com a execução do programa Um Milhão de Cisternas (P1MC); posteriormente, executou os programas P1+2, Sementes do Semiárido, ATER Agroecológico; e, por fim, o Cisternas nas Escolas. Para melhor observar esse histórico e os dados inerente ao seu processo, ver quadro 2.

**Quadro 2 – Atuação do CEDASB no município de Bom Jesus da Serra - por período, programa e quantidade de famílias atendidas.**

<b>Período</b>	<b>Programas</b>	<b>Famílias atendidas</b>
2006 - 2011	P1MC	764
2012 - 2016	P1+2	231
2015 - 2016	Sementes do Semiárido	3
2015 - 2017	Ater Agroecológico	120
2018	Cisternas nas Escolas	5

Fonte: Pesquisa documental, 2019.

Elaboração: Eliane Almeida.

Somam-se ao montante apresentado, sete construções de tanque de pedra, quatro bombas d'água popular, 17 barraginhas, e uma limpeza de aguada, que são ações que a instituição define como estratégias de manutenção e multiplicação de reservatórios de água, para fins diversos. Sistemáticamente, conforme informações coletadas, o CEDASB implementou nos 12 anos de atuação em Bom Jesus da Serra 1.031 tecnologias sociais de convivência com o

<sup>66</sup> IBGE (2010).

<sup>67</sup> Pesquisa documental, 2019.

semiárido e desenvolveu acompanhamento técnico e extensão rural a 120 famílias, no intuito de promover a transição agroecológica nas suas unidades produtivas.

Se faz mister esclarecer que, além do CEDASB, outras duas organizações atuaram no município com a implementação do programa P1MC, especificamente. Foram a Paróquia Nossa Senhora das Graças, a qual já foi apresentada neste trabalho, e o Instituto de Formação Cidadã São Francisco de Assis (ISFA). De acordo com seus colaboradores, o ISFA, com sede na cidade de Manoel Vitorino, originou-se da atuação de jovens católicos na Escola de Formação para a Cidadania Dom Helder Câmara, no município de Boa Nova, ambas na Bahia. Em 2007, constituiu-se juridicamente, com o propósito de promover o desenvolvimento social de Manoel Vitorino e região, por meio de atividades sociais, culturais e educativas. Em 2012, associou-se à ASA.

A somatória entre os programas implementados pela Paróquia, CEDASB e ISFA totaliza 1.311 tecnologias sociais de acesso à água para o consumo humano. Ao considerar que Bom Jesus da Serra tem uma população rural de 7.345 habitantes, distribuída entre 1.824 domicílios (IBGE, 2010), esse quantitativo torna-se bem mais relevante.

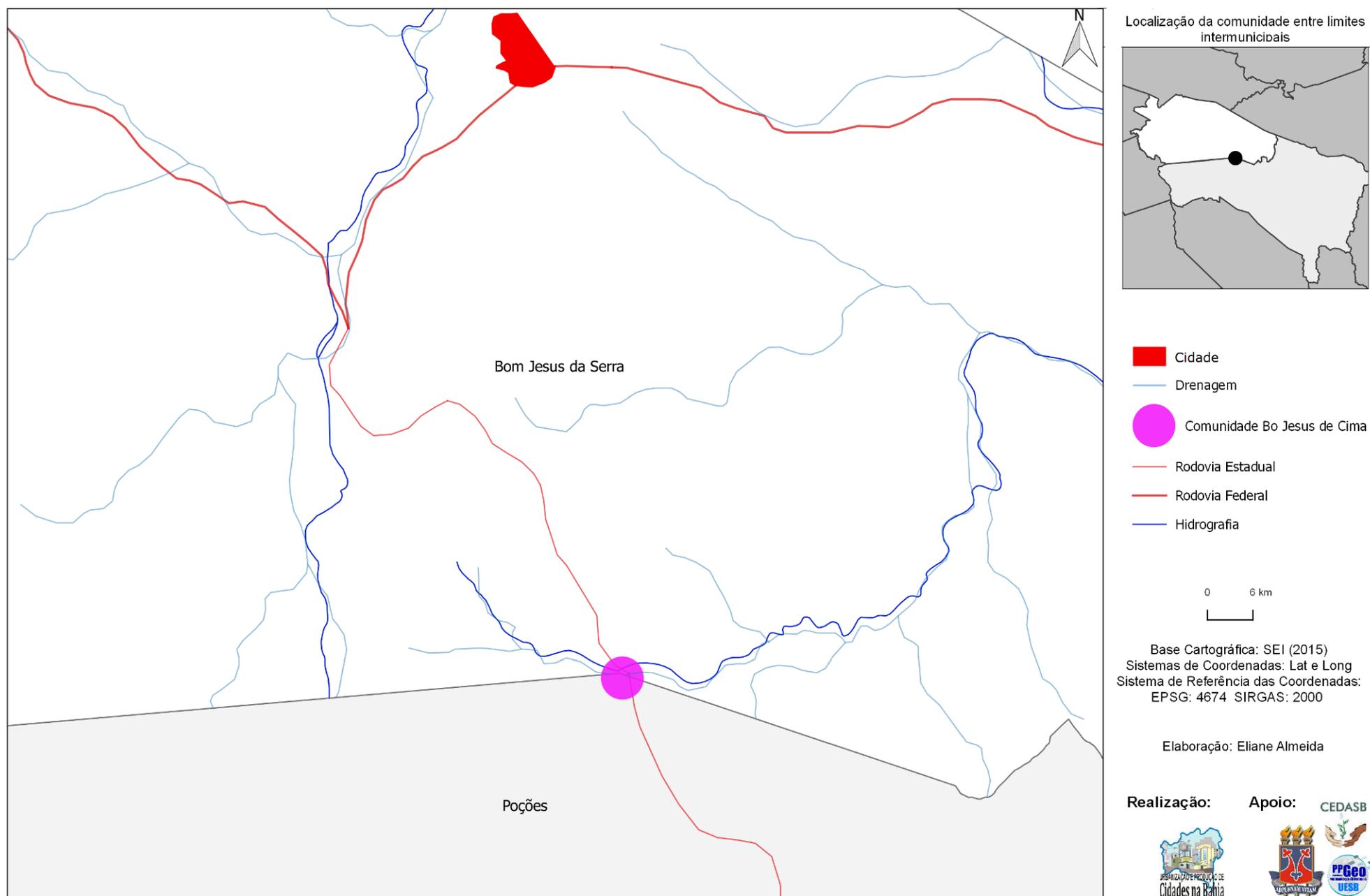
Nesse contexto é que se destaca a comunidade de Bom Jesus de Cima, recorte espacial da realidade concreta adotada nesta dissertação, por apresentar os elementos materiais para subsidiar as análises e conjecturas acerca da política de convivência com o semiárido. Localizada a sudeste do município de Bom Jesus da Serra, é cortada pela BA 640, via principal de deslocamento dos moradores. Encontra-se a 30 km de distância da sede municipal e a 8 km da cidade de Poções, município limítrofe (ver mapa 4).<sup>68</sup>

Com a divisão político-administrativa do município de Poções, ocorrida em 1989, que originou Bom Jesus da Serra, a comunidade de Bom Jesus de Cima, localizada na demarcação dos limites municipais, foi dividida, porém, permaneceu com a mesma nomenclatura. Na atualidade, tem-se cerca de 30 famílias em território bom-jesuense e de 26 famílias em território poçoense.

---

<sup>68</sup>Trabalho de Campo, 2019.

## MAPA 4 - LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DE BOM JESUS DE CIMA, NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA SERRA, 2019.



A estrutura fundiária da comunidade caracteriza-se pela predominância de terras de pequena extensão, como mostra o quadro 3. Essas terras foram adquiridas pelo direito de herança, que corresponde a 80% dos casos das famílias entrevistadas, e por transações comerciais, que reflete a realidade dos demais que somam 20% do coletivo.<sup>69</sup>

**Quadro 3 – Caracterização fundiária das propriedades dos entrevistados da comunidade de Bom Jesus de Cima, por tamanho (há).**

<b>Tamanho da terra (hectares)</b>	<b>Nº. de famílias</b>
Menor que 10	6
10 a 40	12
Acima de 100	1

Fonte: Trabalho de Campo, 2019.  
Elaboração e sistematização: Eliane Almeida.

A prática da partilha da terra apresenta-se como característica da estrutura organizativa e da identidade camponesa. Essa prática comunal identificada entre as famílias de Bom Jesus de Cima é uma particularidade das comunidades camponesas. Shanin (1983) foi um estudioso dessas particularidades e ao analisar o campesinato russo no processo de desenvolvimento industrial, no século XX, especificamente entre 1910 a 1925, onde a agricultura era a fonte predominante da economia do país, cerca de 80%, identificou e descreveu como ocorria a questão da distribuição das terras entre os familiares de uma unidade produtiva.

Com a compreensão de se tratar de realidades completamente distintas no âmbito da formação territorial e estrutura fundiária, entre Brasil e a atual Rússia, pode-se utilizar a análise do autor sobre a herança de terra como similaridade do campesinato.

[...] La transmisión de la propiedad de unas generaciones a otras constituía, pues, el tema fundamental de la vida cotidiana campesina, y de la ley consuetudinaria del entorno rural. La misma noción de herencia tal como se desarrolló en las sociedades no campesinas, no pudo, por definición, materializarse de dentro del esquema de la propiedad familiar. El paso de la propiedad de una generación a otra no implicaba necesariamente la muerte de los padres, estando contemplada legalmente como una división de la propiedad familiar entre sus miembros. De hecho, la

---

<sup>69</sup> Idem.

partición (o asignación e uma cantidad proporcional de tierra para establecer a uno de los jóvenes) se realizaba con anterioridad a la muerte del jefe de la unidad doméstica – correspondiendo se estrechamente com el crecimiento de las familias nucleares y sus exigências de independência [...]. (SHANIN, 1980, p. 58)

Pode-se constatar que o surgimento e crescimento das comunidades estão intrinsecamente relacionados à reprodução dos núcleos familiares, os quais, geralmente, se assentam na mesma localidade, nos arredores da residência da matriarca e do patriarca.<sup>70</sup>

Ao que concerne ao uso do solo das terras dos agricultores/as de Bom Jesus de Cima, é importante ressaltar que a relação com a terra é, majoritariamente, para o desenvolvimento da agricultura, especificamente na produção e beneficiamento de alimentos para o consumo familiar. Ou seja, o trabalho empregado no processo produtivo é para garantir o autoconsumo, e não o lucro. Dessa forma, pode ser compreendida, de certo modo, como uma economia não monetária<sup>71</sup>.

Nas propriedades familiares é mantida a diversidade de uso e de manejo do solo e é possível identificar, nessas áreas, certas similaridades na sua organização espacial, como pode ser analisado no mapa 5 de uso do solo pelas famílias da comunidade de Bom Jesus de Cima.

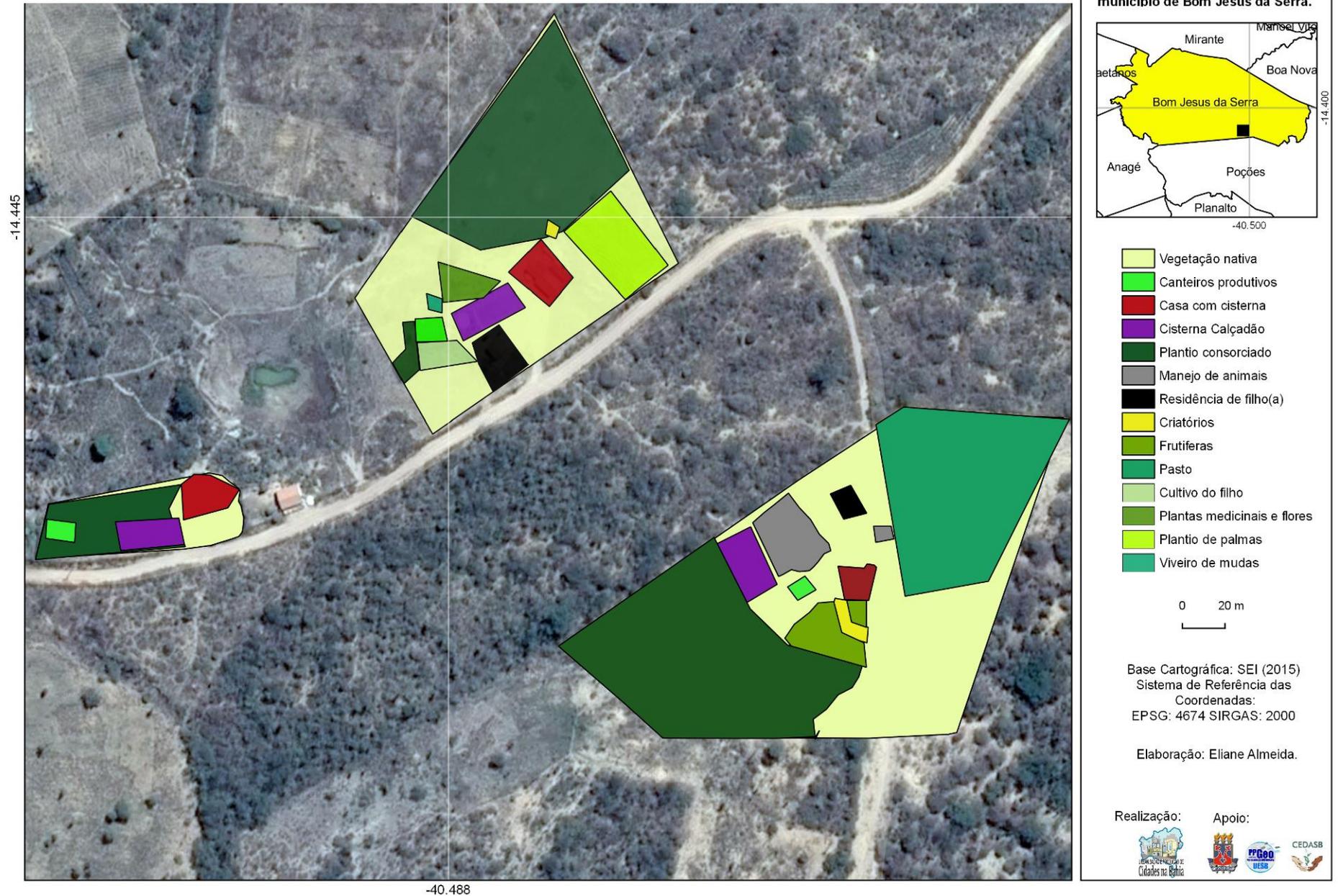
Ao que concerne a faixa etária dos agricultores entrevistados, 42% têm mais de 60 anos e 58% encontram-se entre 30 a 59 anos. Os dados revelam uma população adulta majoritária, que não destoam, ao se considerar o montante dos integrantes das famílias entrevistadas, que somaram o quantitativo de 55 pessoas. Dessa forma, foi possível traçar o perfil mais amplo da população da localidade, como consta no gráfico 4.

---

<sup>70</sup> Idem.

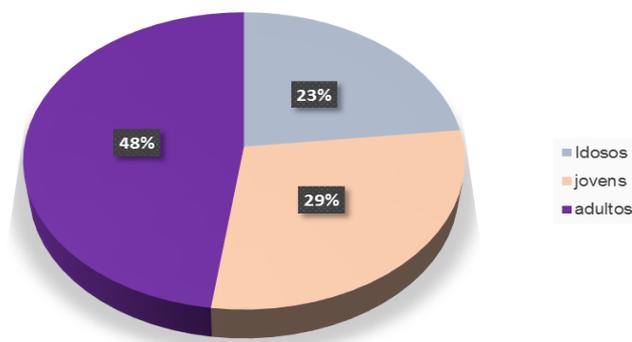
<sup>71</sup> Sobre esse assunto ler Mendras (1978)

**MAPA 5 - CARACTERIZAÇÃO, PARCIAL, DO USO DO SOLO PELAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS EM BOM JESUS DE CIMA, NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA SERRA, 2019**



-40.488

**Gráfico 4 – Faixa etária, dos membros das famílias entrevistadas, Bom Jesus de Cima, 2019.**



Fonte: Trabalho de Campo, 2019  
Sistematização e elaboração: Eliane Almeida

Com relação a renda familiar, analisou-se que, embora a maioria dos núcleos tenha a agricultura como fonte de renda, essa *per se* não lhes garante o suprimento de todas as demandas. A atividade agrícola desenvolvida pelas famílias engloba os cultivos de feijão, milho, melancia, mandioca, abóbora, mamona, palma, maracujá, hortaliças e leguminosas, além da criação de suínos, bovinos e caprinos, e unanimemente, de aves, com destaque para as galinhas caipiras.<sup>72</sup>

As variantes de renda fixa familiar apresentadas provêm 53% das aposentadorias; 21% da prestação de serviço como diaristas; 10% em prefeituras e 16% da agricultura. Importante destacar que as famílias que se enquadram nas rendas fixas de diaristas e agricultura estão inseridas no programa de distribuição de renda do governo federal, que é o Bolsa Família. Ao comparar os dados da faixa etária dos moradores da comunidade com as fontes de renda fixa dos núcleos familiares, é possível perceber a existência de uma problemática estrutural referente as questões de trabalho para esse público predominante na localidade.<sup>73</sup>

Bom Jesus de Cima também se destaca por ter materializada em sua extensão territorial a maioria das políticas de convivência com o semiárido da ASA, implementadas, majoritariamente, pelo CEDASB. O histórico da atuação do CEDASB na comunidade, desde o ano de 2009, consolidou por meio dos programas o quantitativo descrito no quadro 4.

<sup>72</sup> Trabalho de Campo, 2019

<sup>73</sup> Idem.

**Quadro 4 – Atuação do CEDASB na comunidade de Bom Jesus de Cima - por período, programa e quantidade de famílias atendidas.**

<b>Período</b>	<b>Programa</b>	<b>Famílias atendidas</b>
2009 - 2011	P1MC	21
2012 - 2016	P1+2	11
2015 - 2016	Sementes do Semiárido	20
2015 - 2017	Ater Agroecológico	26

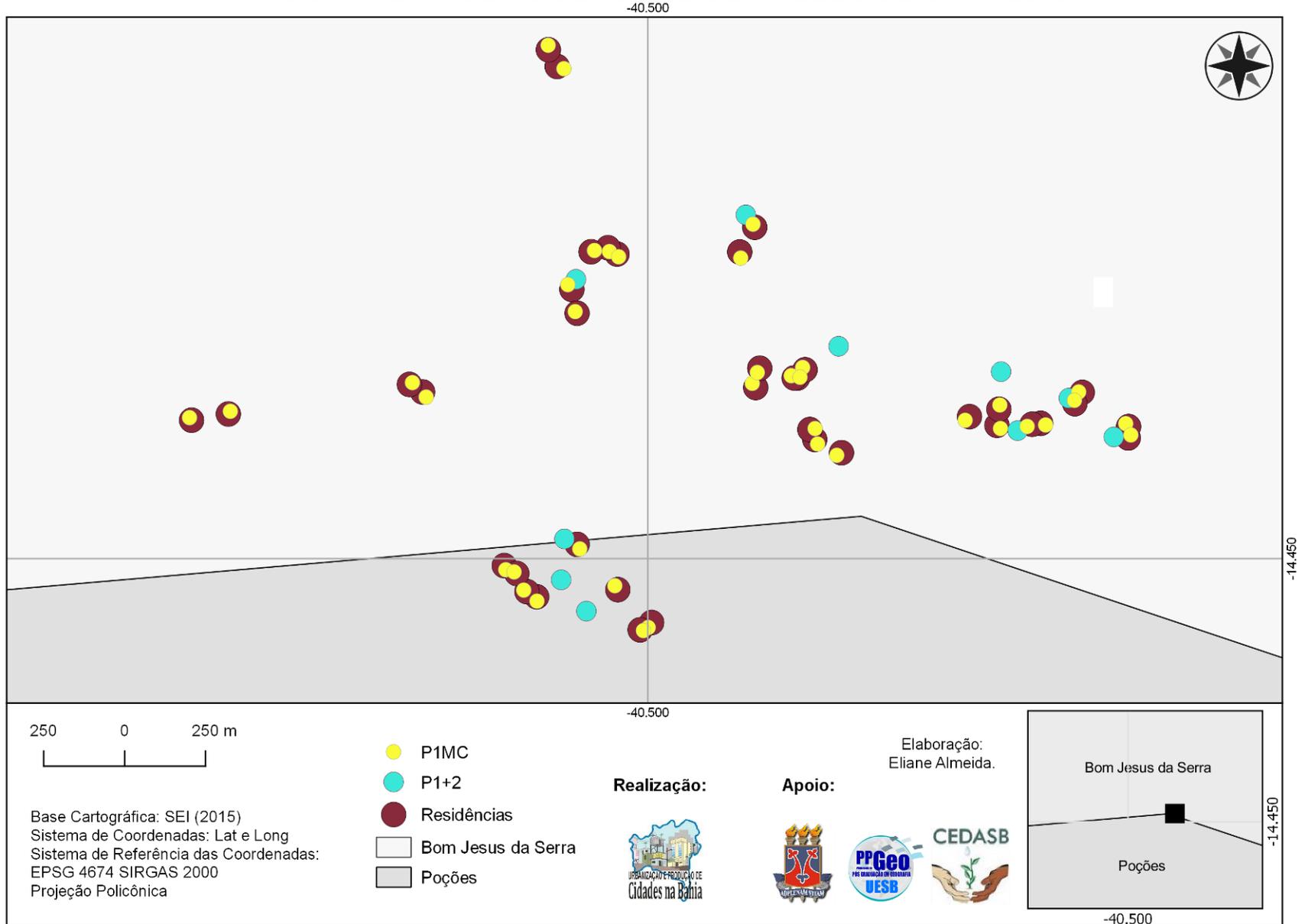
Fonte: Pesquisa documental, 2019.  
Elaboração: Eliane Almeida.

O trabalho da organização na comunidade proporcionou aos agricultores novas perspectivas de convivência com o fenômeno da seca, que é uma realidade inexorável, no sentido de sua incidência. Todavia, algumas famílias não tiveram a possibilidade de acessar tais políticas públicas e assim também poder prospectar junto aos demais novas possibilidades. A descontinuidade dos projetos torna mais distante a democratização do acesso à água no campo do semiárido nordestino, que se reverbera nas esferas municipais, mas sobretudo nas comunidades camponesas, como Bom Jesus de Cima, discussão que será pautada na seção posterior.

#### 4.2 A SIGNIFICÂNCIA DOS RESULTADOS: UMA ANÁLISE DO TRABALHO DO CEDASB NA COMUNIDADE DE BOM JESUS DE CIMA.

Com atuação direta por nove anos na comunidade de Bom Jesus de Cima, o trabalho executado pelo CEDASB se torna passível de avaliações acerca das ações desenvolvidas. Se apresenta como um compêndio das políticas de convivência com o semiárido na localidade e, por isso, se faz mister identificar a importância, bem como os possíveis limites dessas políticas. A materialidade dessas políticas está nas tecnologias sociais oriundas, especialmente, dos programas do P1MC e P1+2, e sua distribuição espacial na comunidade se apresenta da forma como se ilustra no mapa 6.

**MAPA 6 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS TECNOLOGIAS SOCIAIS DOS PROGRAMAS P1MC E P1+2 NA COMUNIDADE DE BOM JESUS DE CIMA. 2019.**



A mudança mais significativa proporcionada pelo P1MC, conforme ênfase dada pelos entrevistados, foi a superação da rotina de deslocamentos diários em busca de água para o suprimento das demandas familiares. Por isso, ainda são muito minudentes na comunidade as memórias dos períodos de seca; das idas e vindas a reservatórios coletivos e particulares, construídos ou estruturado pela própria natureza. Na indisponibilidade total de aguadas, as famílias se viam, naqueles períodos, na necessidade de se porem à beira da BA-640, para aguardarem o carro-pipa que vinha de Poções para abastecer, na época, o Distrito de Bom Jesus da Serra. Posteriormente, tiveram a experiência das idas aos chafarizes, estrutura comumente encontrada no semiárido nordestino<sup>74</sup>.

Tempos difíceis para ter água pra o consumo de casa. E na produção só produzia no período de chuva. Na seca saía pra trabalhar na terra dos outros, ou ia para Goiás e São Paulo. O retorno pra casa era sempre no período de chuva pra poder fazer o plantio.<sup>75</sup>

O adensamento analítico das questões levantadas pelos agricultores proporcionou o entendimento de que a problemática em outrora se pautava na inexistência de estruturas hídricas de armazenamento adequado das águas pluviais, uma vez que os reservatórios abertos, antes e hoje, estão propensos a evaporação constante. Na atualidade, o cerne da questão está na descontinuidade de ampliação e implementação das estruturas hídricas de convivência com o semiárido nas unidades familiares do campo. Portanto, não se trata apenas do índice pluviométrico, mas da falta de planejamento e ação de armazenamento do recurso natural, independente de quando ocorrer as precipitações.<sup>76</sup>

Ao que concerne ao trabalho desenvolvido pelo CEDASB com o P1MC, é importante destacar algumas incongruências, no âmbito do atendimento das demandas. No período de execução do projeto, algumas famílias não foram beneficiadas com as cisternas por não estarem contempladas pelos critérios estabelecidos pelo programa, que são:

I. famílias em situação de extrema pobreza [...];

---

<sup>74</sup> Trabalho de Campo, 2019.

<sup>75</sup> Entrevistado 5. Entrevista realizada em 23 de janeiro de 2019. Entrevistadora: Eliane Almeida.

<sup>76</sup> Pesquisa documental, 2019.

- ii. famílias com perfil bolsa família;
- iii. famílias chefiadas por mulheres;
- iv. famílias com maior número de crianças de 0 a 6 anos;
- v. famílias com maior número de crianças em idade escolar;
- vi. famílias com pessoas portadoras de necessidades especiais;
- vii. famílias chefiadas por idosos.<sup>77</sup>

Cabe salientar que no documento origem do P1MC (ASA, 2002) os critérios de prioridade eram: famílias chefiadas por mulheres; que tivessem crianças de 0 a 6 anos; adultos com idade igual ou superior a 65 anos; e deficientes físicos e mentais. Percebe-se que à medida em que se amplia a participação do Estado no financiamento das ações da ASA, há as intervenções, inclusive metodológicas. Situação que se apresenta como uma questão a ser acompanhada criticamente pelo coletivo das organizações.

Entrevistou-se, também, 4 famílias que não foram beneficiadas com as ações da ASA e, dessa forma, externaram como sucedeu a construção da cisterna por conta própria.

Havia muito tempo que estávamos tentando obter pelo projeto (a **cisterna**), mas nunca foi possível por morarmos próximo a uma rede de água para Bom Jesus, sendo que essa água falta o tempo todo. Buscamos água para beber e cozinhar na casa da minha vó, a 5 km de minha casa. E com o passar dos anos, que foram anos tentando, resolvemos aos poucos ir construindo nossa cisterna.<sup>78</sup> (grifo nosso)

Pode-se notar que, embora tenha demonstrado compreender os critérios apresentados pela comissão da ASA, a entrevistada também deixou subentendido não concordar com os mesmos, uma vez que estar na proximidade da rede de água do município não significava ter um abastecimento que suprisse a rotina de uma unidade familiar camponesa. Para a família, esse fato foi desconsiderado.

Para a Comissão Executiva Municipal de Bom Jesus da Serra, a demora em atender a comunidade e as famílias está diretamente relacionada com a quantidade de tecnologias disponibilizadas para o município, que sempre foi menor do que a demanda. Dessa forma, eles têm a responsabilidade de indicar as comunidades e nessas às famílias que estejam em maior situação de

---

<sup>77</sup> SESAN (2017).

<sup>78</sup> Daiane. Entrevistada 17. Entrevista realizada em 24 de agosto de 2019. Entrevistadora: Eliane Almeida.

vulnerabilidade social. Contudo, enfatizaram ser muito difícil desenvolver esse papel nos programas de convivência com o semiárido, de estar na condição de escolher qual comunidade “pode” ou “não pode” receber as tecnologias naquele momento, uma vez cientes de suas necessidades reais.

A consciência da necessidade comunitária, que a CEM menciona, pauta-se, por exemplo, no perfil das famílias não contempladas com o P1MC, as quais, em sua maioria, têm na agricultura a base da renda familiar (ver quadro 5).

**Quadro 5 – Fontes de renda das famílias não contempladas com o Programa P1MC, na comunidade de Bom Jesus de Cima.**

Famílias	Renda principal	Renda Complementar	Qtd. De membros
A	Agricultura	Bolsa Família	4
B	Agricultura	Bolsa Família/Prefeitura	4
C	Aposentadoria	Agricultura	1
D	Agricultura	Prefeitura	4

Fonte: Trabalho de Campo, 2019.  
Sistematização e elaboração: Eliane Almeida.

As famílias A, B e C residem em Bom Jesus de Cima há mais de 12 anos; a família D tem 6 anos de residência na localidade, ou seja, quando mudou para a comunidade já havia encerrado o período em que o CEDASB implementou o programa e, dessa forma, decidiu construir por conta própria a cisterna, uma vez que não se tinha previsão do retorno do projeto na comunidade. Para a entrevistada da família B, os projetos de convivência com o semiárido poderiam ser e ter resultados melhores, se contemplassem um número maior de famílias.

Pode-se averiguar, por meio da análise documental, que os critérios dos programas da ASA, especificamente o P1MC, tornaram-se mais flexíveis após o período inicial de rigor seletivo, que se prezou em englobar famílias em condições de existência mais deficitária. A seleção das famílias é um processo complexo, quando apreendido ser escolha dos pobres entre os pobres. Eis uma condição que as organizações da sociedade civil, vinculadas a ASA, são submetidas na execução dos programas financiados pelo Estado, pois aderem a uma metodologia que, ao mesmo tempo em que insere famílias na dimensão da convivência, deixam de contemplar tantas outras, por questões de ordem financeira, uma vez que os programas são predominantemente financiados por recursos públicos, administrados e engessados pelo Estado. Dessa forma, se não

há tecnologias para todas as famílias parcelar os beneficiários é a alternativa imposta por uma estrutura econômica e classista, que é hegemônica.

Contudo, por outro lado, é incomensurável a importância do trabalho realizado pelo CEDASB na vida dos agricultores da comunidade. Por unanimidade, a cisterna de consumo é apreendida pelas famílias como instrumento que as possibilitou ter água de melhor qualidade do lado das suas casas, e dessa forma contribuiu para a diminuição da mortalidade infantil local; além de ter subtraído a locomoção aos caldeirões, cacimbas e barreiros, o que proporcionou a reconfiguração da rotina da família, sobretudo das mulheres.

Ao mensurar o trabalho realizado pela instituição com o programa P1+2 percebeu-se a ampliação das perspectivas, do ponto de vista produtivo e organizativo das famílias contempladas, além da dinamização dos seus núcleos familiares. Como demonstrado na tabela 9, entre os anos de 2012 e 2016, foram implementadas 11 tecnologias de segunda água, especificamente, 9 cisternas calçadão e 2 barreiros trincheira, para o subsídio da produção agrícola familiar.<sup>79</sup>

O critério para o recebimento das tecnologias de segunda água é ter garantida a água de beber. Dessa forma, das 19 famílias entrevistadas somente 10 acessaram as duas modalidades de tecnologias sociais. Foram esses os sujeitos que possibilitaram a identificação da amplitude dos impactos da convergência dessas políticas de convivência, bem como compreender seus possíveis limites.

Com as cisternas calçadão e os barreiros trincheira as famílias experienciaram produzir alimento mesmo em períodos de seca intensa. É por essa especificidade que mudaram, parcialmente, as rotinas nas propriedades e, de certa forma, a dinâmica da comunidade.

Os objetivos do P1+2 são promover a soberania e a segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras e fomentar a geração de emprego e renda para as mesmas. A estratégia para alcançar esses objetivos é estimular a construção de processos participativos para o desenvolvimento rural do Semiárido brasileiro. (ASA, 2019)

Transpor a desconfiança do agricultor frente às novas técnicas de se trabalhar agroecologicamente na terra foi, segundo os colaboradores do

---

<sup>79</sup> Pesquisa documental, 2019.

CEDASB, um dos maiores desafios. Para a CEM, as formações de GAPA e SSMA, descritos na seção 3, foram fundamentais para que as famílias compreendessem e se dispusessem a agregar técnicas agroecológicas em suas práticas laborais cotidianas. O procedimento metodológico de primeiro formar e informar para depois materializar foi muito eficiente e eficaz para que as famílias se apropriassem do bem material que conquistaram. Dessa forma, os canteiros econômicos, a adubação orgânica, os biofertilizantes naturais, as técnicas de manejo do solo, da água e das plantas foram paulatinamente sendo aderidos pelas famílias<sup>80</sup>.

Frisa-se que são as mulheres as mais entusiasmadas com as tecnologias de segunda água, principalmente as cisternas calçadão, por possibilitar o plantio nas proximidades da casa, sem necessidade de longo deslocamento. Comumente, esse plantio engloba o cultivo de hortaliças, como couve, alface, coentro, cebolinha, alho-poró, cebola e salsa; leguminosas como cenoura e beterraba; e plantas medicinais.<sup>81</sup>

Todas as famílias beneficiadas pelo P1+2 em Bom Jesus de Cima mantêm a produção em seus quintais para demandas específicas, como as registradas no mapa 7. Exceto quando há estiagem prolongada, como a enfrentada atualmente na localidade, com o registro de 11 meses sem chuva, em que parte das tecnologias havia secado. Somente sob essa condição de seca intensa é que as famílias acionavam os serviços da prefeitura municipal, por meio da Secretaria de Agricultura, no que concernia ao abastecimento das tecnologias sociais. Porém, diante a morosidade do atendimento, algumas famílias viam-se obrigadas a comprar água para tal fim. As demais, que não tinham essa condição, e que eram maioria, interromperam o processo produtivo atrelado as tecnologias do P1+2.

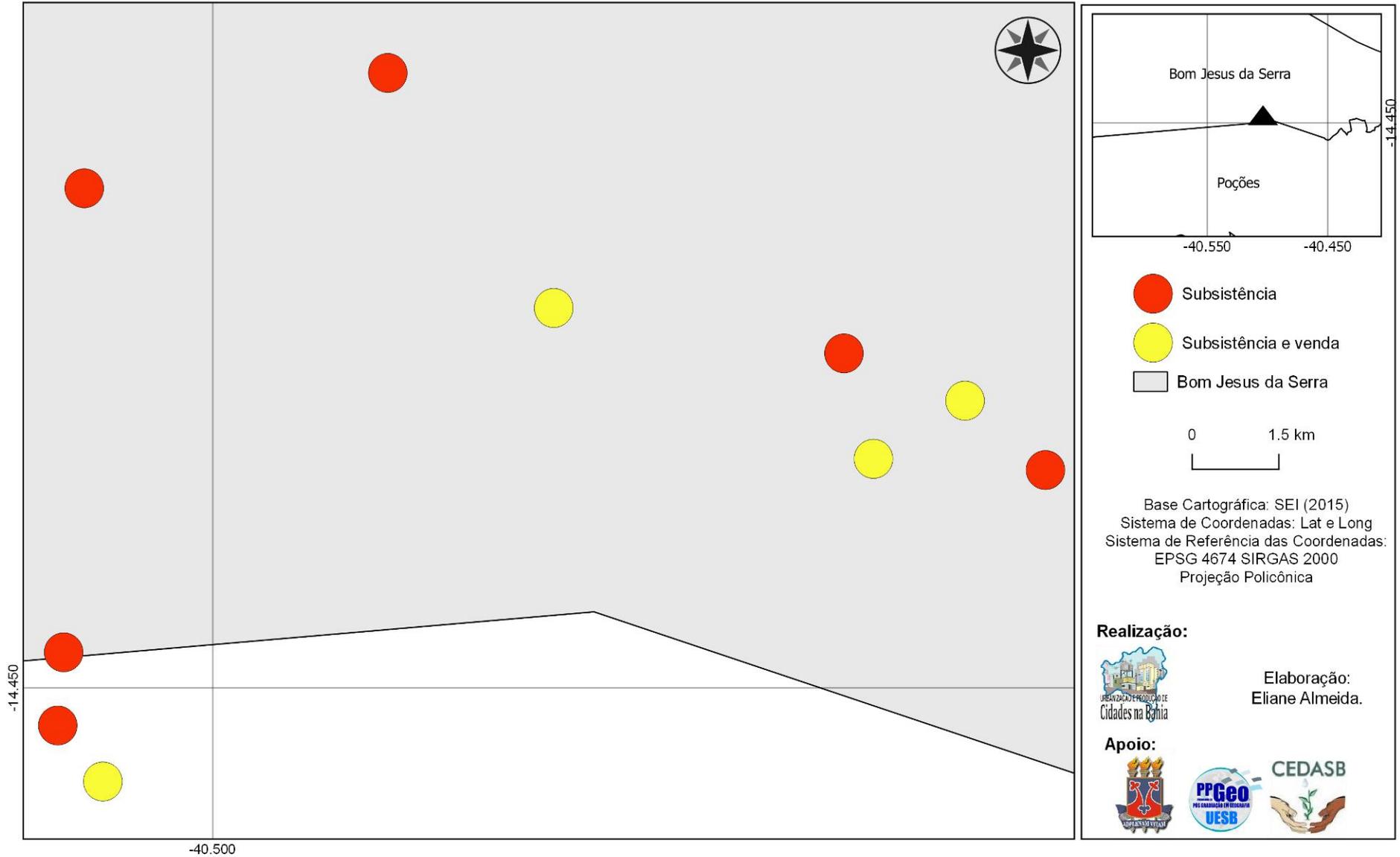
A recessão da produção agrícola é, para além da estiagem, uma consequência da falta de planejamento da prefeitura diante de uma realidade que não se apresenta como inesperada. Pelo contrário, é sabido que tal conjuntura de estiagem é uma constância na região e a prefeitura de Bom Jesus da Serra não se imbuíu em prover as demandas desses períodos com eficácia. Entende-se que, com as tecnologias sociais, mas sem a água, nenhum progresso no semiárido pode ser consistente

---

<sup>80</sup> Depoimentos de colaboradores do CEDASB, 2019

<sup>81</sup> Trabalho de campo, 2019.

## MAPA 7 - DESTINAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, ORIUNDA DAS TECNOLOGIAS SOCIAIS DO PROGRAMA P1+2, NA COMUNIDADE DE BOM JESUS DE CIMA, 2019



Ademais, garantir a produção contínua é promover a segurança e soberania alimentar das famílias. A inserção desses sujeitos na dinâmica produtiva sob os princípios da agroecologia desenvolve percepções conceituais, em sua maioria, implícitas nos depoimentos, como se pode notar na fala da agricultora Mariza<sup>82</sup>, de 37 anos de idade:

[...] eu não comprei mais uma folha, [...] não comprei mais um coentro, não comprei mais uma cebola, a cenoura, a beterraba. E a gente sabe que é um alimento que a gente está alimentando que num tem veneno. [...] As tecnologias contribuiu para a economia de dinheiro quando agente passou a produzir parte da alimentação.

Constatou-se que as famílias conseguem correlacionar a produção familiar com economia financeira, que, no caso da agricultora mencionada, se limitava, preponderantemente, ao âmbito do consumo familiar. Porém, em outros casos, soma-se a complementação de renda por meio da comercialização. Como objetivo do programa P1+2, pode ser constatada em alguns núcleos familiares a existência de um adicional na renda principal de quatro famílias especificamente, como destacado no quadro 6.

**Quadro 6 – Rendimento familiar com a produção subsidiada pelas tecnologias sociais do P1+2, e sua frequência.**

Famílias	Rendimento (R\$)	Frequência
A	+ ou - R\$ 40,00	Indefinida
B	+ ou - R\$ 50,00	Indefinida
C	+ ou - R\$ 40,00	Mensal
D	+ ou - R\$ 100,00	Mensal

Fonte: Trabalho de Campo, 2019.  
Sistematização e elaboração: Eliane Almeida.

É mister destacar que nas famílias A e B a frequência é indefinida por não haver nenhum planejamento administrativo da comercialização da produção dos quintais produtivos. Ou seja, a venda é feita no dia que for possível e propício para o/a agricultor(a). No caso das famílias C e D, o processo de compra e venda acontece nas próprias residências, não é uma comercialização itinerante.

Ainda sobre os rendimentos, frisa-se que nas famílias A e D o valor arrecadado soma-se ao Bolsa Família e as diárias de serviços, quando surgem;

<sup>82</sup> Mariza. Entrevistada 3. Entrevista realizada em 22 de janeiro de 2019. Entrevistadora: Eliane Almeida.

na família B, o valor é agregado às aposentadorias; na família C, junta-se com aposentadoria e diárias de serviços. Notou-se, portanto, que não há a estabilidade de rendimento com a venda das hortaliças e tal situação denota a fragilidade que precisa ser analisada e superada. Há lacunas do ponto de vista da organização da dinâmica comercial dos excedentes produtivos. Todavia, para as famílias que vendem seus excedentes, os valores arrecadados, minimamente, garantem-lhes o pagamento da energia elétrica e/ou o suprimento de outras demandas familiares, para além da alimentação.<sup>83</sup>

Há pouco mais de 1 ano, algumas famílias da comunidade de Bom Jesus de Cima começaram a ocupar a feira livre de Bom Jesus da Serra com o intuito de viabilizar o conhecimento e escoamento da sua produção agrícola agroecológica.<sup>84</sup> As feiras agroecológicas fazem parte da discussão que se desdobrou na ASA depois do programa P1+2 e são compreendidas como espaços de escoamento do excedente dos quintais produtivos e que devem ser apropriados pelos camponeses para difusão da agroecologia, da segurança alimentar e nutricional, que por si só contrapõem a comercialização de alimentos cultivados com base em agrotóxicos.<sup>85</sup>

A primeira experiência do CEDASB na organização e capacitação dos agricultores para a gestão de feiras agroecológicas aconteceu nos municípios de Piripá e Cordeiros, do Território de Identidade Sudoeste Baiano, com a execução do projeto de ATER. Foi por meio dessa experiência que as famílias beneficiadas com o programa em Bom Jesus de Cima começaram a buscar na feira livre do município um novo espaço de apresentar e vender sua produção, devidamente identificados enquanto produtores de alimentos agroecológicos, o que, conforme informaram, lhes têm rendido reconhecimento e clientela fidelizada. Atualmente, possuem barracas próprias, doadas pela Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) do governo do Estado da Bahia, intermediada pela Secretaria de Agricultura municipal.<sup>86</sup>

Pode-se constatar, ao que concerne a diversificação e beneficiamento de alimentos para o consumo familiar e para a venda, que apenas 1 família beneficiada com as tecnologias tem adotado, com mais consistência, o

---

<sup>83</sup> Trabalho de Campo, 2019.

<sup>84</sup> Idem.

<sup>85</sup> Informações concedidas pelos colaboradores do CEDASB.

<sup>86</sup> Idem.

planejamento produtivo organizado, mesmo sem o acompanhamento técnico contínuo<sup>87</sup>. Trata-se da família de D. Jessi, que ratifica que foram os encontros e intercâmbios que ampliaram o leque de possibilidades no manejo e beneficiamento da produção. Atualmente, junto ao seu companheiro, Sr. Erisvaldo, realizam de forma planejada a rotatividade de cultura nos canteiros econômicos do seu quintal produtivo, e com a ajuda do filho, Carlos, beneficiam alguns alimentos colhidos, como açafrão, abóbora, couve, aipim e frutas da época.

É importante frisar que o retorno financeiro com as vendas na feira se apresenta, como pode ser identificado, como resultado estimulador para essa família. Dessa forma, motivaram-se a pesquisar sobre como ofertar, diversificadamente, os alimentos que dispunham e adotaram o beneficiamento como possibilidade de se atingir tal objetivo. Destarte, conseguiram comercializar: bolos de aipim e de puba, biscoitos avoador e chimango, broas de milho, brevidades, e até panetones. (Ver fotos 8 e 9)

Salienta-se que, pelo longo período de estiagem registrado na região, algumas famílias não conseguiram mais manter a produção de excedente para comercialização na feira livre, por conta do esvaziamento de seus reservatórios. Desde janeiro de 2020, das 4 famílias que se mantinham na feira, apenas 2 estão na persistência da ocupação desse espaço, pelo fato de terem, ainda, acesso a água em fontes que não secaram totalmente, são as famílias de D. Jessi, como já explicitado anteriormente, e do Sr. Reginaldo, que se destaca na feira por comercializar tomates 100% orgânicos, produzidos no seu quintal, sem nenhum uso de agrotóxico, com a utilização apenas dos biofertilizantes difundidos nas capacitações que o CEDASB realizou na comunidade

---

<sup>87</sup> Segunda a família, quando precisam de orientação técnica recorrem ao CEDASB, que até então, nunca se negaram a contribuir com a comunidade.

Foto 8 – Barraca da família da agricultora Jessi, na feira de Bom Jesus da Serra, 2020.



Foto: Carlos, 2019.  
Fonte: Arquivo Pessoal.

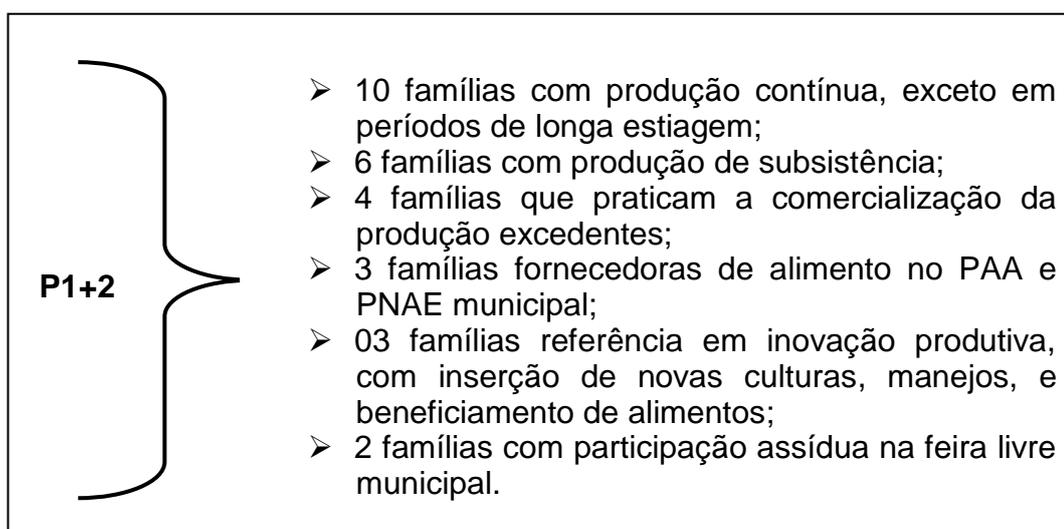
Foto 9 – Comercialização de biscoitos na barraca da família da agricultora Jessi, na feira de Bom Jesus da Serra, 2020.



Foto: Carlos, 2019.  
Fonte: Arquivo Pessoal

Constatou-se que, para as famílias feirantes, o programa P1+2 se apresentou como elemento norteador da possibilidade de se pensar uma outra forma de organização da unidade produtiva familiar, bem como, o processo produtivo nelas desenvolvidos. Por isso, para elas, é indissociável a atividade que desenvolvem na feira das tecnologias sociais. Destarte, tem-se, sistematicamente, como resultado do P1+2, o que se apresenta na figura 7.

**Figura 7 – Sistematização dos resultados do Programa P1+2 na rotina familiar dos seus beneficiários/as.**



Fonte: Trabalho de Campo, 2019.  
Sistematização e Elaboração: Eliane Almeida.

Averiguou-se que o resultado sistematizado da política pública de convivência com o semiárido na comunidade de Bom Jesus de Cima poderia ser mais amplo se as outras 19 famílias da localidade tivessem seu direito de acesso ao P1+2 garantido. Desse montante, encontram-se as famílias entrevistadas durante o trabalho de campo desta dissertação, que compunham os grupos dos beneficiados apenas com o P1MC, e dos que construíram por conta própria a cisterna de consumo, 5 e 4 famílias respectivamente.

O grupo de famílias que foram contempladas pelo P1MC, entre os anos de 2009 e 2011, estão até então a espera do P1+2. São famílias que, como todas as outras mencionadas anteriormente, vivem da produção agrícola em suas unidades produtivas, como se detalha no quadro 7. Algumas ratificaram que estão no aguardo de também poder usufruir dos benefícios de ser ter uma cisterna

calçadão ou de um barreio em suas propriedades, para, inclusive, possibilitar a melhoria da alimentação familiar.

**Quadro 7 – Perfil das famílias não beneficiadas com o P1+2, na Comunidade de Bom Jesus de Cima – por renda, produção e situação fundiária.**

Renda principal	Renda complementar	Produção agrícola	Criatórios	Situação da terra
<b>Família A</b>				
Agricultura	Diárias + bolsa família + garantia safra	Feijão, milho, abóbora, melancia, mandioca	Bovino, suíno, equino, caprino e aves (galinha, peru)	10 hectares, trabalhados por 09 herdeiros(as), coletivamente, sem partilha formalizada.
<b>Família B</b>				
Aposentadoria	nenhum	Feijão, milho, melancia, andu e mandioca	Aves (galinhas)	10 hectares de terra herdada. Trabalho no cultivo terceirizado, quando se pode pagar.
<b>Família C</b>				
Aposentadoria	nenhum	Feijão, milho, fava melancia, mandioca, abobora	Bovino e aves (galinha)	Mais de 10 hectares de terra comprada. Trabalho familiar.
<b>Família D</b>				
Prestação de serviço para prefeitura	nenhum	Atualmente, não produz nada.	nenhum	0,5 hectares. Terra (herança) sem partilha formalizada.
<b>Família E</b>				
Agricultura	nenhum	Manga, mamão, umbu e maracujina	Suíno e aves (galinha)	0,5 hectares. Terra (herança) sem partilha formalizada.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.  
Sistematização e elaboração: Eliane almeida.

Notou-se, também, que mesmo sem acessar a política pública de subsídio à produção agrícola, a família A comercializa a produção de ovos caipira na cidade de Poções, onde tem clientela fidelizada. Registrou que os plantios e as criações são, exclusivamente, para o consumo da família e todas as demais demandas da casa são providas pelas diárias de serviços, quando se encontra.

Na família D, observou-se que não há nenhum plantio na delimitação da terra cedida para seu assentamento, por não dispor de água. Segundo o entrevistado, acessar uma cisterna calçadão possibilitaria, pelo menos, o plantio de hortaliças para agregar na alimentação. Já para a família E, embora o tamanho da terra seja pequena, conseguia diante da condicionante beneficiar as frutas da área ocupada para vender. Sobre a criação de animais, informou que o pouco que tem era para ao autoconsumo.<sup>88</sup>

Salienta-se que a família E tem na venda de hortaliças e temperos caseiros a principal fonte de renda. A garantia das condições mínimas de existência se dava por meio do trabalho coletivo nas terras da matriarca e patriarca beneficiados com a cisterna calçadão, que lhes rendia, semanalmente, cerca de R\$30,00 a R\$40,00 reais, somados à venda das frutas e geladões, que oscilava também entre R\$30,00 a R\$40,00 reais. Para o Sr. Carlos<sup>89</sup>, membro da família em questão, “se nós tivéssemos pelo menos duas tarefas de terra, nós íamos fazer todas tarefas de hortaliça, e eu não ia sair daqui pra trabalhar em lugar algum”.

Das quatro famílias que construíram as cisternas por conta própria, somente duas externaram o interesse de poder ser beneficiada pelas tecnologias de segunda água, as demais não demonstraram entusiasmo ou interesse pelo P1+2. Inferiu-se que tal desinteresse seja proveniente do fato, por exemplo, de trabalharem na cidade e a outra ser composta de apenas 1 pessoa que reside próxima da casa dos progenitores, e dessa forma se reproduz coletivamente aos seus.

É salutar destacar, ainda, os resultados do Programa Manejo da Agrobiodiversidade – Sementes do Semiárido, desenvolvido na comunidade de Bom Jesus de Cima com a implementação de um banco comunitário de sementes, e capacitação de 20 famílias agricultoras da região de Bom Jesus de Cima. A prática de guardar sementes em casa é uma característica comum entre as famílias camponesas. Segundo a informação contida no Candeeiro<sup>90</sup> nº 1339,

---

<sup>88</sup> Pesquisa de Campo, 2019.

<sup>89</sup> Entrevistado nº 11. Entrevista concedida em 23 de janeiro de 2019. Entrevistadora: Eliane Almeida.

<sup>90</sup> Boletim impresso elaborado pelas organizações da rede ASA, que publiciza experiências do campesinato com a política de convivência com o semiárido. Nele a história dos agricultores e agricultoras são contadas por eles mesmos, e dessa forma suas experiências são sistematizadas, valorizadas e difundidas. (SILVA, *et al*, 2017)

produzido pela equipe de comunicação do CEDASB, em 2013, havia na comunidade um guardião de sementes que tinha armazenado cerca de 70 variedades, entre hortaliças, plantas fitoterápicas, grãos em geral e frutíferas (ver foto 10). O agricultor guardião é o Sr. Francisco, que compõe o grupo de beneficiários do P1MC e P1+2, entrevistado na realização da pesquisa.

**Foto 10 – Local de armazenamento de sementes da família do agricultor Sr. Francisco, antes da construção do Banco de Sementes, 2015.**



Fonte: Arquivo do CEDASB.

Por ser consistente a prática registrada, conforme ratificaram os colaboradores do CEDASB, é que, no ano de 2015, foi construído o Banco de Sementes dos Sonhos da Comunidade de Bom Jesus de Cima e região. A novidade foi apropriada pela comunidade, que passou a guardar, trocar, multiplicar e preservar as sementes que fazem parte da história produtiva de suas famílias, também nesse local<sup>91</sup> (ver foto 9)

---

<sup>91</sup> Trabalho de campo, 2019.

**Foto 11 – Inauguração do Banco de Sementes da comunidade de Bom Jesus de Cima, 2016.**



Fonte: Arquivo do CEDASB.

Frisa-se, ainda, que a motivação do agricultor com a possibilidade de se ter na comunidade um banco comunitário para guardar de forma adequada as sementes foi insuflada pela sua nora D. Jessi, já mencionada neste trabalho, por meio de um intercâmbio realizado pelo CEDASB em Januária, Minas Gerais, no ano de 2012. Dessa forma, as famílias envolvidas com o projeto dizem que o banco de sementes é fruto de um intercâmbio.<sup>92</sup>

Ratifica-se que esse programa da ASA convergiu numa perspectiva de complementaridade ao P1+2, uma vez que se compreendeu que para as famílias terem uma produção agrícola agroecológica, com possibilidade de garantir alimentos saudáveis, ter acesso a sementes que não passaram por nenhum processo de modificação genética e saber sua origem era fundamental.<sup>93</sup>

---

<sup>92</sup> Pesquisa de Campo, 2019.

<sup>93</sup> Idem.

Pode-se averiguar, também, que esse projeto movimentou a comunidade de várias formas, em destaque a conscientização dos agricultores sobre a importância da apropriação e conservação do patrimônio genético que é a semente, o que a tornou referência na organização, administração e multiplicação de sementes no Estado da Bahia, e uma das comunidades destaques nesse âmbito da convivência com o semiárido, isso na rede ASA.

Dentre os intercâmbios mencionados, inserem-se os realizados, em 2017, pelo Projeto Cisternas nas Escolas no município de Bom Jesus da Serra. As atividades tinham como finalidade promover a imersão das educadoras/educadores das escolas do campo na dinâmica das famílias camponesas, uma vez que a maioria desses profissionais mostrou desconhecer a realidade do campesinato da comunidade que trabalham.<sup>94</sup>

Conforme pode ser observado, o objetivo dessa ação logrou êxito, quando se considera, por exemplo, esse tipo de depoimento:

Foi uma das melhores experiências que já tive em minha vida [...]. Não tem como não se emocionar com o belo trabalho que a ASA, junto com o Cisternas nas Escolas fazem com o povo do sertão, dando suporte e ensinando a aprender conviver com o semiárido e não abandonar suas raízes. Vou carregar para toda minha vida o que aprendi neste intercâmbio. Foi inesquecível, tanto que já voltei na região para colaborar com o lindo projeto que eles realizam com as crianças - que é com artesanato.<sup>95</sup>

Em síntese, pode-se concatenar da seguinte forma as informações sobre os programas da ASA implementados pelo CEDASB em Bom Jesus de Cima: P1MC, P1+2 e Banco de Sementes como ações diretas, e Cisternas nas Escolas, ações indiretas. Os resultados apresentados, oriundos do trabalho do CEDASB na comunidade, mas em primazia da apropriação dos projetos pelas famílias da localidade, projetou Bom Jesus de Cima para um patamar de referência no âmbito do funcionamento da política pública de convivência com o semiárido, embora seja notável a deficitária abrangência das implementações do Programa Uma Terra e Duas Águas.

---

<sup>94</sup> Informações concedidas pelos colaboradores do CEDASB.

<sup>95</sup> Prof. Dhonne, do Polo Educacional Nossa Senhora Aparecida do município de Poções. Candeeiros nº 2442 elaborado pelo CEDASB.

#### 4.2. ANÁLISE DE CONJUNTURA. O “DESMONTE” DA POLÍTICA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO PELA MANUTENÇÃO DO *STATUS QUO* SOCIAL.

A ASA, enquanto movimento de luta pela democratização da água, se consolidou no período de transição político-econômica que imprimiu nova lógica das políticas públicas no país, entre os anos de 1990 e início dos anos 2000. Ao mesmo tempo, segundo Alves (2014, p. 25-26), a década de 1990 foi marcada pelo condicionamento do Brasil ao neoliberalismo capitalista, sob a concessão do Estado, principalmente na gestão de Fernando Henrique Cardoso, quando se dilapidou o patrimônio nacional com as privatizações e criou um caos social ao posicionar o Brasil, frente à disputa econômica mundial, como concorrente de mesma envergadura que os demais, porque se tratava de uma “competição entre iguais”. Nesse interim, o país consolidou a nova burguesia que transpôs o mundo da economia e se entremeou na política.

Tratava-se da crise estrutural do capital marcada pela superprodução e para superar essa condição tornou-se imperativo o reordenamento socioeconômico e produtivo dos países de “capitalismo tardio”, como é o caso do Brasil. A introdução das demandas do mercado mundial trouxe consigo uma complexidade de desdobramentos no país, que intensificou as desigualdades sociais.

Nos anos 2000, especificamente após a inserção do Partido dos Trabalhadores no executivo nacional, por meio da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, nas eleições de 2002, insere-se um *modus operandi* da política social e econômica focado, por exemplo, na distribuição de renda à parcela da sociedade desprovida das condições básicas de manutenção de sua existência, numa dinâmica que, embora divergisse, de certo modo, do molde neoliberal, estava comprometido com a lógica macro do sistema capitalista. Difundiu-se o denominado “neodesenvolvimentismo”, entendido e propagado politicamente como a alternativa viável para promover o crescimento econômico do país, por outro lado, criticamente interpretado “[...] como novo modelo de desenvolvimento capitalista e novo bloco histórico de hegemonia burguesa no Brasil sob a direção do grande capital organizado”. (ALVES, 2014, p.27)

O Partido dos Trabalhadores, diante da desconfiança do empresariado

frente à sua candidatura e a completa instabilidade socioeconômica, optou por difundir um discurso moderador de suas pretensões governamentais, para tornar possível a governabilidade, caso lograsse êxito no processo eleitoral, o que se consolidou em fato. Embora originário dos setores populares e dos movimentos sociais e sindicais, de princípios socialistas, na “Carta ao povo brasileiro”, redigida por Lula da Silva em junho de 2002 (três meses antes da eleição) e publicada nos veículos de comunicação, registravam-se os pontos centrais de intervenção estatal adotados na vigência de um governo petista. Sem muito esforço, a leitura do documento explicita que, se eleito, o caminho era da promoção da conciliação de interesses entre as classes sociais, como evidencia o documento,

[...] O caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações e promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo. Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. A reforma tributária, a política alfandegária, os investimentos em infra-estrutura e as fontes de financiamento públicas devem ser canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas. Superando a nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros. Poderemos recuperar a capacidade de investimento público tão importante para alavancar o crescimento econômico. (PT, 2002)

Um discurso construído notoriamente para acalmar os ânimos da burguesia empresarial, ao mesmo tempo que sinaliza a negação de um projeto socialista. Contudo, vale ressaltar que no mesmo documento Lula da Silva e o partido o qual representa mostraram-se estar a par das limitações de se fazer uma política alinhada aos princípios mais genuínos da esquerda. Isso quando ratifica que

O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia para o outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país. Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias [...]. (PT, 2002)

Fontes (2010) pontua como que as estratégias contra-hegemônicas e anticapitalistas foram minando o discurso e as ações dos movimentos populares frente à complexidade da sociedade civil multifacetada, isso no sistema neoliberal que fortalecia a nova burguesia empresarial dotada de hegemonia, que superava

o âmbito econômico, e assumia, também, um papel na política. Para a autora, o PT legitimou um sistema iniciado na última década do século XX e o consolidou, nos seus governos, com as políticas públicas implementadas, na perspectiva reformista.

Sampaio Junior (2012, p. 679), um crítico da política petista, analisa que o “neodesenvolvimentismo”, idealizado como um “novo tempo”, principalmente na segunda metade dos anos 2000, no segundo mandato do PT, se configurou como tentativa de implantação de uma base social e econômica de reprodução burguesa, de forma que a classe trabalhadora pudesse, e precisava, acessar alguma benesse, até para manter o *status quo*, sem muitos embates e enfrentamentos. Segundo afirmações do autor, a aprovação desse novo discurso ideológico se deve ao fato de que, frente a estagnação econômica que se estendia por quase três décadas e ao fato da classe trabalhadora encontrar-se imergida em estado de pobreza abissal, a retomada do crescimento da economia brasileira, mesmo que timidamente, proporciona, no patamar da modéstia, distribuição de renda e melhoria salarial, atrelada a um crescimento quase que irracional do consumo financiado, que camuflou, e camufla, o endividamento dos trabalhadores. Esse cenário criou a falsa ideia, se compreendido apenas na sua superficialidade cotidiana, de “resiliência do Brasil perante a crise econômica mundial”, quando na verdade se inseria na reformulação estratégica da manutenção do sistema do capital.

No campo das questões agrárias, Malvezzi (2009) manifestou-se, por meio de uma análise ácida dos resultados do Censo Agropecuário de 2006, feito pelo IBGE, sobre a política adotada pelo Governo Lula da Silva, especificamente no trato com a agricultura camponesa. Isso porque os dados do IBGE mostraram a substancialidade e viabilidade da agricultura camponesa na produção de comida no país, mesmo com apenas 24,3% da área cultivável. Além disso, esse percentual representava

[...] 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo [...]. Além do mais, provou que tem peso econômico, sendo responsável por 10% do PIB nacional. (MALVEZZI, 2009).

Os dados incomodaram a elite brasileira do *agrobusiness*, porque, segundo

o autor, colocavam a prova a sustentabilidade desse modelo agrícola de produção, que recebia do governo o suporte necessário para a sua existência e expansão, e ainda ratificou que “se dependermos do agronegócio, vamos comer soja, chupar cana e beber etanol”. Observa-se que o governo sofreu duras críticas daqueles que pensaram, de certa forma, a construção de um projeto social que se vislumbrava para o Brasil, mas que se viram decepcionados com o rumo que haviam tomado.

Situar a ASA nessa complexa imbricação de interesses de classe, de hegemonia burguesa, de estratégias política, de amortecimento dos movimentos sociais, e de apreensão intelectual das conjunturas, foi um grande desafio enfrentado nesta dissertação. Todavia, é relevante salientar que as análises reflexivas dos resultados oriundos das ações da ASA/CEDASB possibilitaram a constatação de que é na contradição do Estado e na dialética entre as classes que a convivência com o semiárido, ainda, se encontra em consolidação.

Isto posto, é mister compreender os meandros da “disputa” da política de convivência com o semiárido, na esfera nacional, e para tanto, é necessário aclarar que foi no governo do PT que os programas da ASA tiveram espaço no orçamento do Estado. Contraditoriamente, foi também no governo petista que a rede vivenciou a primeira tentativa de desmonte da política de convivência, a qual desestabilizou a “parceria” sociedade civil e Estado.

O marco do enfrentamento entre a sociedade civil, representada pela ASA, e o Estado, pelo governo, no âmbito da política supracitada, aconteceu no primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff, em 2011, quando se criou o Programa “Água para Todos”. O referido programa, pensado junto ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, na época sob a direção da ministra Tereza Campello, tinha como meta atender no primeiro mandato do governo em questão 750 mil famílias do semiárido brasileiro, no que tangia ao acesso à água. Para tanto, o governo entendeu que se fazia necessária adotar alternativa mais rápida e prática que acelerasse a apresentação dos resultados, e é nesse interim que se introduz a cisterna de polietileno e o descarte da ASA no cenário das políticas públicas no Nordeste.<sup>96</sup>

Diante desse cenário desfavorável, a Articulação mobilizou cerca de 15 mil agricultores/agricultoras de todos os estados de atuação a ocuparam, em 20 de

---

<sup>96</sup> Brasil (2014); Santana (2013)

dezembro de 2011, a ponte entre Juazeiro e Petrolina. Nessa última cidade, realizaram um manifesto contra o desmonte da política pública de convivência com o semiárido promovido pelo Estado, especificamente pelo governo da presidenta Dilma Rousseff, do PT<sup>97</sup>.

As negociações de gabinete foram a reverberação da manifestação pública. De um lado, um governo pragmático em busca de “honrar” compromissos feitos em campanha, a qualquer custo, e de outro, o coletivo da sociedade civil que representava a própria gênese da política de convivência com o semiárido. Na tentativa de remediar o irremediável, o que a sociedade civil obteve como resultado foi o recuo do governo na decisão de não mais conviver com a ASA. Porém, não houve concessão quanto ao projeto de implementação das cisternas de plástico.<sup>98</sup>

A produção das cisternas de polietileno foi desenvolvida pelo Grupo Rotoplas, líder mundial em reservatórios rotomoldados, com matriz na Cidade do México. No Brasil, é representado pela empresa Dalka do Brasil Ltda, cujo nome fantasia é Acqualimp, e pela empresa Fortlev. O Ministério da Integração, com a participação do DNOCS e da CODEVASF, foi responsável pela distribuição das cisternas de plástico no território nordestino.<sup>99</sup>

Destarte, no âmbito do Programa “Água para Todos”, dos resultados publicitados no compêndio elaborado pelo antigo MDS, em 2014, tem-se o seguinte cenário de cumprimento de metas, descrito na Tabela 6:

**Tabela 6 – Implementação de cisternas de placas e cisternas de polietileno do Programa Água para Todos, (2011 – 2014)**

<b>Ano</b>	<b>Cisterna de Placas</b>	<b>Cisternas de polietileno</b>	<b>Total Geral</b>
2011	87.700	0	87.700
2012	109.900	45.600	155.500
2013	144.600	93.300	237.900
Out/2014	114.800	154.700	269.500
<b>Total</b>	<b>457.000</b>	<b>293.500</b>	<b>750.500</b>

Fonte: BRASIL (2014)  
Elaboração: Eliane Almeida.

<sup>97</sup> Passos (2011)

<sup>98</sup> Informações concedidas pelos colaboradores da ASA.

<sup>99</sup> Carta Capital (2012); Brasil (2014)

Roberto Malvezzi, em entrevista ao Instituto Humanista Unisinos<sup>100</sup>, em janeiro de 2012, reafirmou ser “um desastre” a opção adotada pelo governo em implementar as cisternas de polietileno no semiárido, ao invés de dar continuidade ao trabalho que se mostrava consistente, eficiente e de capilaridade social, na promoção da materialidade, mas, também, na formação político-crítica dos agricultores das comunidades. Ao ser questionado sobre o porquê de o P1MC não ter atingido a meta esperada de 1 milhão de famílias atendidas em 5 anos, explica que é sob esse viés interpretativo que o governo justifica a distribuição de cisternas de plástico e complementa:

[...] Sempre argumentamos que não somos uma empreiteira: há um trabalho pedagógico com as famílias, caso contrário o trabalho se perde. Este é o limite da presidente Dilma: ela é uma excelente gerente, entende tudo de metas, mas não entende nada de processos pedagógicos. Para ela, o processo educativo não vale nada. Para nós ele é essencial. E, vendo por outro ângulo, nós conseguimos fazer em 10 anos o que todos os governos não fizeram em 500 anos. Então, porque somos acusados de lentidão?

Verificou-se que a consternação foi generalizada entre todas as organizações que compunham, direta ou indiretamente, a rede ASA, sem entender ao certo os motivos que levaram a presidenta recém-eleita a tomar tais decisões. Uma das contradições desse cenário é o fato da ASA ter apoiado publicamente a candidatura de Dilma, na eleição de 2010, e, em contrapartida, no ano de 2011, já se havia um planejamento de “descarte” da “parceria” que até então se consolidava dentro de uma visão ideologicamente convergente. Subentende-se que os meandros dessa conjuntura estavam permeados por intensas disputas de interesses de classe<sup>101</sup>.

Como já apontado Lisboa (2007), o processo de descentralização do atendimento das necessidades da população brasileira o Estado, imergido na necessidade de “superar” as desigualdades regionais, estrategicamente, permite “dividir” o seu protagonismo com a sociedade civil, para que essa pautasse e executasse suas demandas. Todavia, não lhe atribui poder de decisão quanto a administração orçamentária. Assim,

---

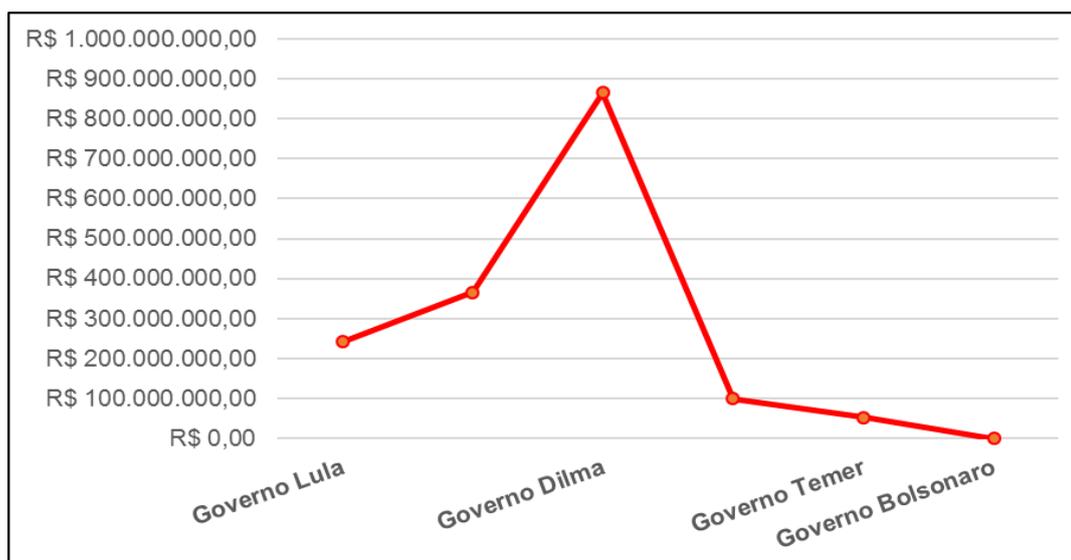
<sup>100</sup> Entrevista concedida, via e-mail, à IHU On-line, em 06 de janeiro de 2012.

<sup>101</sup> Depoimentos de colaboradores da ASA.

[...] Os lugares são tornados territórios pelo capital e passam a apresentar a alternativa encontrada pelo capitalismo para suprir as suas demandas, por sua vez, a descentralização transfere para a sociedade civil (contraditoriamente, retira dela) a responsabilidade pela eficácia desse território”. (LISBOA, 2007, 140)

De todo modo, se faz importante lembrar que, no segundo mandato do presidente Lula da Silva, foi instaurada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) frente às denúncias de incongruências nos convênios celebrados entre o governo e as organizações não-governamentais. Esse movimento parlamentar culminou na criminalização das ONG's, que perpassou o mandato de Lula até os mandatos de Dilma. Com o apoio das mídias sociais, julgou-se indistintamente as organizações, as quais ficaram todas no mesmo patamar de igualdade corruptiva<sup>102</sup>. A decisão de Dilma Rousseff, em 2011, denotou endosso à visão da classe política conservadora, sem ressalvas e distinção das ONG's que exerceram, e exerciam, um trabalho sério e eficiente frente as lacunas sociais que o próprio Estado se isentou a sanar. Todavia, é inconteste que foi no seu governo que a ASA acessou maior financiamento para construção de cisternas nos estados do semiárido, como ilustrado no gráfico 5.

**Gráfico 5 - Valores conveniados entre o Governo Federal e a ASA/AP1MC, entre os anos de 2003 a 2019.**



Fonte: Portal da Transparência, 2019.  
Sistematização e elaboração: Eliane Almeida.

<sup>102</sup> Zavala (2007).

No entanto, segundo colaboradores da Rede, a celebração dos convênios com o governo federal se deu no campo da disputa pela continuidade orçamentária, bem como a ampliação da política, na perspectiva da democratização do acesso à água.

A análise dos dados do gráfico 5 e da tabela 6 permitiu identificar a contradição do discurso e a intencionalidade das ações, quando observado que no mesmo período em que foram destinados à sociedade civil, representada pela ASA, quase 900 milhões de reais, dos quais se materializaram 457 mil cisternas de 16 mil litros construídas, e imbricadamente 457 mil famílias formadas sobre política de convivência, também foram desembolsados mais de 1,4 bilhão de reais para a instalação de pouco mais de 293 mil cisternas de polietileno em todo território do semiárido nordestino. A praticidade que o governo defendeu tinha o dobro do custo das cisternas de placas, que, à época, custavam, segundo as organizações da ASA, entre R\$2.220,00 a R\$2.500,00 reais, enquanto que as de plástico ficavam em torno de R\$5.000,00 a R\$5.200,00 reais.<sup>103</sup>

No tocante a essa alternativa adotada pelo governo petista em 2011, o coordenador da ASA Brasil enfatizou:

Elas não se inserem na dimensão de uma política de convivência com o semiárido. Primeiro porque ela não respeita a realidade local, pois adota tecnologias que a população não domina. Uma cisterna de plástico vem de São Paulo e é implementada sem nenhuma participação da comunidade, que assiste apenas. Se ela apresentar algum problema, a comunidade não sabe lidar. Ou seja, ela movimenta a economia paulista, não a economia local<sup>104</sup>.

O argumento do coordenador, sobre a movimentação da economia no processo de implementação das cisternas de placas, se deve ao fato de inserir os próprios beneficiários que já são pedreiros ou englobar os profissionais da região circunvizinha. Dessa forma, segundo as organizações, promove-se a circulação da renda na localidade. O que se sabe é que a política das cisternas de plástico gerou, também, inúmeras denúncias de beneficiamento da antiga oligarquia nordestina, uma vez que se adere com esse formato de política os consórcios municipais, a intervenção dos estados na política e as prospecções do setor

---

<sup>103</sup> Informações do resultado do Pregão eletrônico N° 105/2013 publicitado pela CODEVASF (2013).

<sup>104</sup> MADEIRO (2012)

industrial na região.<sup>105</sup>

Destarte, constatou-se que a ascendência orçamentária observada no gráfico 5 deve-se a disputa forjada entre as OSC's da rede ASA, dos movimentos sociais e sindicais, e dos parceiros ideológicos das universidades e igrejas; e o Estado, representado pelo governo petista. Não existe, portanto, uma relação harmônica, continuamente, entre esses dois setores da sociedade nacional. A harmonia sucumbe-se quando há interesses sociais antagônicos.

Segundo Corsi (2014), ao analisar a governança da presidenta Dilma Rousseff, no seu primeiro mandato, constata-se que ela

[...] assumiu o governo com a responsabilidade de solucionar o esgotamento do binômio ortodoxia macroeconômica e distribuição de renda em uma contingência histórica de crise global. A tarefa de Dilma é compatibilizar a construção de um novo modelo econômico pós-neoliberal capaz de garantir desenvolvimento econômico sem gerar inflação, legando mais inclusão social e, conseqüentemente a manutenção da elite lulo-petista no controle do *Lulismo*. (CORSI, 2014, p,61, grifos do autor)

Na perspectiva de contornar o incontornável, que era a turbulenta conjuntura de instabilidade política e econômica que se intensificou no Brasil em 2015, é que em 2016 o Brasil sofreu, pela segunda vez em sua história, um golpe de Estado<sup>106</sup>, e Dilma Rousseff, legitimamente eleita, foi impedida de dar continuidade ao seu mandato sob a denúncia de ter cometido improbidade administrativa denominadas “pedaladas fiscais”<sup>107</sup>. Nesse processo foram inconstitucionalmente desconsiderados 54.501.118<sup>108</sup> (cinquenta e quatro milhões quinhentos e um mil cento e dezoito) de votos, sendo que, desse montante, 20 milhões da Região Nordeste do país.

Antes da consolidação do golpe, ainda em 2015, novos protestos da sociedade civil aconteceram, dessa vez frente ao ajuste fiscal efetivado pelo governo federal, no intuito de administrar a crise econômica brasileira. A ASA realizou nesse período a campanha intitulada “Semiárido Vivo. Nenhum direito a menos” e provocou grande mobilização em prol da continuidade dos projetos.

<sup>105</sup> SASSINE (2013).

<sup>106</sup> BLUME (2016).

<sup>107</sup> “[...] são os atrasos no repasse de verbas, por parte do Tesouro Nacional, para a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil referentes a despesas com programas do governo como o Bolsa Família, seguro-desemprego e abono salarial”. “TCU PE... (2015)”.

<sup>108</sup> Quantidade de votos que reelegeram, em 2014, a candidata Dilma Rousseff, Presidenta do Brasil.

Como nesse interim, já não havia condições de governabilidade da presidenta, não se encontrou lacunas para possíveis negociações.

A política pública de convivência com o semiárido sofreu decréscimo orçamentário abrupto, entre 2015 a 2018, como fica explícito no gráfico 5. De quase 900 milhões de reais no primeiro mandato, para menos de 100 milhões, até a consolidação do golpe. Esse valor foi correspondente a apenas 11,5% do orçamento do mandato anterior.

Sob um julgamento inconsistente e contraditório<sup>109</sup>, efetivou-se, portanto, o afastamento de Dilma Rousseff e Michel Temer assumiu interinamente a presidência do Brasil, entre 12 de maio de 2016 e dezembro de 2018. A gestão Temer tendeu, com mais afinco e celeridade, a efetivação de uma política em prol da hegemonia do capital, por meio dos interesses escusos da classe empresarial dominante no Brasil e no mundo, o que não se fez novidade na história político-econômica do país, e soa quase como um destino irremediavelmente posto.

Já no início de sua gestão, Temer apresentou à sociedade um conjunto de medidas para a superação do déficit dos cofres públicos oriundos, segundo os governistas, da má administração das gestões anteriores, somadas a crise econômica mundial. A primeira delas foi a Proposta de Emenda Constitucional, conhecida como PEC 55, aprovada em dezembro de 2016 como Emenda constitucional nº. 95, sob protesto da sociedade civil. A aprovação ratifica o congelamento de gastos públicos, inclusive nos setores de educação e saúde por 20 anos, com carência de 10 anos para revisão. (BRASIL, 2016)

Posteriormente, foi apresentada a reforma da previdência, sob efervescente mobilização de vários setores da sociedade contrário à proposta, o que obrigou o recuo do governo Temer, mas não o descarte da proposta. Outra ação reformista apresentada e aprovada nesse governo foi a trabalhista, uma intervenção estatal que consiste na “modernização” da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) do Brasil. A “modernização”, tal qual foi difundida, refere-se à flexibilização do trabalho e da relação patrão e empregado. Sujeitos de classes

---

<sup>109</sup> No mesmo ano, o Ministério Público Federal declarou que Dilma Rousseff não havia cometido crime de responsabilidade fiscal, e que os procedimentos por ela realizados, também haviam sido adotados em gestões anteriores, sem causar nenhum questionamento de nenhuma instância de poder. Mesmo assim persistiu as controvérsias da oposição parlamentar, e a replicação contínua do caso pelos veículos de comunicação, de forma fragmentada e superficial, que na efetivação do golpe, teve protagonismo ímpar e quiçá definitivo para os rumos delineados para o Brasil desde então<sup>109</sup>. “MPF VOLTA... (2016)”.

distintas e de interesses muitas vezes inconciliáveis a negociar férias, 13º salário, carga horária etc., como isso pode dar certo? Nessa “quebra de braço”, quem terá maior força? O que se apresenta enquanto detentor dos meios de produção e do capital, ou àquele que, em sua maioria, dispõe somente de sua força de trabalho para se reproduzir socialmente? São questões polêmicas e complexas que surgiram em um momento de incertezas e instabilidade para os trabalhadores. A aprovação dos processos de terceirização dos serviços foi outra medida do governo de Michel Temer que, embora digam o contrário, agravou a precarização das condições de trabalho.<sup>110</sup>

E a política de convivência com o semiárido nesse cenário político? A ASA, em meio a tantos retrocessos anunciados e executados, e a frente aos debates e manifestações, se viu suprimida pelo arrocho orçamentário, iniciado com Dilma Rousseff e intensificado e consolidado na gestão de Michel Temer. De 2017 a 2018, o Estado firmou apenas um convênio com a ASA no valor de 52.491.925,52 (cinquenta e dois milhões quatrocentos e noventa e um mil novecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e dois centavos). A “ordem” de maximizar a contenção de gastos inseriu o Programa Cisternas<sup>111</sup> e, conforme a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2017, dos 248,8 milhões destinados às políticas sociais, reduziu-se para 20 milhões em 2018, por meio do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). Esse último orçamento equivaleu a 8% do recurso disponibilizado em 2017 e 6% do recurso de 2010. Com base nesses dados é que se contabiliza o corte de 92% no orçamento do Programa Cisternas, compreendido como estratégia política para sua extinção. (*idem*)

A análise dos dados e dos fatos possibilita afirmar que a ASA vive um quadriênio sem convênios federais, que significa, em parte, a estagnação da política pública de convivência e da ampliação do acesso às tecnologias sociais pelas famílias da região semiárida.

A eleição de Jair Bolsonaro só complexificou o cenário e as prospecções acerca da referida política pública. Desde sua posse, não foi realizado nenhum convênio com as organizações da sociedade civil que trabalham com a democratização do acesso à água no semiárido. O que se coloca como cenário é o esforço do governo federal em criminalizar as OSC's e desmoralizar sua história

---

<sup>110</sup> Mendonça e Alessi (2017).

<sup>111</sup> Brasil (2019); ASA (2018).

e o trabalho prestado na região. O que pode ser aludido ao movimento da CPI das ONG's de 2006, só que, no contexto atual, de modo mais feroz, irresponsável, inconsequente, numa perspectiva de aniquilação da sociedade civil na esfera de execução de políticas públicas, e fortalecer as instituições estatais, nas escalas nacionais, estaduais e municipais, mas sobretudo as privadas, o que a história já demonstrou ser ineficiente, e com maior propensão aos desvios de recursos públicos.

Ao ampliar a escala, é possível averiguar os impactos desse “desmonte” nas organizações da sociedade civil. No caso do CEDASB, por exemplo, tem-se a sistematização da descontinuidade das chamadas públicas referente aos projetos, conforme registrado na tabela 7.

**Tabela 7 – Relação dos programas executados pelo CEDASB com financiamento de recurso público federal, por governo, e quantidade de tecnologias. (2003 – 2020)**

Programas	Governos					
	Lula		Dilma		Temer	Bolsonaro
	(2003-2006)	(2007-2010)	(2011-2014)	(2015-2016)	(2016-2018)	(2019 até os dias atuais)
P1MC	1025	1511	1487	0	0	0
P1+2	---	---	1149	0	0	0
Cisternas nas Escolas	---	---	198	188	73	0
Sementes	---	---	33	33	0	0
<b>TOTAL</b>	1025	1511	2867	221	73	0

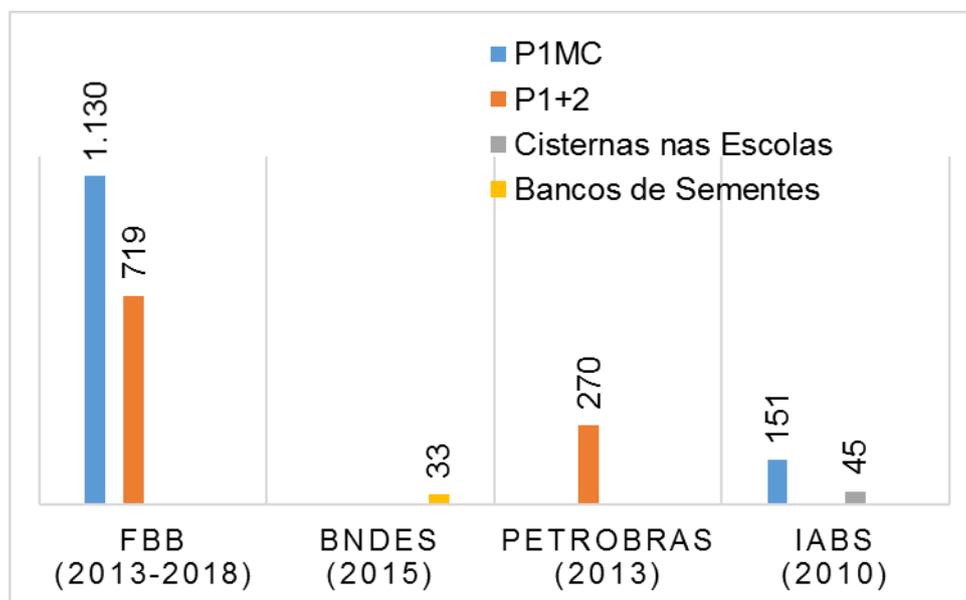
Fonte: Arquivo documental do CEDASB.  
Sistematização e Elaboração: Eliane Almeida.

Nota-se que, em coesão conjuntural analisada anteriormente, entre 2011 e 2014 foi quando a organização conseguiu executar maior número de tecnologias sociais de convivência no território de atuação. Soma-se ainda o trabalho de acompanhamento técnico e extensão rural para 1000 famílias agricultoras, sob os princípios da agroecologia, executado entre 2015 e 2016, o denominado ATER agroecológico. Esse projeto foi o primeiro do CEDASB firmado diretamente com um ministério federal, no caso o extinto MDA. A vigência do projeto seria até 2018, porém foi encerrado, por decisão da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento, criada em substituição (rebaixamento) do ministério.

Como mencionado na seção anterior, o CEDASB tem dependência

preponderante das chamadas da AP1MC e por meio delas também executou ações financiadas pela iniciativa privada, tais como as elencadas no gráfico 6.

**Gráfico 6 – Programas executados pelo CEDASB, na área de atuação, financiados pelo setor privado, de 2010 a 2018.**



Fonte: Arquivo documental do CEDASB.  
Elaboração e sistematização: Eliane Almeida.

Notavelmente, é perceptível que não há por parte do Estado e das iniciativas privadas a constância no que concerne a abrangência de atendimento de um programa de forma incisiva. Ou seja, universalizar o campo com o P1MC e focar nos demais com orçamentos que pudessem promover a convergência de políticas públicas de convivência com eficácia. Dessa forma, as organizações e as CEM's não necessitariam exercer o papel de definidores de beneficiários dos programas. Essa condição é impositiva, uma vez que o Estado não tem interesse em garantir orçamento necessário para esse tipo de ação social. O que prevalece é o movimento dialético de sujeição e resistência da ASA frente a essa realidade.

Não muito diferente aconteceu com os convênios e contratos firmados com o governo do estado da Bahia. Ao analisar a tabela 8, percebe-se também a falta de um planejamento estratégico de convergência de ações de fortalecimento do campo, uma vez que as ações são difusas e descontínuas.

**Tabela 8 – Projetos executados pelo CEDASB com financiamento público estadual, por governo, e quantidade de tecnologias, no estado da Bahia. (2007 – 2020)**

Programas	Governos			
	Wagner		Rui Costa	
	(2007-2010)	(2011-2014)	(2015-2018)	(2019 até os dias atuais)
Água para Todos (1ª água)	3145	4905	---	185
Água para Todos (2ª água)	131	661	---	---
ATER Familiar	---	960	720	---
Assessoria à Associações Comunitárias	38	---	24	---
Produção e distribuição de Palmas	---	---	1400	---

Fonte: Arquivo documental do CEDASB.

Elaboração e sistematização: Eliane Almeida.

Nota: Ressalta-se que os quantitativos apresentados se referem às metas dos convênios/contratos firmados entre o governo do estado e o CEDASB. Não significa que as implementações aconteceram, necessariamente, nestes períodos.

Não se pode negar que, entre os governos de Jacques Wagner e Rui Costa, o primeiro se manteve mais próximo com o diálogo da convivência com o semiárido no estado da Bahia, conseqüentemente com as organizações que pautam tal temática. Mas, contraditoriamente, foi no governo de Rui Costa que se regulamentou a Lei de Convivência com o Semiárido, em 21 de setembro de 2017. A contradição é identificada quando se analisa o discurso governamental frente à realidade da dotação de recursos destinados para a concretização dos objetivos de tal lei. No discurso, tem-se o que se segue:

Antigamente, se falava em combate à seca, mas essa é uma expressão equivocada porque não podemos combater o clima. O que podemos fazer é criar meios de convivência com o meio ambiente. O decreto assinado aqui tem como objetivo ajudar a criar tecnologias, condições e maquinários capazes de preservar água no subsolo e fornecer ferramentas para auxiliar aqueles que vivem no semiárido a continuar produzindo nos períodos de estiagem<sup>112</sup>.

A fala do governador Rui Costa, publicitada pela Secretaria de Comunicação Social do Estado, não coaduna com a política adotada por ele no âmbito do atendimento das questões sociais do estado da Bahia. Ora, esse é o estado onde a maioria dos seus municípios estão localizados na região semiárida,

<sup>112</sup> "ASSIN...(2017)

278 especificadamente, segundo a SUDENE (2018). Destarte, o que se percebe é que a lei é mais do que necessária, porém não garantiu a continuidade e nem a ampliação dos instrumentos de convivência no estado.

É mister destacar que, embora nos discursos o Estado se apropriou da política desenvolvida pela sociedade civil, foram as organizações da ASA que apresentaram as bases teóricas e práticas e construíram, junto ao Estado, a referida lei. Nesse mesmo evento, o coordenador da ASA do estado da Bahia e também presidente da AP1MC, Naidison Batista, explicitou que a lei emerge do cotidiano dos agricultores e agricultoras e que a partir de então é fazer com que tal lei seja de fato cumprida e concretizada para que se atinja seu objetivo, que é proporcionar uma vida mais digna aos camponeses.<sup>113</sup>

Há um hiato entre os governos de Jacques Wagner e Rui Costa, quando se compara, por exemplo, as implementações de 1ª e 2ª água no programa “Água para Todos”. Colaboradores do CEDASB compreendem que as descontinuidades das ações impossibilitam a convergência das políticas de convivência que fortaleçam o campo em todos os âmbitos da reprodução social. Denotam a falta de planejamento de ação, descomprometimento, mas, sobretudo, conotam a opção política, inclusive de se trabalhar mais com os consórcios municipais do que com as organizações da ASA.

A comparação dos dados coletados põe o governo de Rui Costa como o pior que as organizações têm negociado até então. O CEDASB, a exemplo de outras instituições, concorreu e logrou êxito em uma chamada pública de ATER agroecológico, há mais de 1 ano, e, até fevereiro 2020, não se tem perspectiva de repasse financeiro para o início dos trabalhos. Tratam-se de relações conflituosas e difíceis para as organizações, pois as negociações são intermediadas, em sua maioria, por tecnicistas que não entendem a política de convivência como importante instrumento de fortalecimento da agricultura familiar da Bahia. É um movimento de progressão e regressão contínuo.

A postura do governador, de longe, se apresenta como conciliadora. De certo modo, se assemelha à esfera nacional de conduzir a governança. Tal assertiva pauta-se, por exemplo, na forma como o Fórum Baiano da Agricultura Familiar (FBAF) foi tratado pelo governador Rui Costa, no ano de 2016, quando se exigia do governo um posicionamento sobre os recursos para as chamadas

---

<sup>113</sup> IRPAA (2017)

públicas de ATER, que se encontravam paralisadas. Segundo colaboradores do CEDASB que estavam participando da manifestação enquanto FBAF<sup>114</sup>, o referido coletivo havia agendado uma audiência com o Secretário da Governadoria para viabilizar reunião com o governador. Mas, ao chegarem na governadoria, foram informados que não havia possibilidade de Rui Costa os receber sem previsão de agenda. Diante do ato desrespeitoso, os manifestantes começaram a articular a ocupação da governadoria. Imediatamente, o Estado acionou várias seguranças, que os atacaram com spray de pimenta. Tal episódio ainda causa consternação àqueles que presenciaram tal situação.

Ao retomar os dados da tabela 6, ratifica-se que o “desmonte” aconteceu e acontece, contraditoriamente, nos governos daqueles que a própria ASA julgava ser apoiadores da política de convivência, principalmente enquanto oportunidade de se promover novas perspectivas de desenvolvimento para a região semiárida brasileira. E quais seriam os rebatimentos concretos, no CEDASB, desse “desmonte” por detrás das suspensões orçamentárias?

Segundo seus colaboradores, o CEDASB teve de 2015 até fevereiro de 2020 cerca de 74% do quadro de funcionários reduzido. A maioria desses trabalhadores tinha relações diretas com a vida do/no campo, como filhos/filhas de agricultores, e exercia funções de técnicos/técnicas de campo com o acompanhamento do processo de implementação das tecnologias sociais e de ATER. Atualmente, a organização mantém, como já explicitado no tópico 3.2, apenas dois projetos: o Bahia Produtiva e 1ª água junto ao programa PNHR, ambos contratados com o governo do estado da Bahia; e 14 trabalhadores/as que compõem seu quadro de colaboradores.

A redução abrupta, nas duas instâncias de financiamento, impossibilitou, e até então impossibilita, que a organização faça o acompanhamento, mesmo esporádico, das famílias assistidas. A relação com as comissões municipais é mantida apenas por redes sociais e aplicativos, uma vez que não se tem recursos para arcar com os custos de locomoção até os municípios. Com o desmonte, também se concretiza a desarticulação entre as instâncias que compunham a rede nesses mais de 20 anos de existência, principalmente a relação entre as organizações e os colaboradores municipais e comunitários.<sup>115</sup>

---

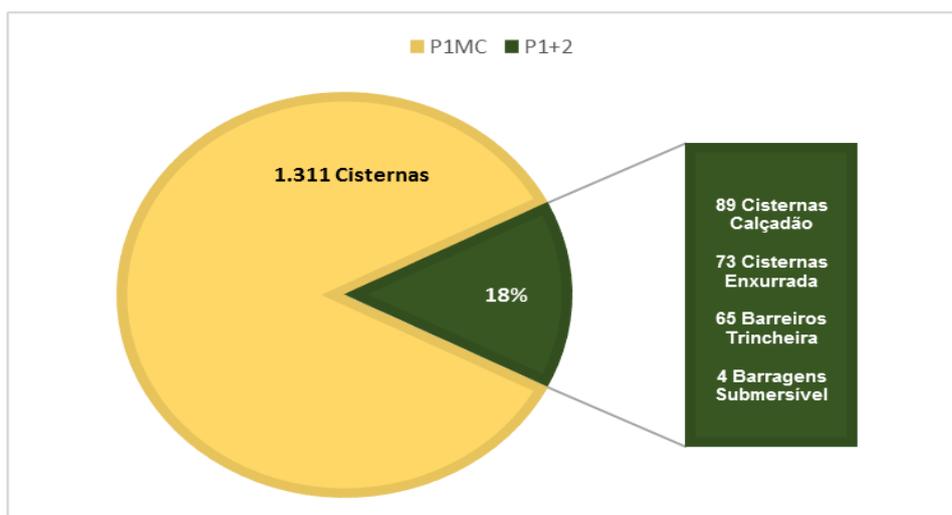
<sup>114</sup> Fórum Baiano da Agricultura Familiar.

<sup>115</sup> Informações concedidas pelos colaboradores/as do CEDASB.

Esse cenário político representa o retrocesso da luta da ASA por ações efetivas de convivência na região, que pode ser identificado também no âmbito municipal e comunitário, como já descrito nos tópicos anteriores, ao tratar da realidade de Bom Jesus da Serra e em Bom Jesus de Cima.

A concatenação dos dados levantados e sistematizados no gráfico 7 direciona a constatação da desproporcionalidade entre a cobertura dos programas P1MC e P1+2, no atendimento das famílias camponesas do município de Bom Jesus da Serra. A descontinuidade do Programa, característica do desmonte, paulatinamente, durante os governos, representa a estagnação do processo de consolidação produtiva e de subsistência que as famílias do semiárido vivenciam.

**Gráfico 7 – Percentual da cobertura do Programa P1+2 referente ao P1MC, no município de Bom Jesus da Serra, até 2020.**



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019  
Elaboração: Eliane Almeida.

O que significam 231 tecnologias sociais de subsidio à produção agrícola, em uma totalidade de 1311 unidades produtivas familiares no campo com déficit de água para produzir comida? Lógico que, com um rigor analítico, pode-se dizer que na escala local comunitária significa muito, e mais especificamente para as famílias beneficiadas, como foi minuciosamente demonstrado no tópico 4.2. Porém, na conjuntura macro é um percentual incipiente e ínfimo dada a demanda desse pequeno município.

A Comissão Executiva Municipal da ASA de Bom Jesus da Serra foi

enfática ao dizer que o impeachment de Dilma e a vitória de Jair Bolsonaro interferiram nas políticas públicas de convivência com o semiárido. Porém, a visão mais generalista desse coletivo permeava o fato da escassez dos projetos nos municípios e, conseqüentemente, nas comunidades<sup>116</sup>. Todavia, destaca-se a leitura da presidenta do STR do município sobre a questão, por sinalizar, implicitamente, a existência de um desmonte antes mesmo do golpe de 2016 ao exprimir a seguinte síntese: “só diminuiu aquilo que a gente já tinha pouco, e agora só Deus sabe como é que vai ficar daqui pra frente”<sup>117</sup>. Percebe-se nessa fala a consciência mais global das questões concernentes à política de convivência implementada nas comunidades rurais do município.

Na mesma perspectiva foi a o depoimento do agricultor Carlos, da comunidade de Bom Jesus de Cima, que externou ter medo que os programas no semiárido se acabem e, conseqüentemente, na comunidade onde mora.

[...] eu tenho medo que os próximos governos não vejam essas entidades com a importância que a gente vê. [...] por que são eles [...] que vem aqui ver as nossas necessidades. O senhor presidente não vem, o senhor deputado estadual e federal não vem. A ASA e o CEDASB não, já tem sido um parceiro [...]<sup>118</sup>.

Sistematicamente, a conjuntura atual é uma verdadeira inflexão da garantia de direitos, secundarização da agricultura camponesa e estratégia de manutenção do *status quo*, ante a segregação social. A ideia de contraposição na relação campo-cidade tão discutida e desconstruída pelos intelectuais nas últimas décadas, e de forma mais aguerrida na Geografia, tende a retornar com mais afinco, entrelaçada ao pensamento positivista de naturalização dos fatos, numa perspectiva superficial, já discutida no início desta dissertação, em que o discurso da arcaicidade e pobreza podem favorecer, mais ainda, a subtração do direito à vida no campo.

---

<sup>116</sup> Pesquisa de Campo, 2019.

<sup>117</sup> Alba. Entrevista realizada em 07 de fevereiro de 2019. Entrevistadora: Eliane Almeida.

<sup>118</sup> Entrevistado 11. Entrevista realizada em 23 de janeiro de 2019. Entrevistadora: Eliane Almeida.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa é capaz de revelar minudências de uma determinada realidade e elevá-la a um denso patamar analítico frente a totalidade social. Assim ocorreu com o estudo realizado, reverberado nesta dissertação, sobre as políticas públicas de convivência com o semiárido criadas pela sociedade civil, por meio das organizações vinculadas a ASA, em disputa contínua com o Estado neoliberal.

Percebeu-se que apreender o semiárido em todas as suas particularidades, para *a posteriori* se intervir estruturalmente no território, foi e é o grande propósito difundido pela ASA desde sua criação, em 1999, pela consolidação sociopolítica e econômica de um novo conceito e interpretação da região, que, alicerçado na convivência com a semiaridez, pudesse conotar uma contra-hegemonia ao sistema de reprodução e homogeneização do capital. É uma ideia, ao passo que também se configura como realidade em ascendência na sociedade civil, movimentos sociais e academia, na contemporaneidade.

A presente dissertação é o resultado oriundo da inquietante necessidade de entender as conjunturas as quais se consolidaram as políticas de convivência no semiárido brasileiro, especificamente, nas transições de governos ocorridas desde 2014, bem como a formatação da relação estabelecida por esses, com a ASA.

A pesquisa foi desenvolvida em um contexto de retrocesso dos direitos democráticos da sociedade brasileira, intensificado com o golpe de 2016, sob o comando da elite política, conservadora e neoliberal, alinhada aos interesses do capital internacional. Precarização das condições de trabalho; exploração do trabalhador, no que concerne ao tempo e a intensidade da ação; congelamento de possíveis melhorias na educação e na saúde, por 20 anos; cortes de programas sociais, como o Bolsa Família e Garantia Safra; aumento orçamentário para o agrobusiness, em detrimento da agricultura familiar; e suspensão dos programas de democratização da água para as famílias camponesas. Portanto, são decisões políticas que configuram um cenário vertiginoso e complexo, que exige e requer da sociedade um esforço para prospectar alternativas, e não tender a adotar e aceitar esses fatos como intransponíveis.

Por isso, frente ao “desmantelamento” das conquistas sociais alcançadas na região, no âmbito da política de convivência com os programas da Articulação,

é que esta dissertação se faz substancial para o entendimento, em diferentes escalas analíticas, do retrocesso social que o Brasil vive atualmente, em especial, dentro dessa temática.

Todavia, é mister destacar que no processo investigativo o desafio mais latente foi o de analisar a realidade concreta, por meio dos dados coletados, sob uma leitura teórica imbricada às políticas de convivência e as conflitualidades com o Estado, no que concerne à sua classe política; e, na aplicação da entrevista semiestruturada, especificamente, transpor a esfera de gratidão dos agricultores aos trabalhos desenvolvidos pelo CEDASB/ASA para apreender os limites das políticas públicas implementadas na comunidade de Bom Jesus de Cima. A visão dos mais idosos tendeu mais para o campo do agradecimento e dificilmente manifestaram, explicitamente, alguma crítica sobre os programas, as formações e a organização. O que se faz compreensível ao considerar o histórico familiar frente as mazelas da falta de água para a manutenção das necessidades básicas em tempos de outrora.

Registra-se que os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento da pesquisa, dentre os quais as entrevistas semiestruturadas, as observações sistemática e participante, os registros fotográficos e a caderneta de campo, foram substanciais para que se pudesse descrever e compreender, com minudencia, o cotidiano das famílias camponesas de Bom Jesus de Cima, bem como captar, por meio da realidade material e da oralidade, as contradições discursivas e interpretativas da região e do sujeito sujeitado, num constante exercício de conexão com a teoria.

Ao estudar comunidades tradicionais, é quase impossível não se ver envolto a várias questões que se interseccionam na configuração do seu viver e do seu ser, que acontecem em consonância e/ou em contradição com o viver e o ser de outrem. Por isso, registra-se que o foco da investigação, por vezes, desviou-se, frente às formas de resiliência e de subsunção das famílias agricultoras diante ao modo de produção capitalista. Questões acerca da relação de gênero, do acesso à terra, da mobilidade e plasticidade do trabalho, da territorialidade e identidade, da inexistência de acompanhamento técnico e agroecológico para o fortalecimento dos sistemas produtivos familiares, da prospecção de futuro dos jovens e adolescentes da localidade, e da incapacidade de atendimento de demandas pelo poder público municipal. Destarte, o retorno ao

foco se fez salutar para que se pudesse adensar e ampliar o conhecimento acerca da temática pensada desde a construção do projeto de pesquisa, em 2018.

A proposta de uma política de convivência com o semiárido emerge da necessidade de interpretar e intervir, contextualmente, no semiárido nordestino. E foi a sociedade civil organizada, nas suas várias formatações institucionais, que pautou o Estado sobre essa demanda, que inclusive era secular. Até o final do século XX, nunca se havia desenvolvido ações na região que tivessem a capilaridade social apresentada na proposta das organizações da recém constituída ASA. O que se tinha como cenário eram ações intervencionistas de grande porte, conduzidas por órgãos do Estado e pelas elites oligárquicas. Não se solucionava a questão da escassez da água nas comunidades rurais da região.

Tratava-se de transpor o positivismo naturalista referente as secas e a concentração dos recursos hídricos, enquanto desdobramento das políticas intervencionistas estatais, que continuou a condicionar a população pauperizada a situação de subserviência. Nessa perspectiva, ratifica-se que a existência da ASA e do CEDASB está intrinsecamente relacionada aos desdobramentos da ação do Estado, mas, também, no enfrentamento a essa, em suas várias configurações, no Nordeste brasileiro, e na escala regional, no semiárido nordestino.

Seria inconsistente estudar a ASA sem buscar na literatura os acontecimentos históricos, os conflitos, as contradições e a forma de atuação do Estado que, de certo modo, insuflaram o seu surgimento. Por isso, os autores e autoras utilizados/as na construção teórica deste trabalho fizeram toda a diferença na compreensão dos contextos de intervenção estatal no Nordeste brasileiro e, dessa forma, pode-se compreender a funcionalidade do campo em diferentes conjunturas. Ademais, na contemporaneidade, analisar a ASA e o CEDASB, na relação com o Estado, exige que se considere, indubitavelmente, o contexto sociopolítico que o Brasil se insere.

Nessa perspectiva é que se identifica a acentuação, no ano de 2014, da diminuição da participação do Estado nas decisões concernentes aos reais interesses da população brasileira. E nesse interim é que se pode averiguar os impactos no campo, especificamente, nas políticas de convivência, diante da instabilidade política e econômica no Brasil.

Constata-se que as transições governamentais impactaram, amplamente,

os programas de convivência com o semiárido, tanto para a ASA, numa perspectiva política e do moral<sup>119</sup>, quanto para o CEDASB, numa perspectiva institucional, e sobretudo para as famílias das comunidades camponesas, na perspectiva das condições objetivas de reprodução social.

Para a ASA, tal constatação é ratificada ao se analisar a abrupta regressão dos financiamentos públicos dos programas de convivência para o Nordeste, particularmente, a ocorrida entre o primeiro e segundo mandatos de Dilma Rousseff. No primeiro, os programas da ASA tiveram maior financiamento registrado na sua história, quase 900 milhões de reais, porém, no segundo, até 2016, registrou-se um decréscimo de 88,5% sob o valor anterior.

Na realidade, a proposta do governo Dilma era não mais manter o financiamento da política de convivência com o semiárido, por intermédio da ASA, desde o início do primeiro mandato. O intuito era fortalecer órgãos institucionais, até então reservados ao ostracismo nacional, como a CODEVASF e o DNOCS, que até hoje carregam no nome o “combate à seca”, que parece não querer cessar. Além desses, a ideia era também agregar consórcios municipais na lógica da política em questão. Tratava-se da distribuição de cisternas de polietileno por todo o semiárido, com a alegação de ser mais prático e rápido o processo de instalação desses reservatórios. As cisternas de placas foram, nesse momento, entendidas como entrave a universalização e democratização do acesso à água no Nordeste.

Foi absolutamente contraditória e dialética essa conjuntura. Os estudos dos tecnicistas do governo Dilma, somados ao tecnicismo da própria presidenta, permitiram aludir, de certo modo, o processo ocorrido em tempos de outrora. Como em 1909, quando se criou o IFOCS e seus sucessores, até a SUDENE, e que não promoveram mudanças de relevância social para a classe trabalhadora do campo nordestino. O governo Dilma quis, a qualquer custo, a instalação de 750 mil reservatórios de forma célere até o fim do seu mandato, em 2014, e não acreditou ser possível atingir tal meta por meio do processo adotado pela ASA.

As organizações da ASA se deram conta que somente por meio do enfrentamento, mais incisivo, é que se poderia garantir a continuação dos programas criados pela sociedade civil e famílias camponesas. E somente com adoção de uma postura mais firme e de críticas mais fundamentadas, como

---

<sup>119</sup> Ao que se refere ao ânimo e a disposição.

registrado na manifestação realizada em Juazeiro e Petrolina em 2011, é que se conseguiu garantir convênios para a construção de 450 mil cisternas de placas, no primeiro mandato da presidenta. Por outro lado, teve que “relevar”, mesmo na consternação, as quase 300 mil contratadas nesse governo, que custaram quase o dobro dos recursos investidos nas cisternas de placas da ASA.

É nessa conjuntura que se iniciou o desmonte dos programas da ASA e, conseqüentemente, da política de convivência com o semiárido brasileiro. Por outro lado, emerge, novamente, o clientelismo velado na decisão de inserir o sertanejo em uma política pública, sem processo de mobilização e formação, com intervenções direta do poder público municipal, por exemplo.

A diminuição dos financiamentos foi agravada em 2016, com a instauração do golpe. Verifica-se que, no governo Michel Temer, o desmonte é consolidado com a redução de 94% dos recursos, em comparação ao total investido nos programas entre os anos de 2011 a 2014, e 52,4%, se comparado ao valor liberado em 2015. Já no governo de Jair Bolsonaro inexistente orçamento para as ações supracitadas no Nordeste, o que se configura como cenário dramático para as organizações, que há mais de 20 anos têm construído um projeto de sociedade sob o viés da convivência e da conscientização sociopolítica de milhares de famílias camponesas do semiárido nordestino.

No âmbito regional, tem-se o CEDASB, uma OSC integrante da ASA, que diante dos contextos supracitados também sofreu com os impactos do desmonte, que se reverberou no cotidiano das práticas por ela desenvolvidas. Desde 2015, a organização não executa projetos de convivência, com o aporte federal, como o P1MC e o P1+2. Apenas os programas Cisternas nas Escolas e Sementes do Semiárido, executados entre 2015 e 2016, com 188 e 33 implementações, respectivamente; e 73 implementações nas escolas do campo, no ano de 2017.

Pontualmente, o CEDASB, nos anos de 2010, 2013, 2015 e 2018, executou 2.348 tecnologias sociais de primeira água (consumo), segunda água (produção), Cisternas nas escolas e Bancos de sementes, por meio da iniciativa privada, como o IABS, PETROBRAS, FBB e BNDES. No cenário estadual observa-se que, de 2015 até fevereiro de 2020, não houve nenhuma chamada pública do Programa Água para Todos no que concerne a construção de cisternas de placas no campo baiano, ao menos que tenha a participação das OSC's vinculadas a ASA. O governo de Rui Costa preocupou-se em garantir,

minimamente, chamadas de ATER ou projetos relacionados ao fortalecimento de cadeias produtivas, mas no sentido de responder ao Banco Mundial, como é o exemplo do projeto Bahia Produtiva. Porém, como trabalhar integralmente uma unidade familiar agrícola sem que a família tenha acessado elementos que lhe garantem a possibilidade de produzir, como é o caso das tecnologias de segunda água? É uma estratégia que não dá certo, não é efetiva e que denota ser elaborada para que não se progrida, no intuito de garantir a permanência da desigualdade que justifique a existência do próprio Estado.

Ao tirar do montante de ações que o CEDASB executou, com recursos do governo estadual, como o Projeto Palmas, que consiste em colher e distribuir palmas para 1.400 famílias, e as 24 associações onde se presta assessoria em ATER, o que fica refere-se ao acompanhamento técnico de 720 unidades produtivas familiares. Ou seja, foi o pior governo, se comparado aos anteriores, para a política de convivência com o semiárido, na contramão do discurso, uma vez que nesse governo é que se promulgou a Lei de Convivência com o semiárido, em 2017.

Averiguou-se que, institucionalmente, o CEDASB encontra-se em situação de atuação mínima no campo. O quantitativo de projetos em execução é de apenas dois e registrou-se o menor corpo efetivo desde sua criação em 2006, com 14 trabalhadores/as, até fevereiro de 2020. Uma conjuntura desanimadora para uma organização que entre os anos de 2011 a 2014 tinha uma folha com 54 trabalhadores registrados, reduzido para 31 em 2015. A instituição mostra-se ciente do quadro desfavorável, principalmente pela quase impossibilidade de se manter com o governo federal e também com o governo Rui Costa, um diálogo construtivo de se retomar o que se perdeu no meio do caminho, a própria política de convivência com o semiárido.

O estudo realizado na escala local, especificamente, sobre o trabalho do CEDASB nos últimos 10 anos na comunidade de Bom Jesus de Cima, mostra que houve avanços significativos para as famílias inseridas nas políticas de convivência, mas, também, revela os limites da ampliação do acesso as mesmas.

Constata-se que todas as famílias da comunidade, que são cerca de 30, têm ao lado de sua residência uma cisterna, construídas majoritariamente pelo CEDASB, por meio do programa P1MC. Essa abrangência modificou a relação das famílias com o tempo e reconfigurou o seu cotidiano, especialmente o das

mulheres, que foram as mais afetadas na busca por água. Além disso, houve a redução da mortalidade infantil na comunidade após a implementação do programa, depois de não precisar consumir água contaminada. E não menos importante, a apreensão das famílias de que, com reservatórios adequados, maior seria a possibilidade de se armazenar água das chuvas. Então, as condições que lhes eram impostas se referiam a questões políticas e não da natureza.

A ampliação das perspectivas alimentares, nutricionais, e a melhoria da renda de algumas famílias tornaram-se realidade com o P1+2, dentro dos fatores externos limitantes. Houve a revalorização do patrimônio genético familiar, que são as sementes originais, também chamadas crioulas, por meio do Banco Comunitário de Sementes. Atualmente, a maioria das famílias da comunidade não compra sementes na cidade, pois elas trocam entre si, pegam emprestado no banco de sementes e devolvem o dobro de sementes que retiraram. Uma lógica de administrar algo que se sabe a procedência e qualidade.

No entanto, os resultados mais significantes permeiam a diversidade e qualidade de alimentos que as famílias conseguiram garantir depois do P1+2, por terem por mais tempo água armazenada para a devida finalidade. Ainda, destaca-se a venda do excedente produtivo na comunidade, na região circunvizinha, e na feira livre da sede do município de Bom Jesus da Serra, que garante às famílias, minimamente, o complemento de renda que oscila entre 40 a 100 reais mensais. A inexistência de ATER é uma realidade que limita o potencial organizativo da produção das famílias e, dessa forma, conseguem apenas garantir o mínimo de rendimento com o excedente produzido.

Por outro lado, nota-se que, sem confluência de todas as políticas de convivência, o processo não atinge a efetividade necessária para a melhoria integral das condições de reprodução social das famílias. Por exemplo, a urgência de um acompanhamento técnico para o estímulo e formação produtiva; o subsídio da estruturação espacial para o processo produtivo; a consistência e continuidade dos programas PAA e PNAE, para abarcarem a produção agrícola agroecológica da comunidade.

O financiamento intermitente das políticas públicas de convivência impossibilita o fortalecimento efetivo das famílias agricultoras, quando não têm o acesso as tecnologias sociais trabalhadas pelas organizações da ASA. A realidade em Bom Jesus de Cima ratifica essa assertiva, pois de 30 famílias

apenas 11 foram beneficiadas com as tecnologias de suporte à produção agrícola do programa P1+2. As demais estão a mercê do Estado em dotar recursos para que as organizações possam trabalhar, uma vez que não há outras fontes de financiamentos.

Pode-se dizer que a dependência que a ASA e o CEDASB têm dos financiamentos federais e estaduais se configura como maior gargalo de se progredir, com autonomia, na implantação da política de convivência. E, desse modo, a disputa no campo político torna-se uma constância, o que pode, inclusive, exaurir as forças da sociedade civil combatente.

Todavia, qual seria a outra estratégia de se garantir a democratização do acesso à água das famílias camponesas do semiárido nordestino, se não for pelo enfrentamento com o Estado, o capital e a sociedade política que o representa?

Embora a realidade concreta em sua materialidade e imaterialidade mostre que o Estado condiz com as elucubrações dos teóricos clássicos, do ponto de vista da coerção, regulação, mediação e normatização da vida social, por outro lado, com a formatação social e econômica engendrada na contemporaneidade da sociedade do século XXI, não dá para apreendê-lo somente nessa perspectiva monolítica, de estar a serviço do capital. O Estado abarca, de fato, todas essas definições, mas não somente elas.

O Estado é também o campo da disputa de interesses de classe, que subentende projetos distintos de sociedade, que se complexificam quando se tem de um lado uma sociedade civil, que se apresenta enquanto um “guarda-chuva” de organizações privadas sem fins lucrativos, de intencionalidades diversas que só podem ser mensuradas por meio dos seus objetivos impressos em sua práxis social; e de outro lado, a classe política que, majoritariamente, é composta por representantes da burguesia que respondem a si própria e ao capital. A disputa por orçamento é um exemplo dessa “arena”, em que a ASA e o CEDASB ora logram êxito e ora não. Na totalidade, trata-se de projetos distintos de sociedade, por isso, as dificuldades de consolidação e continuidade de ações estruturantes.

Como se tem clareza de que não há um caminho para construir, na sociedade capitalista, gerenciada pelo Estado, uma sociabilidade que se almeja, o que se pode ousar fazer é incomodar, pautar, publicitar, negociar, consternar, por meio da disputa. Embora se tenha uma sociedade civil multifacetada, com organizações de todos os formatos, o que as definem e/ou classificam são os

seus objetivos atrelados às suas práxis social.

Percebe-se que os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil, como mencionou Fontes (2010), deixaram suas características anticapitalistas sucumbirem à luta por objetivos imediatos. E, de fato, procede tal assertiva, quando se analisa a ASA, no âmbito da pauta maior que é a exploração do trabalho pelo capital. Luta-se por questões que, de fato, transformaram a realidade dos sujeitos, pois, de certa forma, revolucionaram seu cotidiano. Contudo, imergidos no ativismo da execução, se esvai, imperceptivelmente, a “gana” revolucionária, no âmbito macro social. Não quer dizer que não existam, mas que foram sucumbidas pelas imposições impressas, principalmente, nas condições contratuais dos financiamentos estatais e privados.

O mais efetivo movimento contra-hegemônico que OSC's e movimentos sociais podem realizar é o da formação crítica emancipatória. Como sinaliza Abdalla (2019), em sua análise conjuntural, a estratégia é trabalhar a realidade na perspectiva crítica, por meio do materialismo e da dialética social. A estratégia deve ser construída e alicerçada sob os princípios que definem os objetivos fins. Por isso, ocupar o poder institucionalizado deve ser também parte da estratégia, para que se tornem maioria, nesse poder institucionalizado, os anseios populares. O que é complexo e difícil num regime democrático fragilmente corruptível, mas é um caminho que já faz parte da estratégia da ASA por exemplo, mas não é o mais importante. O principal é a continuidade da conscientização emancipatória da base social, a classe trabalhadora, difusa nas várias estratificações da sociedade.

Acredita-se que nem foram tanto as cisternas, na sua materialidade, que mais incomodaram a classe política e oligárquica do Nordeste, e do Brasil, mas a formação crítica realizada, principalmente, nos primeiros anos do seu surgimento. A formação emancipatória desestruturou o clientelismo existente no semiárido nordestino e foi assim que a sociedade política se viu mais sistematicamente questionada para ter que dar respostas à parcela da sociedade geralmente reservada ao ostracismo.

Constata-se que as organizações da sociedade civil são elementos de importância inconteste no movimento contra-hegemônico. Porém, tem a lacuna advinda da própria estratificação das lutas, a qual se configura também um gargalo a ser superado entre os movimentos sociais. Embora cada qual tenha um *know-how*, são necessários estratégias que definam os rumos da luta pela

superação do sistema, para não se verem digladiar entre si pela garantia de direitos. Os únicos “inimigos” em comum são o Estado e o capital, e são eles que precisam ser, estrategicamente, combatidos e superados.

Contudo, as políticas de convivência com o semiárido são e continuarão a ser instrumentos políticos e ideológicos, que prospectam nova sociabilidade entre os sujeitos, e esses com a natureza, com potencialidade de desenvolvimento de auto-gestão produtiva e consolidação de uma economia alicerçada no bem comum. Pode até soar utópico, mas diante da barbárie social e do desmonte consolidado das políticas públicas de convivência com o semiárido, a utopia é o acalento e o combustível dos sujeitos revolucionários.

## REFERÊNCIAS

- ABDALLA, Maurício. Em busca da funda de Davi: uma análise de conjuntura estratégica. **Iserassessoria**. Publicado em 10 dez. 2019. Disponível em: <http://iserassessoria.org.br/em-busca-da-funda-de-davi/>. Acesso em: 27 jan. 2020.
- ALMEIDA, Eliane. **A Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) enquanto instrumento político e ideológico**. O caso da comunidade de Poço Comprido no município de Vitória da conquista/BA. 2011. 69f. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Departamento de Geografia. Universidade Estadual do Sudoeste (UESB). Vitória da conquista/BA, 2011
- ALVES, Giovani. Neodesenvolvimentismo, choque de capitalismo e precarização do trabalho no Brasil (2003-2013). In: CORSI, Francisco Luiz *et al.*(org.) **Economia e sociedade: o Brasil e a América Latina na conjuntura de crise do capitalismo global**. Marília/SP: Cultura Acadêmica. 2014. p. 23-42.
- ALVES, Joaquim. **História das secas** (séculos XVII a XIX). Mossoró: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte/Escola Superior de Agricultura de Mossoró/Fundação Guimarães Duque (Coleção Mossoroense, v.225). 1982.
- ALMEIDA, Katia Rocha. **Emancipação municipal e transformações socioespaciais: Os casos de Bom Jesus da Serra e Caetanos**. 2014. 238f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014.
- ANDRADE, Manuel Correia. **O Nordeste e a Questão Regional**. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- \_\_\_\_\_. Formação Econômico-social e Processos Políticos no Nordeste Brasileiro. In: MARANHÃO, Sílvio. (org.). **A Questão Nordeste**. Estudos sobre formação Histórica, Desenvolvimento e Processos Políticos e Ideológicos. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1984, p. 31-40.
- \_\_\_\_\_. **Estado, Capital e Industrialização do Nordeste**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981.
- ARAUJO, Tânia Bacelar de. Industrialização do Nordeste: Intenções e Resultados. In: MARANHÃO, Sílvio. (org.). **A Questão Nordeste**. Estudos sobre formação Histórica, Desenvolvimento e Processos Políticos e Ideológicos. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1984, p. 71-82.
- ASABRASIL. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br>, acesso: 26 nov. 2018.
- ASABRASIL. **Tecnologias Sociais para a convivência com o semiárido**. Série Estocagem de água para a produção de alimentos. Cisterna Calçadão. 10ª edição. Recife. ASACom. 2014.
- \_\_\_\_\_. **Tecnologias Sociais para a convivência com o semiárido**. Série Estocagem de água para a produção de alimentos. Cisterna Enxurrada. 6ª edição.

Recife. ASACom. 2014.

\_\_\_\_\_. **Tecnologias Sociais para a convivência com o semiárido.** Série Estocagem de água para a produção de alimentos. Barreiro Trincheira. 5ª edição. Recife. ASACom. 2014.

\_\_\_\_\_. **Tecnologias Sociais para a convivência com o semiárido.** Série Estocagem de água para a produção de alimentos. Barragem Subterrânea. 7ª edição. Recife. ASACom. 2014.

\_\_\_\_\_. **Tecnologias Sociais para a convivência com o semiárido.** Série Estocagem de água para a produção de alimentos. Bomba D'água Popular. 3ª edição. Recife. ASACom. 2019.

\_\_\_\_\_. **Nota Pública da ASA sobre os Cortes Orçamentários nas Políticas Públicas do Brasil.** 27 de novembro de 2017. Disponível em: [http://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/Nota\\_Pblica\\_Cortes\\_Oramentrios.pdf](http://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/Nota_Pblica_Cortes_Oramentrios.pdf). Acesso: 04 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **Programa Cisternas nas Escolas.** Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/acoes/cisternas-nas-escolas>. Acesso em: 29 de mar. 2019.

\_\_\_\_\_. **Programa uma terra e duas águas (P1+2).** Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2>. Acesso em: 29 de mar. 2019.

\_\_\_\_\_. **Programa de manejo da Agrobiodiversidade (Sementes do Semiárido).** Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/acoes/sementes-do-semiarido>. Acesso: 29 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. **Programa de formação e mobilização social para a convivência com o semi-árido:** Um milhão de cisternas rurais – P1MC. Recife, 2002. 80p.

\_\_\_\_\_. **Declaração do Semiárido.** 1999. Disponível em: [https://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/DECLARACAO\\_DO\\_SEMI-ARIDO.pdf](https://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/DECLARACAO_DO_SEMI-ARIDO.pdf). Acesso: 5 jan. 2019.

ASSIS, T. R.P. **Sociedade Civil, Estado e Políticas Públicas:** reflexões a partir do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) em Minas Gerais. 2009. 146 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de ciências Humanas e sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2009.

AURÉLIO, Dicionário. Significado de dessedentar. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/dessedentar>>. Acesso em 20 ago. 2018.

BAHIA. **Regionalizações.** Disponível em: [www.sei.gov.ba.br](http://www.sei.gov.ba.br). Acesso: 21 nov. 2019

\_\_\_\_\_. Secretaria de Comunicação do estado da Bahia. Assinado decreto que regulamenta Lei de Convivência com o Semiárido. 21 set. 2017. Disponível em: <http://www.secom.ba.gov.br/2017/09/141370/Rui-assina-decreto-que->

regulamenta-Lei-de-Convivencia-com-o-Semiarido. Acesso: 22 fev. 2020.

BAPTISTA, Naidison; CAMPOS, Carlos. Por um modelo sustentável de desenvolvimento no semiárido. *In*: CONTI, Irio L. *et al.* (Org.). **Construindo saberes, cisternas e cidadania**: Formação para a convivência com o semiárido brasileiro. Ed. IABS, Brasília-DF, 2014. p. 53-54.

\_\_\_\_\_. Caracterização do semiárido brasileiro. *In*: CONTI, Irio L *et al.* (Org.). **Convivência com o Semiárido Brasileiro**: Autonomia e Protagonismo Social. Ed. IABS, Brasília-DF, 2014. p. 55-62.

\_\_\_\_\_. A convivência com o semiárido e suas potencialidades. *In*: CONTI, Irio L.; SCHROEDER, Edni O. (Org.). **Convivência com o Semiárido Brasileiro**: Autonomia e Protagonismo Social. Ed. IABS, Brasília-DF, 2014. p. 63-70.

BARBOSA, A. G. “Água é direito”. 2012. *In*: **Blog Territórios Livres do Baixo Parnaíba**. Disponível em: <<http://territorioslivresdobaixoparnaiba.blogspot.com>>. Acesso: 13 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Debatendo o Semiárido II – Seca de 1991 a 1993. A ocupação da SUDENE como marco da vida dos povos do semiárido. 2014. **Blog O Semiárido é Belo**. Disponível em: <<http://osemiaridoebelo.com> >. Acesso: 17 ago. 2018.

BLUME, B.A. Não vai ter golpe! Mas calma, o que é um golpe? **Politize**. Publicado em 24 de março de 2016. Disponível em: <http://www.politize.com.br/nao-vai-ter-golpe-entenda-o-que-e-golpe-de-estado/>. Acesso: 22 ago. 2018.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**. Para uma teoria geral da política. 14ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007. 172p.

BONI, V; QUARESMA, S. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**. Santa Catarina, vol. 2 no 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article>. Acesso: 3 ago.2018.

BORRIELLO, Nilo. Cálculo Amostral: como calcular o número de indivíduos necessários para uma pesquisa quantitativa? 2014. *In*: **Blog Comentto**: pesquisa de mercado. Disponível em: <https://comentto.com/blog/calculo-amostal-como-calcular-o-numero-de-individuos-necessarios-para-uma-pesquisa-quantitativa/> Acesso: 18 out. 2019.

BORRIELLO, Nilo. Calculadora Amostral. 2014. *In*: **Blog Comentto**: pesquisa de mercado. Disponível em: <https://comentto.com/calculadora-amostal/>. Acesso: 18 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.884 de 18 de junho de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nos 13.334, de 13 de setembro de 2016, 9.069, de 29 de junho de 1995, 11.457, de

16 de março de 2007, 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 11.952, de 25 de junho de 2009, 10.559, de 13 de novembro de 2002, 11.440, de 29 de dezembro de 2006, 9.613, de 3 de março de 1998, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.346, de 10 de outubro de 2016; e revoga dispositivos das Leis nos 10.233, de 5 de junho de 2001, e 11.284, de 2 de março de 2006, e a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/229997309/artigo-1-da-medida-provisoria-n-886-de-18-de-junho-de-2019>. Acesso em: 3 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. Medida Provisória 870/2019 de 01 de janeiro de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/671147268/medida-provisoria-870-19>. Acesso em: 12 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. Portal da Transparência. Acesso: 16 set. 2019.

\_\_\_\_\_. SESAB. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Modelo de Tecnologia Social de acesso à água nº 01. Cisternas de placas de 16 mil litros. Instrução Operacional SESAN nº 2. SESAB, 2017

\_\_\_\_\_. SESAB. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Modelo de Tecnologia Social de acesso à água nº 02. Cisterna Calçadão de 52 mil litros. Instrução Operacional SESAN nº 11. SESAB, 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Integração Nacional. SUDENE. Resolução nº 115/2017 de 23 de novembro de 2017. Acréscimo de municípios na região semiárida. Fortaleza, CE. Dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Integração Nacional. SUDENE. Resolução nº 107/2017 de 27 de julho de 2017. Critérios técnicos e científicos para delimitação do Semiárido Brasileiro e procedimentos para revisão de sua abrangência. Recife, PE. Jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Emenda Constitucional nº 95, 15 dez. 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/540698/publicacao>. Acesso: 3 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei 13.019 de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm). Acesso: 02 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 125 de 3 de janeiro de 2007. Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Brasília, 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp125.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp125.htm). Acesso: 3 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. Cartilha: Nova delimitação do semi-árido brasileiro. Ministério da Integração, 2005. Disponível em <https://www.docsity.com/pt/nova-delimitacao-do->

semi-arido-brasileiro/4782461. Acesso: 4 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Medida Provisória nº 2.146-1 de 4 de maio de 2001. Cria as Agências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, extingue a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/MPV/2146-1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2146-1). Acesso: 3 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.827 de 27 de setembro de 1989. Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências. Brasília. 1989. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7827.htm). Acesso: 3 de mai. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.486 de 28 de dezembro de 1945. Dispõe sobre a reorganização da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (I.F.O.C.S.), que passa a denominar-se Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (D. N. O. C. S.). Rio de Janeiro. 1945. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del8486.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del8486.htm). Acesso: 3 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 175 de 7 de janeiro de 1936. Regula o disposto no art. 177 da constituição. Rio de Janeiro. 1936. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-175-7-janeiro-1936-505857-publicacaooriginal-76071-pl.html>. Acesso: 3 de mai. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 2.050 de 31 de dezembro de 1908. Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1909, e dá outras providencias. Lex: Coleção de Leis do Brasil de 1908, Rio de Janeiro. 1908. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/543824/publicacao/15714058> Acesso: Acesso: 20 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto 1.396, de 10 de outubro de 1905. Dispõe sobre as despesas a fazer com a construção de obras preventivas dos efeitos das seccas que periodicamente assolam alguns Estados do Norte. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1396-10-outubro-1905>. Acesso: 20 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 884, de 1º de outubro de 1856. Fixando a despesa e orçando a receita para o exercício de 1857-1858. **Lex:** Coleção das Leis do Império do Brasil de 1856, Rio de Janeiro, Tomo XVII. Parte I. 1856.

BROCHARDT, Viviane S. **A comunicação popular na construção de políticas públicas de acesso à água no semiárido:** a experiência da ASA. 2013. 231f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de pós-graduação em Comunicação (PPG-Comunicação). Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política.** 2ª ed. Campinas: Papyrus, 1988. 339p.

CARTA CAPITAL. TCU pede explicações a Dilma por 'pedaladas fiscais'. 2015f.

Disponível em: <<http://cartacapital.com.br/economia/tcu-pede-explicacoes-a-dilma-por-pedaladas-fiscais-9272.html>>. Acesso: 26 jul. 2018.

CARTA CAPITAL. As caixas d'água de Bezerra. Disponível em: <<http://cartacapital.com.br/economia/tcu-pede-explicacoes-a-dilma-por-pedaladas-fiscais-9272.html>>. Acesso: 26 jul. 2018.

CASTRO, Iná Elias de. Seca versus Seca. Novos interesses, Novos territórios, Novos discursos no Nordeste. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1996.

CEDASB. **Título de Utilidade Pública Municipal**. Vitória da Conquista/BA. Câmara Municipal de Vitória da Conquista. 2007. Disponível em: <https://camara-municipal-da-vitoria-da-conquista.jusbrasil.com.br/legislacao/594716/lei-1445-07>. Acesso: 02 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. **Título de Utilidade Pública Estadual**. Salvador/BA. Assembleia Legislativa da Bahia. 2008. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-10982-de-30-de-abril-de-2008>. Acesso: 02 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. **Estatuto Social**. Vitória da Conquista/BA. 2019

\_\_\_\_\_. **Arquivo documental do CEDASB**. Vitória da Conquista/BA. 2019

CODEVASF. **Pregão eletrônico**. Disponível em: [http://licitacao2.codevasf.gov.br/licitacoes/sede-brasilia-df/pregao\\_eletronico/editais-publicados-em-2013/edital-105-13-cisternas/inde](http://licitacao2.codevasf.gov.br/licitacoes/sede-brasilia-df/pregao_eletronico/editais-publicados-em-2013/edital-105-13-cisternas/inde). Acesso: 9 fev. 2020.

COLOGNESE, S. A.; MÉLO, J. L. B. de. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 143 – 159, 1998.

COLOMBO. Laudicélia, A. O auge e o declínio: a trajetória institucional da Sudene e o futuro do planejamento no Nordeste. **Revista de Ciências Sociais**. Instabilidade política e quedas presidenciais na América Latina. Fortaleza, v.49, n. 1, p.375-399, mar./jun., 2018

CORSI, F. L. As razões do baixo crescimento e os limites do governo Dilma. In: Francisco Luiz Corsi *et al.* **Economia e sociedade: o Brasil e a América Latina na conjuntura de crise do capitalismo global**. Marília/SP: Cultura Acadêmica. 2014. P. 257-274.

COUQUEIRO, José da Rocha. **As experiências de captação de água de chuva realizadas pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) nas comunidades Pau Branco e Tanque de Claudiano no município de Riacho de Santana-BA, de 2005 a 2015: limites e possibilidades**. 2016. 204f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. São Paulo, 2016.

DIEGUES, A.C. Sociedades e comunidades sustentáveis. 2003. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/comsust.pdf>. Acesso: 28 jun. 2019.

DUTRA, C.K.T. **O papel da Articulação semiárido Brasileiro (ASA) e o Programa Um Milhão de cisternas (P1MC) no Semiárido Potiguar.** 2017. 132f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Centro de Biociência (CB). Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal, 2017.

EL PAIS BRASIL. Câmara aprova terceirização para todas as atividades. Entenda o que muda. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/21/politica/htm> Acesso: 25 jun. 2018.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Tradução de Ciro Mioranza. São Paulo/SP. Editora Escala (Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal – 2)

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST.** São Paulo, Editora Cortez, 2001. – (Coleção Questões da Nossa Época; v. 92)

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo.** Teoria e história. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010. 384p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed. – São Paulo, Editora Atlas, 2002.

GODOY, Arilda Schimidt. Pesquisa Qualitativa: Tipos fundamentais. *In: Revista de Administração de Empresas.* São Paulo, v.35, n.3, p. 20-29. mai./jun.1995.

GOHN, M. G. Sociedade civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs. **Revista Meta: avaliação,** Rio de Janeiro: v 5, n. 14, 2013, p 238-253.

IBGE. **Sidra:** Banco de dados sobre Produto Interno Bruto 1999 e 2014. Disponível em:<http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso: 20 fev.2020.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010:** resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios, n.17-Bahia Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico,** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo2010/>. Acesso: 05 mai. 2012.

\_\_\_\_\_. **Sidra:** Banco de dados sobre Produto Interno Bruto 1999 e 2014. Disponível em:<http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso: 05 mai. 2012.

IRPAA. **Comunicação do IRPAA.** Bahia regulamenta Lei de Convivência com o Semiárido. Disponível em: <https://irpaa.org/noticias/1712/bahia-regulamenta-lei-de-convivencia-com-o-semiarido>. Acesso: 22 fev. 2020.

JESUS, Alex de. **A produção do espaço agrário no Sudoeste da Bahia: a**

contribuição da Articulação no Semi-árido para a permanência do camponês na terra. 2009, 68f. Monografia (Licenciatura em Geografia) Departamento de Geografia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2009.

LISBOA, Josefa Bispo de. **A trajetória do discurso de desenvolvimento para o Nordeste:** políticas públicas na (dis)simulação da esperança. 2007, 272f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2007.

MADERO, Carlos. Mais caras, cisternas de plástico doadas pelo governo deformam no semiárido e são alvo de críticas. **Notícias UOL**, Macéio, 18 mar. 2012. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/03/18/mais-caras-cisternas-de-plastico-doadas-pelo-governo-deformam-no-semiarido-e-sao-alvo-de-criticas>. Acesso: 16 fev. 2020.

MALVEZZI, Roberto. O incomodo do Censo Agropecuário. 19 de outubro de 2009. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/8405>. Acesso em: 6 jul. 2011.

\_\_\_\_\_. **Semiárido - uma visão holística.** Brasília: Pensar Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. Fazer água. In: CÁRITAS BRASILEIRA; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (org.). Fian/Brasil. **Água de Chuva:** o segredo da convivência com o Semi-Árido Brasileiro. 2ª ed. São Paulo, Paulinas, 2001. P.25-40.

MARANHÃO, Sílvio. (org.). **A Questão Nordeste.** Estudos sobre formação Histórica, Desenvolvimento e Processos Políticos e Ideológicos. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1984.

MARCONI, M. A; LACATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa.** 6ª ed. São Paulo, Editora Atlas, 2007.

MARTINS. José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** 2ª Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1983.

MATTOS. Beatriz H.O.M. **Educação no Campo e práticas educativas de convivência com o semiárido:** a Escola Família Agrícola Dom Frágoso. 2010. 246f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

MENDONÇA, S. R. Estado e Sociedade. In: MATTOS, M. B. (Org.). **História:** pensar e fazer. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998. Cap. I. p. 13-32.

MENDONÇA; ALESSI. Câmara aprova terceirização para todas as atividades. Entenda o que muda. **El País.** 21 mar. 2017. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/21/politica/htm>> Acesso em: 25 de julho de 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social:** teoria,

método e criatividade. 21ª ed. Petrópolis-RJ, Editora Vozes, 2002. p. 9-29.

MEMÓRIAS DA seca de 1932. Direção de Fram Paula e Karla Samara. Produção **Uzina Vídeo**. Apoio: Centro de Defesa dos Direitos Humanos Antônio Conselheiro. Pedra Branca/CE. 2017. Vídeo (19m15seg)

MORAES, A.C.R.; COSTA, V. M da. **A valorização do espaço**. 2ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MPF volta a dizer que “pedaladas” de Dilma não configuram crime. **Pragmatismo Político**. Publicado em 15 de julho de 2016. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/07/mpf-volta-a-dizer-que-pedaladas-de-dilma-nao>. Acesso: 20 jul. 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

\_\_\_\_\_. Geografia Agrária: Perspectiva no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo (Org.). **O Campo no século XXI: território de vida e de concentração da justiça social**. São Paulo. Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004, p. 29-70.

\_\_\_\_\_. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

\_\_\_\_\_. **A Geografia das lutas no campo**. 6ª Ed. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**. Sudene, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. **Crítica à razão dualista - O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ONU. **O Sistema das Nações Unidas**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/organismos/organograma/>. Acesso: 15 out. 2019.

PASSOS, Najla. Na 'guerra das cisternas', 15 mil protestam no sertão contra governo. **Carta Maior**. 20 de dezembro de 2011. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Movimentos-Sociais/Na-guerra-das-cisternas-15-mil-protestam-no-sertao-contra-governo/2/18388>. Acesso: 18 fev. 2020.

PEREIRA, Eugênia da Silva. **“Uma andorinha só não faz verão”**: limites e possibilidades das práticas educativas da articulação semiárido brasileiro na microrregião de Guanambi/BA. 2015. 139f. Relatório Técnico (Mestrado Profissional em Educação do Campo), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Amargosa, 2015.

PERRUCCI, Gadiel. A Formação Histórica do Nordeste e a questão Regional. In: MARANHÃO, Sílvio. (org.). **A Questão Nordeste**. Estudos sobre formação Histórica, Desenvolvimento e Processos Políticos e Ideológicos. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1984, p. 15-26.

PESSINI, L; SGANZERLA, A. Evolução histórica e política das principais conferências mundiais da onu sobre o clima e meio ambiente. In: Revista Iberoamericana de Bioética. **Bioética: Puentes de futuro**. n. 1, 2016, p. 1-14. Disponível em: <https://revistas.comillas.edu/index.php/bioetica-revista-iberoamericana/>. Acesso: 14 out. 2019.

POLLETO, Ivo. Da indústria da seca para a convivência com o Semi-Árido brasileiro. In: CÁRITAS BRASILEIRA; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (org.). Fian/Brasil. **Água de Chuva: o segredo da convivência com o Semi-Árido Brasileiro**. 2ª ed. São Paulo, Paulinas, 2001. p. 9-24.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RESENDE, Thiago. Senado conclui aprovação da reforma da Previdência; novas regras entram em vigor após promulgação. **Folha**. Publicado em 23 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/senado-conclui-aprovacao>. Acesso: 04 nov.2019.

RIBEIRO, Ricardo Allagio. **A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-EUA**. 2006. 375 f. Tese (Doutorado em Ciências Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

SAMPAIO JR, Plínio de A. Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out/dez. 2012.

SANTANA, Raimundo. A problemática cisterna de PVC. **Ciencia e Cultura**. 15 abr. 2013. Disponível em: <http://www.cienciaecultura.ufba.br/agenciadenoticias/noticias/a-problematica-cisterna-de-pvc>. Acesso: 24 fev. 2020.

SANTOS, T. A. **Articulação Semiárido Brasileiro (ASA BRASIL): A convivência com o semiárido e a construção de um regionalismo de resistência**. 2015. 232 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SASSINE, Carlos. Cisternas sob suspeita: TCU suspende pregão de 600 milhões. **O Globo**. 31 ago. 2013. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/cisternas-sob-suspeita-tcu-suspende-pregao-de-600-milhoes-9767329>. Acesso: 16 fev. 2020.

SHANIN, Teodor. **La classe Incomoda**. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SILVA, L.P. **Para uma realidade complexa, um olhar plural: uma análise das relações socioeconômicas do Semiárido**. 2014. 73f. Monografia (Bacharel em Economia). Departamento de Ciências Sociais Aplicada. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2014.

SILVA, Roberto Marinho A. **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**.

2006. 298f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SILVA, Vicente Gil. **A Aliança para o progresso para o Brasil: De propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964)**. 2008. 248 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2008

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand. 1988. 250p.

TAVARES, M. C; ANDRADE, M. C; PEREIRA, R. R. (Org.). **Seca e Poder - Entrevista com Celso Furtado**. 1º ed. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

TESOURO NACIONAL. **Transferências a estados e municípios**. Disponível em <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/transferencias-a-estados-e-municipios>. Acesso: 19 fev.2020.

VITÓRIA DA CONQUISTA. Lei 1.445, de 30 de agosto de 2007. Declara de utilidade pública o Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia – CEDASB. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/19908550/lei-n-1445-de-30-de-agosto-de-2007-do-municipio-de-vitoria-da-conquista>. Acesso em: 30 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei 10.982, de 30 de abril de 2008. Declara de utilidade pública a CEDASB - Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia, com sede e foro no município de Vitória da Conquista. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-10982-de-30-de-abril-de-2008>. Acesso em: 30 out. 2019.

ZAVALA, Rodrigo. CPI das ONGs confunde e arranha imagem do terceiro setor. **GIFE**. 8 de outubro DE 2007. Disponível em <https://gife.org.br/cpi-das-ongs-confunde-e-arranha-imagem-do-terceiro-setor>. Acesso: 19 fev.2020.

## APÊNDICE A – Roteiros de entrevistas.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)**  
**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)**  
**Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/Uesb)**  
**Mestrado em Geografia**

- **Público: Famílias beneficiadas com os Programas de convivência com o semiárido, na Comunidade de Bom Jesus de Cima.**

Data da entrevista \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

1. Há quanto tempo mora aqui na comunidade?
2. Quantas pessoas moram em sua casa?
3. Como vocês conquistaram a terra onde vivem?
  - 3.1 Qual tamanho (ha) da propriedade da família?
  - 3.2 Quais as atividades desenvolvidas na propriedade? E quem faz o quê?
4. Qual/quais a(s) fonte(s) de renda da sua família?
5. A família acessa ou acessou alguma assistência do governo? Se sim, qual? (crédito, assistência técnica, Pronaf, Garantia Safra, Bolsa família etc.)
6. Como era a rotina da família há 20 anos atrás para a manutenção da casa e da propriedade?
  - 6.1 O que mudou na rotina de vocês nos dias atuais?
7. O que vocês conhecem sobre o CEDASB e a ASA?
  - 7.1 O que essas organizações trouxeram para a vida de sua família?
8. A família foi beneficiada com quais implementações construídas pelo CEDASB/ASA?
9. Você participou de alguma reunião/capacitação para receber a tecnologia social? Se sim, como foi? Quais os assuntos que foram abordados? O que você achou mais interessante?
  - 9.1 Essas reuniões/capacitações mudaram a sua forma de pensar o semiárido e a política? Se sim, como?

- 9.2 Depois de ter participado de todas essas etapas, como você compreende a tecnologia social construída em sua propriedade?
- 9.3 Qual a importância dessas tecnologias para a vida da família?
- 9.4 Quanto tempo você teve que esperar para ser beneficiada com as tecnologias? E porquê?
- 9.5 Caso não tivessem sido beneficiados com essa(s) tecnologia(s), como imaginam que estaria a sua família?
10. O que ainda precisa ser mudado para melhorar a vida de sua família?
11. Você participa da associação comunitária? Se sim, qual a importância de fazer parte desse coletivo?
12. Como você definiria o trabalho realizado pelo CEDASB/ASA em sua propriedade e na comunidade?
13. Como você avalia o futuro do trabalho das organizações da ASA a partir da mudança de governo que aconteceu em 2016, e o resultado da eleição presidencial de 2018?



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)**  
**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)**  
**Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/Uesb)**  
**Mestrado em Geografia**

- **Público: Secretário de Agricultura do município de Bom Jesus da Serra/BA**

Data da entrevista \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

1. Qual a sua formação escolar?
2. Você é do município de Bom Jesus da Serra? Se sim, qual localidade?
3. Há quanto tempo você é o responsável por essa pasta?
4. Você poderia relatar como se dá o abastecimento de água de Bom Jesus da Serra?

- 4.1 Quais os desafios encontrados para garantir esse abastecimento?
5. O que você entende por políticas públicas?
  6. O que você conhece sobre o CEDASB e a ASA?
  7. Ao escutar esses dois nomes o que você pensa de imediato?
  8. Você conhece todas as tecnologias sociais desenvolvidas por essas organizações?
  9. Qual o seu entendimento sobre o papel das políticas públicas de convivência com o semiárido implementadas pelo CEDASB em Bom Jesus da Serra?
  10. Você acredita que a instabilidade política instaurada no Brasil desde 2014 pode ter desdobramentos nas políticas públicas de convivência? Se sim. Quais seriam possíveis cenários em Bom Jesus da Serra?
  11. No cumprimento de suas atribuições enquanto secretário de agricultura, quais as mudanças no município identificadas pelo poder público enquanto resultado de uma política de convivência?
  12. Como a secretaria de Agricultura entende a política de convivência com o semiárido?
  13. Existe algum projeto, concreto ou em construção, de fortalecimento da política de convivência com o semiárido em Bom Jesus da Serra?
  14. Você consegue identificar, no desenvolvimento das ações do CEDASB/ASA, um processo de formação política das comunidades e conseqüentemente dos agricultores? Se sim, em que situação/contexto?



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)**  
**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)**  
**Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/Uesb)**  
**Mestrado em Geografia**

- **Público: Vereador do município de Bom Jesus da Serra /BA**

Data da entrevista \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

- 1 Qual a sua formação escolar?
- 2 Você é do município de Bom Jesus da Serra? Se sim, qual localidade?
- 3 Há quanto tempo você está no Legislativo de Bom Jesus da Serra? O que fazia antes de ser vereador?
- 4 O que você entende por política pública?
- 5 O que você conhece sobre o CEDASB e a ASA?
  - 5.1 Ao escutar esses dois nomes o que você pensa de imediato?
  - 5.2 Você conhece todas as tecnologias sociais desenvolvidas por essas organizações?
- 6 Como você avalia a política pública de convivência com o semiárido desenvolvida em Bom Jesus da Serra desde 2009?
- 7 O poder público já desenvolveu algum tipo de parceria com o CEDASB durante a execução dos projetos no município?
- 8 Analisando o trabalho das organizações da ASA em Bom Jesus da serra, o que você pontua como sendo avanço para o município? Citar se for o caso, situações e/ou ações estruturais ou conjunturais.
- 9 Como você avalia a situação das comunidades de Bom Jesus da Serra antes e depois das políticas de convivência?
- 10 O que significa para Bom Jesus da Serra os cortes orçamentários do governo para as políticas de convivência?
- 11 No seu entendimento qual o papel do poder público e das organizações da sociedade civil diante da possibilidade da extinção dessas ações no município?
- 12 Você consegue identificar, no desenvolvimento das ações do CEDASB/ASA, um processo de formação política das comunidades, e conseqüentemente dos agricultores? Se sim, em que situação/contexto?



**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)**  
**Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/Uesb)**  
**Mestrado em Geografia**

- **Público: Integrantes da Comissão Executiva da ASA de Bom Jesus da Serra.**

Data da entrevista \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

1. Qual a sua formação?
2. Qual sua fonte de renda familiar?
3. Você acessa ou acessou alguma assistência do governo? Se sim, qual? (crédito, assistência técnica, Pronaf, Garantia Safra, Bolsa família etc)
4. Há quanto tempo faz parte da Comissão Executiva Municipal de Bom Jesus da Serra?
5. Qual organização você representa nesse coletivo?
6. Como funciona a comissão? Vigência de sua composição, reuniões, etc.)
7. Como você conheceu o CEDASB e a ASA?
8. O que você entendia ser essas organizações, antes de fazer parte delas?
9. Como você se inseriu nesse coletivo, e o que o/a motivou a sua participação?
10. Como você avalia as ações do CEDASB nesse município?
11. O que você entende por política pública?
12. O que você entende por política pública de convivência com o semiárido?
13. Quais os avanços que você, enquanto comissão municipal, consegue identificar em Bom Jesus da Serra depois da política pública de convivência com o semiárido?
14. Quais os principais desafios identificados pela comissão para promover a ampliação de famílias beneficiárias com essas políticas de convivência?
15. Em que sentido a mudança de governo que ocorreu em 2016, e recentemente com nas eleições de 2018, influenciou ou pode influenciar as políticas públicas de convivência com o semiárido?
16. Dentre todas as ações realizadas pelo CEDASB quais seriam, ao seu ver, as mais importantes e marcantes, no sentido do trabalho com as comunidades?

17. Você consegue identificar, no desenvolvimento das ações do CEDASB/ASA, um processo de formação política das comunidades, e conseqüentemente dos agricultores? Se sim, em que situação/contexto?



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)**  
**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)**  
**Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/Uesb)**  
**Mestrado em Geografia**

• **Público: Integrantes da ASA BRASIL**

Data da entrevista \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

1. Qual seu nome senhor/senhora?
2. Onde reside?
3. Qual a sua formação?
4. Qual sua função na rede ASA?
5. Há quanto tempo faz parte desse coletivo?
6. O que impulsionou sua participação na ASA?
7. E hoje o que lhe motiva a continuar nesse coletivo?
8. Qual a importância das organizações da sociedade civil na construção e transformação da sociedade?
9. ASA e Estado, uma relação antagônica ou dialética?
10. Como a ASA avalia a situação das políticas públicas de convivência com o semiárido na atual conjuntura política do Brasil?
11. Holisticamente, como você definiria a Articulação Semiárido Brasileiro?
12. Como você avalia o futuro do trabalho das organizações da ASA a partir da mudança de governo que aconteceu em 2016, e o resultado da eleição presidencial de 2018? Quais os possíveis desdobramentos na política de convivência com o semiárido?



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)**  
**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)**  
**Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/Uesb)**  
**Mestrado em Geografia**

• **Público: Coordenação dos Agentes Comunitários de Saúde do município de Bom Jesus da Serra**

Data da entrevista \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

1. Qual a sua formação escolar?
2. Você é do município de Bom Jesus da Serra? Se sim, qual localidade?
3. Há quanto tempo você está na coordenação dos AC's? Que função exercia antes da coordenação?
4. Quais os objetivos das ações desse setor público?
5. A partir de sua vivência como você definiria a zona rural de Bom Jesus?
6. O que você entende por política pública?
7. Você já ouviu falar de política pública de convivência com o semiárido?
8. O que você conhece sobre o CEDASB e a ASA?
  - a. Ao escutar esses dois nomes o que você pensa de imediato?
  - b. Você conhece todas as tecnologias sociais desenvolvidas por essas organizações?
9. Como você avalia a política pública de convivência com o semiárido desenvolvida em Bom Jesus da Serra desde 2002?
10. Vocês já desenvolveram algum tipo de parceria com o CEDASB durante a execução dos projetos no município?
11. Analisando o trabalho das organizações da ASA em Bom Jesus da serra, o
12. que você pontua como sendo avanço para o município, inclusive no setor o qual vocês trabalham? Citar se for o caso, situações e/ou ações estruturais ou conjunturais.,

13. Como você avalia a situação das comunidades de Bom Jesus da Serra antes e depois das políticas de convivência?
14. Você consegue identificar, no desenvolvimento das ações do CEDASB/ASA, um processo de formação política das comunidades, e conseqüentemente dos agricultores? Se sim, em que situação/contexto?



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)**  
**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)**  
**Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/Uesb)**  
**Mestrado em Geografia**

- **Público: Integrantes do CEDASB**

Data da entrevista \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

1. O que impulsionou a constituição do CEDASB?
2. Como você avalia o trabalho da instituição nesses 13 anos de constituição?
3. O que essa instituição para os municípios dos territórios que ela atua?
4. Na sua opinião qual a perspectiva de futuro para o CEDASB? A atual conjuntura política pode interferir nos trabalhos e existência dessa organização?